

**TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL**



Tribunal Regional Eleitoral
do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

ABRIL/2019



**TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Relatório de Gestão no formato de relato integrado, conforme Decisão Normativa TCU n. 170/2018.

Porto Alegre/RS

Abril/2019

Lista de siglas e abreviações

AGERT – Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão

AJ – Assessoria Jurídica

ASCOM – Assessoria de Comunicação Social

ASPLAN – Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DEJERS – Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul

DG – Diretoria-Geral do TRE-RS

EAD – Ensino à Distância

EJERS – Escola Judiciária Eleitoral do RS

GABDG – Gabinete da Diretoria-Geral

GABSA – Gabinete da Secretaria de Administração do TRE-RS

GABPRES – Gabinete da Presidência

GESPÚBLICA – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

iGov – Índice baseado no levantamento de governança realizado pelo TCU

IGP-RS – Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul

IN – Instrução Normativa

IN DG – Instrução Normativa da Direção-Geral do TRE-RS

IN P – Instrução Normativa da Presidência do TRE-RS

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*

LAI – Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011)

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PAE – Processo Administrativo Eletrônico da Justiça Eleitoral do RS

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PJE - Processo Judicial Eletrônico

PLS - Plano de Logística Sustentável

PORTCRE - Sistema Portal Transparência de Indicadores e Metas da Justiça Eleitoral

PQVT - Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

RAE - Reuniões de Avaliação da Estratégia

RS - Rio Grande do Sul

SA - Secretaria de Administração do TRE-RS

SCI - Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE-RS

SCRE - Secretaria de Corregedoria Regional Eleitoral do TRE-RS

SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-RS

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SJ - Secretaria Judiciária do TRE-RS

SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças do TRE-RS

SPIUnet: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-RS

TCA - Termo Circunstanciado Administrativo

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TRE-RS - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UG - Unidade Gestora

UPC - Unidade Prestadora de Contas

WCAG - Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web, do inglês *Web Content Accessibility Guidelines*

Lista de gráficos e figuras

Figura 1 - Cadeia de Valor	12	Gráfico 12 - Despesas de Pessoal	66
Figura 2 - Análise <i>SWOT</i>	15	Gráfico 13 - Principais gastos com pessoal ativo em 2018..	66
Figura 3 - Estrutura Organizacional	16	Gráfico 14 - Gastos com Capacitação.....	68
Figura 4 - Mapa Estratégico 2016-2021	17	Gráfico 15 - Contratações por tipo de Orçamento	71
Figura 5 - Estrutura de Governança.....	19	Gráfico 16 - Formas de Contratações.....	71
Figura 6 - Grau de satisfação com o atendimento.....	26	Gráfico 17 - Atendimento ao Público x Funcionamento das Secretarias	82
Gráfico 1 - Indicadores de Acessibilidade	27	Gráfico 18 - Custos por Subgrupos.....	82
Gráfico 2 - Acessibilidade em Locais de Votação	28	Figura 9 - Matriz de Materialidade	105
Figura 7 - Modelo de Três Linhas de Defesa	29		
Figura 8 - Linha do Tempo das eleições de 2018.....	45		
Gráfico 3 - Taxa de Julgamento	51		
Gráfico 4 - Julgamento de Processos Antigos.....	51		
Gráfico 5 - Ações Prioritárias	51		
Gráfico 6 - Orçamento 2018	57		
Gráfico 7 - Orçamento por grupo de despesa.....	57		
Gráfico 8 - Evolução do orçamento e da execução orçamentária	58		
Gráfico 9 - Proporção dos valores empenhados	58		
Gráfico 10 - Grupo de Despesas - Pleitos Eleitorais 2018 ..	59		
Gráfico 11 - Grupo de Despesas - Orçamento Ordinário 2018.....	60		

Lista de anexos

ANEXO I - Declaração de Integridade do Relatório de Gestão 2018.....	109
ANEXO II - Glossário.....	110

Sumário

1. Mensagem do Presidente	9	4. Gestão de Riscos e Controles Internos	29
2. Visão Geral Organizacional	11	4.1. Visão geral do modelo de gestão de riscos e controles internos	29
2.1. Cadeia de Valor	12	4.2. Principais riscos identificados em relação aos objetivos estratégicos, controles e respostas para mitigação	30
2.2. Ambiente organizacional	14	5. Resultados da Gestão	32
2.3. Estrutura organizacional	16	5.1. Objetivos estratégicos, resultados e justificativas	32
3. Planejamento Estratégico e Governança	17	5.2. Principais Programas e Projetos, incluindo respectivos riscos, vinculados à Cadeia de Valor ..	45
3.1. Planejamento Estratégico	17	5.2.1. Eleições	45
3.2. Governança	19	5.2.2. Projeto Biometria	49
3.2.1. Atuação da unidade de Auditoria Interna ...	22	5.3. Outros Resultados	50
3.2.2. Atividades de correição, apuração de ilícitos administrativos e medidas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário ...	23	5.3.1. Metas CNJ	50
3.2.3. Atividades de correição, apuração de ilícitos administrativos e medidas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário ...	23	5.3.2. Selo Justiça em Números	52
3.3. Canais de Comunicação com a Sociedade	24	5.4. Perspectivas e desafios	52
3.3.1. Ouvidoria	24	6. Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão ...	55
3.3.2. Outros Canais de Comunicação com a Sociedade	25	6.1. Declaração do Diretor-Geral.....	55
3.3.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	26	6.2. Gestão orçamentária e financeira	57
3.3.4. Mecanismos de transparência das informações	26		
3.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	27		

6.3. Gestão de Pessoas	62	6.6.6. Principais desafios e ações futuras	79
6.3.1. Avaliação da força de trabalho	62	6.7. Gestão de custos	80
6.3.2. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas	65	6.8. Sustentabilidade ambiental	83
6.3.3. Detalhamento da despesa empenhada de pessoal	66	6.8.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições	84
6.3.4. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia	67	6.8.2. Ações para redução do consumo de recursos naturais	84
6.3.5. Capacitação	68	7. Demonstrações Contábeis	85
6.3.6. Qualidade de vida no trabalho e engajamento	69	7.1. Declarações.....	85
6.3.7. Desafios e Ações Futuras	69	7.2. Demonstrações Contábeis (quadros DCASP)	86
6.4. Gestão de licitações e contratos	70	7.3. Notas Explicativas	91
6.5. Gestão patrimonial e infraestrutura	74	7.3.1. Contexto Operacional - Políticas e Critérios Contábeis	91
6.5.1. Principais Investimentos de capital	75	7.3.2. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	93
6.5.2. Desfazimento de ativos	75	7.3.3. Outras Informações Relevantes	102
6.5.3. Locação de imóveis e equipamentos	76	7.4. Declaração Sob a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	103
6.5.4. Principais desafios e ações futuras	76	8. Outras Informações Relevantes	105
6.6. Gestão da Tecnologia da Informação	76	8.1. Matriz de Materialidade	105
6.6.1. Modelo de governança de TI	76	8.2. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	106
6.6.2. Montante de recursos aplicados em TI	77	8.3. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	107
6.6.3. Contratações mais relevantes de recursos de TI	77	9. Anexos	109
6.6.4. Principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia de valor	78		
6.6.5. Segurança da informação	78		



DESEMBARGADOR JORGE LUÍS DALL'AGNOL
Presidente do TRE-RS

Mensagem do Presidente

A Justiça Eleitoral tem se desenvolvido e aperfeiçoado desde o início de suas atividades, sempre com foco no fortalecimento da democracia. Nesse percurso, destacou-se como instituição brasileira confiável e dedicada, reconhecida pela sociedade por prestar serviço público de excelência.

Recentemente, contudo, nos deparamos com um novo momento político e social. As redes sociais alteraram a dinâmica do fluxo de informações e geraram perceptível impacto no processo eleitoral, exigindo diferentes respostas à sociedade.

Mais do que nunca, nos sentimos desafiados a cumprir nossa Missão institucional de “Garantir a legitimidade do processo eleitoral” e, para enfrentarmos esses desafios, estabelecemos alguns objetivos estratégicos.

Visando ao melhor atendimento da Sociedade, buscamos “Prestar serviços de excelência”, “Fortalecer a imagem institucional” e “Aprimorar a comunicação com a Sociedade”.

No que se refere aos Processos Internos, a instituição almeja “Aprimorar o processo eleitoral”, “Buscar a excelência na gestão”, “Promover a Acessibilidade na Justiça Eleitoral”, “Aprimorar a Comunicação Interna” e “Promover a Responsabilidade Socioambiental”.

No que tange às Pessoas e Recursos, o TRE-RS objetiva “Fortalecer o Engajamento do quadro funcional”, “Desenvolver pessoas por competências”, “Aperfeiçoar a Infraestrutura Física”, “Aperfeiçoar a Infraestrutura e a governança de TI” e “Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária”.

O alcance dos objetivos estratégicos ora mencionados qualificam nossa principal entrega aos cidadãos: as Eleições. O pleito de 2018 foi especialmente marcado pela disseminação de informações equivocadas. A Justiça Eleitoral esteve no centro dos temas mais compartilhados na mídia, com divulgações que, muitas vezes, não retrataram conteúdo verídico. Esse cenário exigiu esforço de todo o quadro funcional a fim de informar a sociedade e evitar que o ambiente social tumultuado produzisse efeitos danosos ao pleito. Por essa razão, intensificaram-se as auditorias em urnas eletrônicas, com ampla divulgação à população, bem como campanhas de esclarecimento institucionais e parcerias com outros órgãos, como Polícia Federal.

Entretanto, apesar desse ambiente polarizado e tenso, as eleições transcorreram de forma organizada, transparente e segura, com resultados confiáveis, com término da votação e apuração no mesmo dia. Os gaúchos conheceram o resultado da votação às 23h36 no primeiro turno e às 20h33 no segundo turno.

Em 2018, ainda, foi efetivada a aquisição do prédio que será a nova sede da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul. Tal investimento viabiliza um desejo e uma necessidade de concentrar, em um único local, as atividades do TRE, aproximando as pessoas, gerando economicidade para a organização e unificando a prestação de serviços aos cidadãos em região central da capital gaúcha.

O Relatório de Gestão do TRE-RS se propõe, portanto, a demonstrar os principais resultados institucionais alcançados em 2018 de forma sistêmica e transparente. É uma prestação de contas à sociedade e está apresentado de forma clara e ilustrativa com o intuito de possibilitar o entendimento das informações sobre a organização, o planejamento estratégico e a governança, todos expostos nos capítulos 2 e 3. No capítulo 4, o presente relatório menciona a Gestão de Riscos e controles internos, seguido pelo capítulo 5 que exhibe os resultados da gestão de 2018. Os capítulos 6 e 7 discorrem sobre a alocação de recursos e áreas especiais da gestão, além das demonstrações contábeis. No capítulo 8, são declaradas outras informações entendidas como relevantes para a instituição.

Por fim, estamos cientes de que nosso desafio é grande e nos levará a delinear novas estratégias para lidar com as rápidas e profundas mudanças da sociedade. Assim, reafirmamos nossa vontade de atender ao cidadão com excelência, preservando a imagem e a credibilidade da Justiça Eleitoral.

É com grande satisfação que entregamos o presente relatório de gestão que demonstra o compromisso da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul com o trabalho realizado com zelo e competência, buscando oferecer serviços cada vez mais céleres e de qualidade, sempre visando a garantir o exercício da democracia.

Visão Geral da Organização

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) é um órgão do Poder Judiciário da Administração Direta federal, cuja jurisdição engloba todo o estado do Rio Grande do Sul. Atende a uma população de 11,329 milhões de pessoas, dentre as quais 8,348 milhões de eleitores, distribuídos em 497 municípios.

A estrutura e as competências da Justiça Eleitoral estão arroladas na Constituição Federal, principalmente nos [artigos 118 a 121](#), e no [Código Eleitoral \(Lei 4.737/65\)](#). Quanto a este TRE-RS, a atuação está definida no [Regimento Interno](#) e no [Regulamento Interno da Secretaria](#).

Trata-se de uma instituição vinculada e subordinada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cuja atuação se dá principalmente em duas frentes: jurisdicional e administrativa. No plano jurisdicional, julga matérias referentes à legislação eleitoral. Na esfera administrativa, gerencia o cadastro eleitoral, um dos maiores do país, e operacionaliza as eleições. Esta é sua maior e mais complexa atividade que envolve planejar, organizar, controlar e fiscalizar o pleito, além de proclamar e diplomar os eleitos, tornando possível coletar e apurar a vontade política dos cidadãos.



Sede do TRE-RS

Os principais usuários dos serviços do TRE-RS são os eleitores, os candidatos, os partidos políticos e a sociedade em geral. Quanto às demais partes interessadas, entidades de controle, fornecedores e parceiros que colaboram com a atuação da instituição, merecem destaque alguns órgãos públicos (Tribunal Superior Eleitoral, Conselho Nacional de Justiça, Governo do estado do RS, Tribunal de Justiça do RS, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Tribunal de Contas da União, Polícia Federal, Exército, Ministério Público, INSS, Correios, Prefeituras Municipais), e também organizações privadas (companhias telefônicas, transportadoras, AGERT e Associação dos Magistrados do RS).

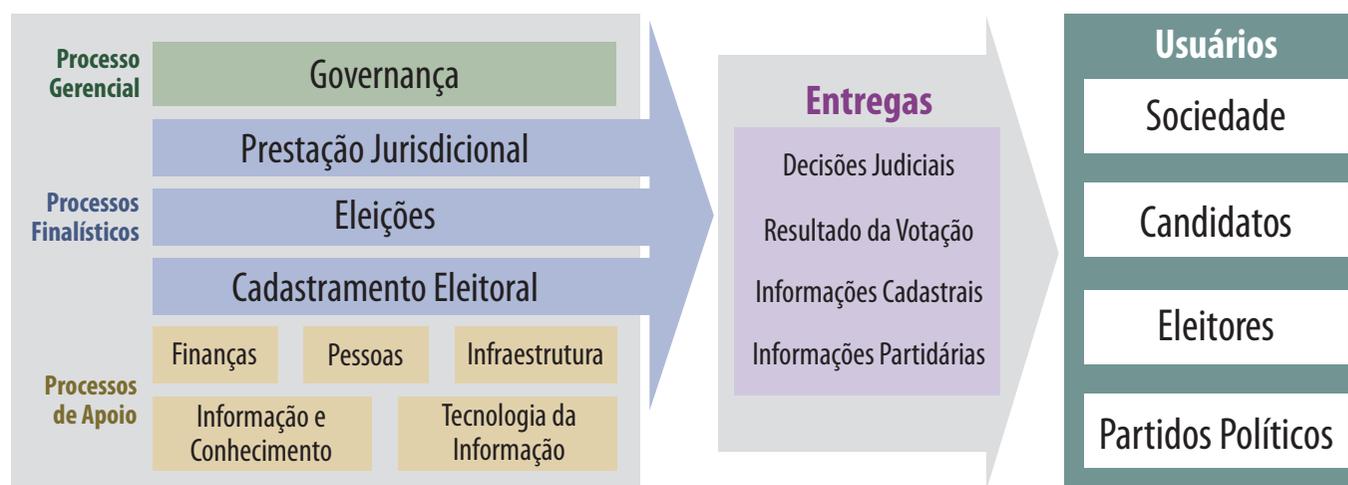
Como órgão público focado nas justas exigências da sociedade, a instituição objetiva aprimorar constantemente os seus serviços prestados e, para tanto, avalia a percepção dos cidadãos em relação a sua atuação por meio de duas pesquisas de satisfação: uma trimestral nos pontos de atendimento ao público e outra bienal, durante a votação. Na primeira, recebeu avaliação boa ou ótima de 95,59% dos usuários em relação aos serviços recebidos, e de 78,07% dos usuários em relação à imagem da Justiça Eleitoral.

Na segunda, realizada no dia do pleito, os resultados apontam que 58,86% dos eleitores entrevistados confiam na urna eletrônica e atribuem nota média 9,3 para a qualidade dos serviços recebidos durante a votação.

2.1. Cadeia de Valor

Tomando por base suas principais atribuições e buscando uma melhor visualização dos benefícios agregados por seus processos de trabalho, o TRE-RS definiu sua cadeia de valor, conforme figura 1. Nela, estão elencadas as entregas realizadas aos seus usuários e os macroprocessos que possibilitam estas entregas.

Figura 1 - Cadeia de Valor



Fonte: TRE-RS

O Processo Gerencial trata das decisões da Alta Administração, ligadas às estratégias, ao estabelecimento de diretrizes e ao controle organizacional.

- **Governança:** analisar o ambiente, os resultados e os cenários futuros para estabelecer as macrodiretrizes da instituição; coordenar políticas e planos abrangentes (estratégia, orçamento, riscos, etc.); alinhar as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e aos objetivos estabelecidos; controlar os resultados, o desempenho e o cumprimento dos planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

Os Processos Finalísticos entregam valor diretamente aos clientes externos. Representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão.

- **Prestação Jurisdicional:** julgar matérias referentes à legislação eleitoral.
- **Eleições:** planejar, organizar, controlar e fiscalizar o pleito e proclamar e diplomar os eleitos, além de viabilizar a gestão e o atendimento das necessidades de bens e serviços relativos ao andamento das eleições.

- **Cadastramento Eleitoral:** gerir o cadastro eleitoral, mantendo-o atualizado e com informações fidedignas. Integra, também, os serviços relativos à anotação e à verificação de regularidade de atos dos partidos políticos, como prestação de contas, propaganda partidária, filiação, além de criação e transformação de partidos.

Os Processos de Apoio dão suporte aos processos principais, aos gerenciais e a si mesmos, fornecendo produtos, serviços e insumos que não alcançam diretamente os clientes externos.

- **Finanças:** gerenciar a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial.
- **Pessoas:** alinhar as pessoas e seus respectivos desempenhos e competências às estratégias da organização, promovendo o engajamento e a qualidade de vida no trabalho.
- **Infraestrutura:** prover serviços e recursos materiais e patrimoniais necessários para o desenvolvimento das atividades. Envolve aquisições em geral, contratações de serviços, convênios, manutenção das instalações prediais e outras atividades correlatas.

- **Informação e Conhecimento:** administrar o conjunto integrado de meios, processos, recursos e atividades relacionadas à criação, coleta, organização, preservação, transferência e compartilhamento da informação e do conhecimento que sirvam à tomada de decisões, ao aprimoramento profissional, à melhoria dos serviços e à geração de políticas institucionais.
- **Tecnologia da Informação:** planejar, adquirir, implementar, prestar suporte, bem como monitorar e avaliar serviços e ativos de tecnologia da informação, incluindo *hardware*, *software*, comunicações e outras facilidades usadas para inserir, armazenar, processar, transmitir e acessar dados.

2.2. Ambiente Organizacional

Considerando as atribuições institucionais e os cenários interno e externo que impactam na atuação da organização, o TRE-RS tem como Missão, Visão e Valores:

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

Visão

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

Valores

Acessibilidade, celeridade, ética, imparcialidade, inovação, probidade, respeito humano, responsabilidade socioambiental, segurança e transparência

SWOT

A construção do Plano Estratégico vigente (2016-2021) utilizou análise *SWOT* como método de diagnóstico institucional. A *SWOT* (acrônimo para as palavras em inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*, que significam, respectivamente, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) é usada para avaliar as relações do ambiente externo (ameaças e oportunidades) com o potencial interno da organização (forças e fraquezas).

Figura 2 - Análise SWOT



Fonte: TRE-RS

Competências Organizacionais

Nesse mesmo contexto de avaliação institucional, o TRE-RS realizou um processo de mapeamento de competências, cujo resultado foi a definição das principais competências organizacionais, ou seja, o conjunto de conhecimentos, habilidades, tecnologias e valores necessários para que a organização possa gerar benefícios à sociedade. São elas:



Prestar atendimento rápido, eficiente, humanizado e acessível aos cidadãos brasileiros.



Organizar eleições com transparência, segurança, agilidade e eficiência.



Gerenciar o cadastro eleitoral, de forma a garantir a integridade e a confiabilidade das informações.

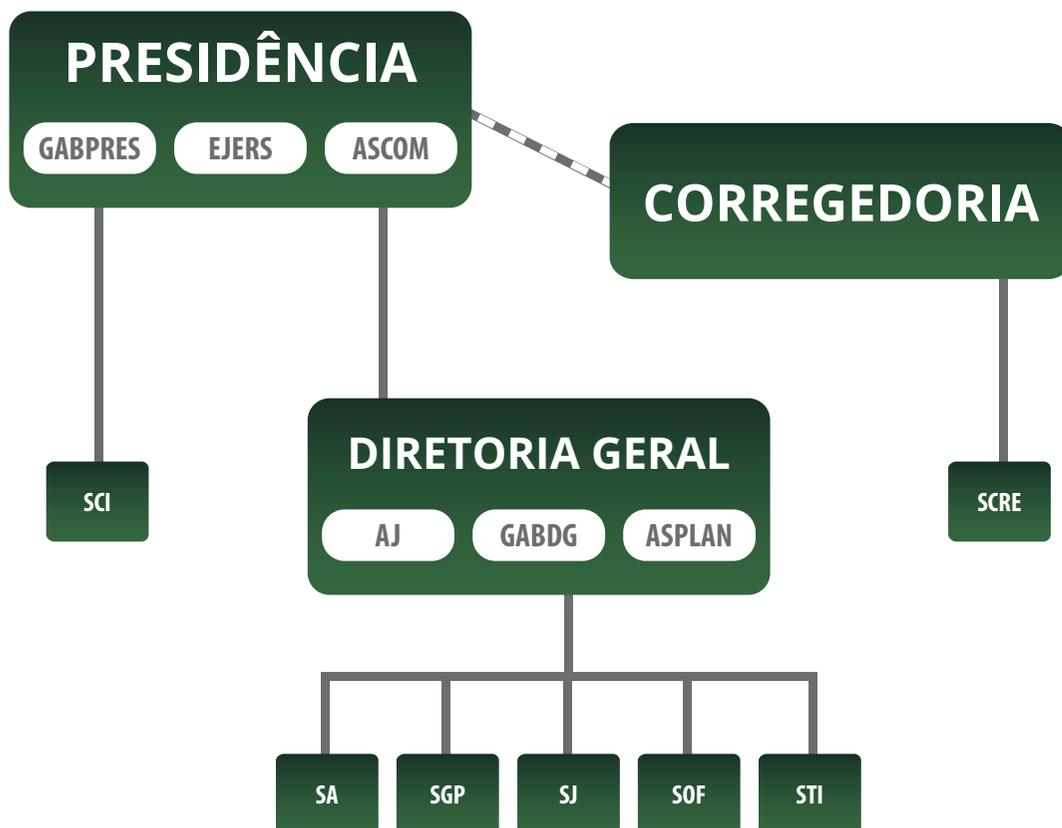


Realizar a prestação jurídica com celeridade, imparcialidade e eficiência.

2.3. Estrutura Organizacional

O organograma a seguir retrata a estrutura da instituição, que adota um estilo funcional de departamentalização e tem como grandes áreas:

Figura 3 - Estrutura Organizacional



- **Presidência:** Gabinete da Presidência, Assessoria de Comunicação Social, Escola Judiciária Eleitoral e Secretaria de Controle Interno;
- **Corregedoria:** Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral;
- **Diretoria-Geral:** Gabinete da Diretoria-Geral, Assessoria Jurídica, Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria Judiciária, Secretaria de Orçamento e Finanças e Secretaria de Tecnologia da Informação.

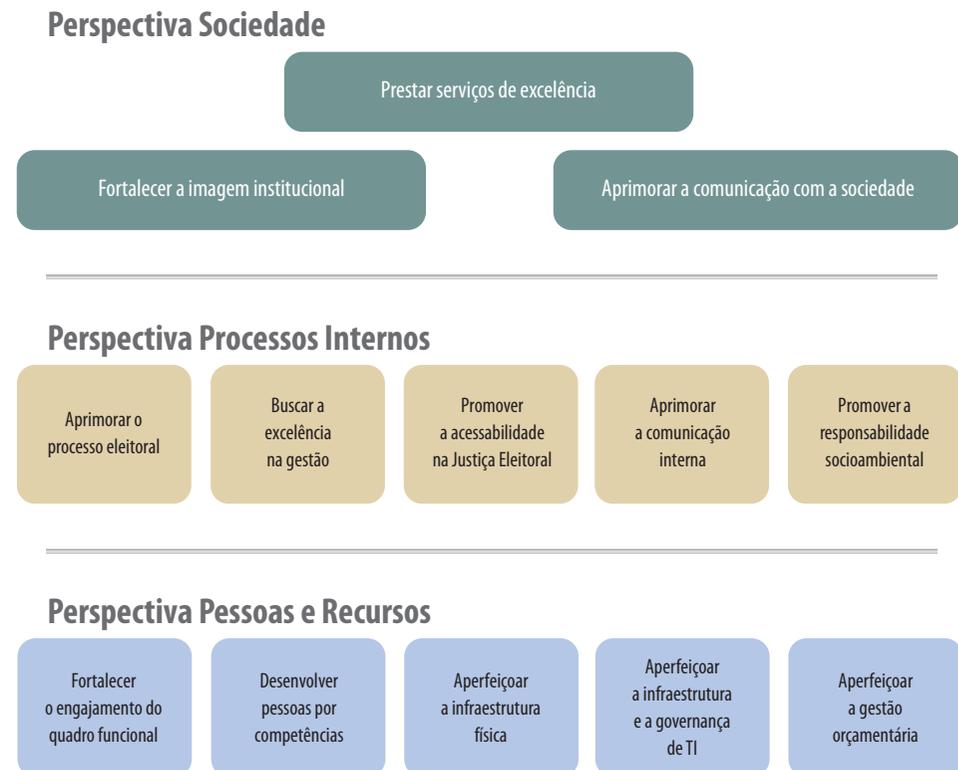
As atividades e responsabilidades de cada unidade interna do TRE-RS estão previstos no [Regulamento Interno da Secretaria](#).

Planejamento Estratégico e Governança

3.1. Planejamento Estratégico

O [Plano Estratégico](#) 2016-2021, aprovado pela [Resolução 271/15](#), segue o norte estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral e pela Estratégia Nacional do Poder Judiciário (coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça), buscando preservar a vinculação com a realidade local e a cultura própria da instituição. Sua construção foi baseada no *Balanced Scorecard*, instrumento de planejamento que distribui os objetivos estratégicos em diferentes perspectivas, promovendo uma relação de causa e efeito entre as diretrizes e alinhando iniciativas, metas e indicadores. O Mapa Estratégico, figura 4, traz a representação gráfica do Plano Estratégico do TRE-RS, no qual adotou-se três perspectivas (Pessoas e Recursos, Processos Internos e Sociedade) e treze objetivos estratégicos.

Figura 4 - Mapa Estratégico 2016-2021



Fonte: Plano Estratégico TRE-RS

Cada objetivo estratégico do Plano é acompanhado de indicadores, metas e iniciativas. O quadro a seguir descreve cada objetivo e as principais iniciativas para atingi-los.

Objetivos Estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Objetivos Estratégicos	Iniciativas Estratégicas
Prestar Serviços de Excelência: busca promover qualidade, agilidade e maior disponibilidade em relação aos serviços oferecidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar a satisfação e a confiança dos cidadãos/usuários. • Promover ações de treinamento a fim de aprimorar o atendimento ao eleitor. • Incentivar a realização de atendimentos descentralizados, fora das sedes dos cartórios e centrais de atendimento. • Revisar e divulgar a Carta de Serviços. • Identificar oportunidades de virtualização de serviços. 	Buscar a Excelência na Gestão: aperfeiçoar a gestão interna na busca por melhores resultados, com vistas à economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e demais os princípios da administração pública.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a Instituição com base em modelos de excelência. • Monitorar indicadores estratégicos. • Realizar reuniões periódicas de avaliação estratégica.
Aprimorar a Comunicação com a Sociedade: aproximar a Justiça Eleitoral dos meios de comunicação social, das entidades representativas e da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Participar de eventos e programas para esclarecer sobre a atuação da Justiça Eleitoral e a segurança do processo eleitoral. • Incentivar o debate sobre temas relativos à responsabilidade social, cidadania, noções de política, noções sobre Direito Eleitoral e Justiça Eleitoral e, também, despertar o espírito de liderança em alunos universitários e de ensino médio. 	Promover a Acessibilidade na Justiça Eleitoral: oferecer condições adequadas de acessibilidade a servidores, mesários e usuários dos serviços da Justiça Eleitoral.	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar, revisar e adequar, continuamente, padrões de infraestrutura dos imóveis e instalações com ênfase na acessibilidade.
Fortalecer a Imagem Institucional: busca melhorar a percepção da população sobre a credibilidade da instituição e consolidar uma imagem positiva perante a sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de treinamento a fim de aprimorar o atendimento ao eleitor. • Promover campanhas institucionais a fim de fortalecer a imagem da Justiça Eleitoral. • Monitorar as matérias jornalísticas envolvendo a Justiça Eleitoral do RS. 	Aprimorar a Comunicação Interna: promover melhorias no fluxo e na qualidade das informações, visando ao envolvimento dos servidores e, conseqüentemente, ao fomento de uma gestão mais participativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar a satisfação dos servidores quanto à comunicação interna. • Promover a melhoria contínua das ferramentas de comunicação.
Aprimorar o Processo Eleitoral: melhorar os processos de trabalho mais diretamente vinculados à Eleição, à Prestação Jurisdicional e ao Cadastramento Eleitoral, ou seja, aprimorar as ações voltadas ao três principais macroprocessos finalísticos da organização.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e expandir o cadastramento biométrico dos eleitores. • Auditar mensalmente os processos paralisados há mais de 30 dias e promover sua movimentação. • Priorizar o julgamento de processos que importem a não diplomação dos eleitos. • Padronizar práticas cartorárias. • Agilizar a apuração dos votos, por meio do envio dos boletins de urna diretamente dos locais de votação. • Promover campanhas de valorização e conscientização para mesários voluntários. 	Promover a Responsabilidade Socioambiental: incentivar a adoção de práticas sustentáveis nos processos, produtos e serviços da Justiça Eleitoral.	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar ações do Plano de Logística Sustentável. • Conscientizar os servidores a adotar ações sustentáveis no ambiente de trabalho.

Objetivos Estratégicos	Iniciativas Estratégicas
Fortalecer o Engajamento do Quadro Funcional: busca maior envolvimento e satisfação dos servidores por meio de ações que interfiram positivamente no clima organizacional.	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o clima organizacional e promover ações de melhoria.
Desenvolver Pessoas por Competências: capacitar e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao bom desempenho das atividades institucionais.	<ul style="list-style-type: none"> Aferir o grau de adequação entre as competências organizacionais essenciais a cada área e as competências apresentadas pelos respectivos servidores. Utilizar a gestão por competências para integrar os processos de avaliação de desempenho e de desenvolvimento individual.
Aperfeiçoar a Infraestrutura e a Governança de TI: busca maior eficiência estratégica e operacional na área de Tecnologia da Informação para suprir as demandas institucionais e da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoar a gestão de projetos. Aperfeiçoar os processos de ITIL.
Aperfeiçoar a Infraestrutura Física: prover o Tribunal de instalações físicas adequadas ao quadro funcional e aos usuários dos serviços da Justiça Eleitoral.	<ul style="list-style-type: none"> Monitorar, revisar e adequar, continuamente, padrões de infraestrutura dos imóveis e instalações. Padronizar os procedimentos relativos à locação de imóveis.
Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária: gerir o orçamento de forma integrada, visando assegurar recursos que viabilizem as ações necessárias à execução da estratégia.	<ul style="list-style-type: none"> Monitorar continuamente a execução orçamentária.

3.2. Governança

A Resolução TRE-RS n. 319, de 27 de novembro de 2018, promoveu ajustes na Estrutura de Governança do TRE-RS, atualizando e melhorando o sistema que já vinha atuando desde 2014 e que apresentava necessidades de alinhamento às demandas do TCU.

Figura 5 - Estrutura de Governança



Fonte: TRE-RS, adaptado do Referencial Básico de Governança do TCU

Cabe à **Governança Corporativa do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul** direcionar e orientar a instituição na preparação, articulação e coordenação de políticas, planos e ações estratégicas, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas com intuito de assegurar o alcance dos objetivos estabelecidos. Também é função da Governança do TRE-RS avaliar o ambiente e os cenários, acompanhar o desempenho organi-

zacional e monitorar os resultados, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas da sociedade. A governança do TRE-RS deve garantir o alinhamento dos atos de seus agentes aos princípios básicos da gestão pública: transparência, eficiência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.



Conselho de Administração

A instância interna de governança é formada pelo Conselho de Administração e pelos Comitês Estratégicos e Comissões.

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelos titulares da Diretoria-Geral e das Secretarias. Compete ao Conselho a análise e manifestação propositiva sobre governança corporativa e gestão estratégica do Tribunal, bem como sobre políticas institucionais, gestão de riscos, de projetos, da qualidade e de processos organizacionais, definição de objetivos e metas, monitoramento de resultados e controles internos.

Aos Comitês Estratégicos compete a análise de temas específicos, de caráter permanente, e alinhados com as matérias de competência do Conselho de Administração. Os Comitês têm composição multidisciplinar e são coordenados por titular de um dos órgãos que compõem a estrutura organizacional mencionada no [art. 4º do Regulamento Interno da Secretaria do TRE-RS](#).

Atualmente, o TRE-RS possui os seguintes Comitês:



Comitê de Gestão de Pessoas - destina-se a estudar, planejar e propor, dentro de sua área de atuação, políticas e ações voltadas aos servidores da instituição.



Comitê de Tecnologia da Informação - destina-se a aconselhar sobre o direcionamento estratégico de TI, analisar seus principais investimentos, determinar prioridades dos programas de investimentos em TI, monitorar o estado atual dos projetos de sua área e resolver os conflitos de recursos, além de monitorar os níveis de serviços de TI e suas melhorias.



Comitê Valor Público (Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade) – responsável por desenvolver políticas socioambientais, no âmbito deste Tribunal. A partir de 2018, passou a atuar no sentido de promover, criar e implementar ações voltadas a assegurar à pessoa com

deficiência ou mobilidade reduzida sua inclusão social e o livre acesso aos serviços/produtos oferecidos.



Comitê Permanente de Segurança Institucional - criado para lidar com as demandas ligadas às questões de segurança patrimonial e de pessoal.

Compete às Comissões a análise de temas que não se enquadrem nas competências do Comitês Estratégicos. São elas:



Comissão de Comunicação – responsável por implementar a Política de Comunicação do TRE-RS.



Comissão Permanente de Avaliação Documental - destina-se a avaliar, autorizar e propor instruções que tratem sobre o descarte de documentos que tramitam e/ou que sejam de responsabilidade desta instituição.



Comissão Permanente de Ética - é a instância de consulta, apuração e penalização de condutas passíveis de violação do Código de Ética. É responsável por propor regras éticas que contribuam para preservar a imagem da instituição e seus servidores.

Por fim, importante mencionar que quadrimestralmente são realizadas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE). Nestes encontros, a equipe diretiva da organização analisa os indicadores e o percentual de cumprimento das metas, além de estabelecer as estratégias para atingimento dos objetivos.

3.2.1. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A unidade de auditoria interna do TRE-RS corresponde à Secretaria de Controle Interno e Auditoria – SCI, a quem compete dirigir as atividades relativas ao [planejamento das auditorias internas](#), à inspeção administrativa, à fiscalização e ao exame de prestações de contas eleitorais e partidárias. A SCI deste Tribunal atua de forma independente, não fazendo parte de uma unidade central de controle interno de âmbito nacional, e não possui subunidades descentralizadas no âmbito estadual. Importante mencionar, ainda, que o TRE-RS não contrata empresa de auditoria independente.

O CNJ editou resoluções sobre a organização e funcionamento de unidades ou núcleos de controle interno nos Tribunais e sobre normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização.

Além disso, o TRE-RS conta com regulamentos próprios sobre a atividade de auditoria, que tratam de temas como normas gerais, padrões técnicos de auditoria, atribuições das equipes, fases de planejamento, execução, comunicação de resultados e monitoramento, inspeção administrativa e fiscalização, processo de trabalho e programa de avaliação de qualidade e melhoria da atividade de auditoria interna.

No âmbito do TRE-RS, a SCI encontra-se diretamente vinculada à Presidência do Tribunal, conforme alteração introduzida pela Resolução TRE-RS n. 194, de 16 de dezembro de 2009, em atenção à Resolução CNJ n. 86/2009 e determinações do Tribunal de Contas da União – TCU. A estrutura da SCI do TRE-RS compreende duas coordenadorias, subdivididas em cinco seções, com atribuições nas áreas de controle de licitações e contratos, controle de pessoal, acompanhamento de gestão, auditoria e análise contábil e contas eleitorais e partidárias. Os relatórios de auditoria são formalmente apresentados ao Conselho de Administração, que delibera sobre a implementação de recomendações ou encaminha os relatórios para as unidades competentes. Os trabalhos de auditoria que geram recomendações são objeto de monitoramento por parte da Secretaria de Controle Interno.

3.2.2. Atividades de correição, apuração de ilícitos administrativos e medidas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Os ilícitos administrativos no âmbito do TRE-RS, do ponto de vista disciplinar, são apurados nos moldes previstos na Lei n. 8.112/1990 e Resolução TRE-RS n. 265, de 26 de maio de 2015, alterada pela Resolução TRE-RS n. 287, de 16 de maio de 2017. A resolução prevê que irregularidades no serviço sejam tratadas por meio de quatro instrumentos: (1) prevenção; (2) correção; (3) ajustamento de conduta; (4) sindicância e processo disciplinar. Os procedimentos incluídos na última categoria observam o rito prescrito na Lei n. 8.112/1990 e legislação correlata, podendo ser precedidos de uma apuração preliminar, procedimento de verificação inicial sobre a existência de prova mínima relativa à materialidade e à autoria do ilícito funcional.

Em relação ao aspecto patrimonial, irregularidades envolvendo bens do TRE-RS são apuradas por meio de sindicância investigativa ou preparatória, procedimento administrativo preliminar cujo propósito é obter os esclarecimentos necessários que permitam a tomada de providências em relação a quaisquer circunstâncias que comprometam a regularidade do serviço público. A partir de 2017, a

apuração de prejuízos de pequeno valor, causados ao Erário, decorrentes de extravio ou dano a bem público, passou a ser realizada por meio de Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, previsto na Resolução TRE-RS n. 299, de 13 de novembro de 2017.

O TRE-RS, a exemplo dos demais tribunais eleitorais, possui um procedimento denominado correição, regulado pela Resolução TSE n. 21.372/2003, realizado com o propósito de aferir a regularidade do funcionamento dos cartórios eleitorais e de seus serviços. A função correicional consiste na atuação orientadora, fiscalizadora e corretiva da atividade cartorária e jurisdicional, visando à prevenção de irregularidades, à padronização e à qualidade dos serviços eleitorais, não possuindo de maneira direta finalidade de apuração de infrações disciplinares.

Ao longo de 2018, tramitaram no Tribunal duas sindicâncias investigativas, uma referente a furto ocorrido em Cartório Eleitoral localizado em Pelotas e outra relativa a extravio de bens em Cartório Eleitoral de Caxias do Sul. Esses procedimentos foram encerrados com a conclusão de inexistência de indício de responsabilidade.

No exercício foram ainda instaurados uma sindicância de cunho disciplinar, que concluiu pela inexistência de ilícito funcional, e um processo administrativo disciplinar, com aplicação de pena de suspensão por quinze dias a servidor.

3.3. Canais de Comunicação com a Sociedade

O principal canal de comunicação do TRE-RS com a sociedade é sua página na internet: <http://www.tre-rs.jus.br>

O *site* foi reestruturado em 2018, visando ao alinhamento com o TSE e ao atendimento das normas de transparência e acessibilidade ao cidadão. Além dos menus mais intuitivos, há um campo para pesquisas diretas por palavras/expressões e uma seção de [Dúvidas Frequentes](#).

Na página, é possível obter informações sobre todos os serviços prestados pelo TRE-RS e também acessar alguns desses serviços diretamente (emissão de certidões, petições eletrônicas, ouvidoria, pedidos de informação, consulta à situação eleitoral, agendamento do atendimento presencial etc.). Também consta a versão em formato digital da [Carta de Serviços ao Cidadão](#) - documento que objetiva informar à população sobre os compromissos da instituição, seus padrões de atendimento, bem como os serviços prestados e as formas de acessá-los. A Carta foi revisada em 2018, adequando-se à [Lei n. 13.460/2017](#).

3.3.1. Ouvidoria

A Ouvidoria é a unidade organizacional que tem por missão servir de canal de comunicação direta entre a sociedade e a Justiça Eleitoral gaúcha. Ela é regulamentada pela [Resolução n. 289/2017](#) com as modificações introduzidas pela [Resolução n. 312/2018](#).

A [Ouvidoria](#) abrange dois serviços:

- Serviço de Ouvidoria - recebe sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul e adota as providências cabíveis, mantendo o interessado informado a respeito das medidas levadas a efeito.
- Serviço de Informações ao Cidadão - gerencia os pedidos de acesso à informação requeridos com fundamento na Lei de Acesso à Informação - LAI ([Lei n. 12.527/2011](#)).

Os requerimentos podem ser apresentados pelos seguintes canais de atendimento:

 [formulário eletrônico](#)

 atendimento presencial ou correspondência dirigida ao Prédio Sede do TRE-RS - Rua Duque de Caxias, 350, 4º andar, Centro, Porto Alegre/RS

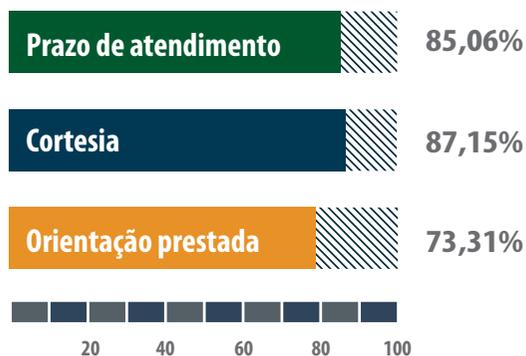
 e-mail: ouvidoria@tre-rs.jus.br

 telefone: (51) 3294.8457

Ao longo de 2018 foram recebidos 3.339 contatos, sendo:

 **Tempo médio de resposta: 4,76 dias úteis**

 **Satisfação com os serviços**



3.3.2. Outros canais de comunicação com a sociedade

 [YouTube TRE-RS](#): vídeos sobre as eleições e demais assuntos relacionados à Justiça Eleitoral;

 [Twitter TRE-RS](#): canal de notícias, programas e transmissões do TRE-RS;

 [Facebook Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul](#): página de divulgação de notícias, vídeos e assuntos relacionados à Justiça Eleitoral;

 [Instagram TRE_RS](#): dá destaque às produções fotojornalísticas e *cards* informativos sobre fatos pertinentes aos serviços da Justiça Eleitoral. Os seguidores também podem acompanhar a cobertura dos principais eventos, por meio dos *stories* postados;

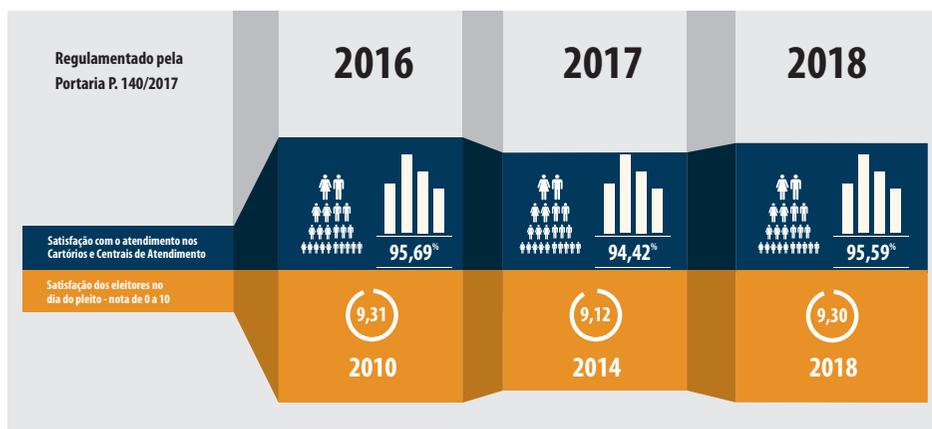
 [Radioweb TRE Gaúcho](#): transmissão ao vivo das sessões plenárias do TRE-RS e de programas relacionados à Justiça Eleitoral.

3.3.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O TRE-RS realiza periodicamente pesquisas para avaliar a satisfação dos cidadãos. São realizadas consultas sobre a satisfação com os serviços no dia da eleição e a satisfação com o atendimento nos cartórios e centrais de atendimento.

A satisfação com o atendimento nos Cartórios e Centrais de Atendimento, processo regulamentado pela [Portaria P. 140/2017](#), avalia itens como nível de satisfação com a qualidade do serviço prestado e a imagem da Justiça Eleitoral. O histórico do índice geral de satisfação dos eleitores (respostas bom e ótimo) pode ser visto na figura a seguir:

Figura 6 - Grau de satisfação com o atendimento



Fonte: TRE-RS

3.3.4. Mecanismos de transparência das informações

A [Resolução CNJ n. 215/2015](#), que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527/2011 no âmbito do Poder Judiciário, instituiu o Ranking da Transparência do Poder Judiciário. Cada tribunal deve encaminhar ao CNJ, anualmente, os atos normativos eventualmente editados com vistas a regulamentar a LAI, bem como fornecer evidências que demonstrem o cumprimento dos critérios estipulados na Tabela de Avaliação e Pontuação das Informações veiculadas na internet (Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015).

A posição de cada tribunal no ranking é definida após o preenchimento da tabela e da verificação por parte do CNJ. Dos 137 pontos possíveis, o TRE-RS alcançou 77 (56,2%), ficando em 20º lugar dentre os órgãos da Justiça Eleitoral (o ranking completo pode ser acessado diretamente na [sessão de painéis de resultado no site do CNJ](#)). Com base nesses resultados, o TRE-RS iniciou a reformulação da sua página [Transparência](#) no site. A meta é alcançar um índice superior a 70% no ano de 2019.

3.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

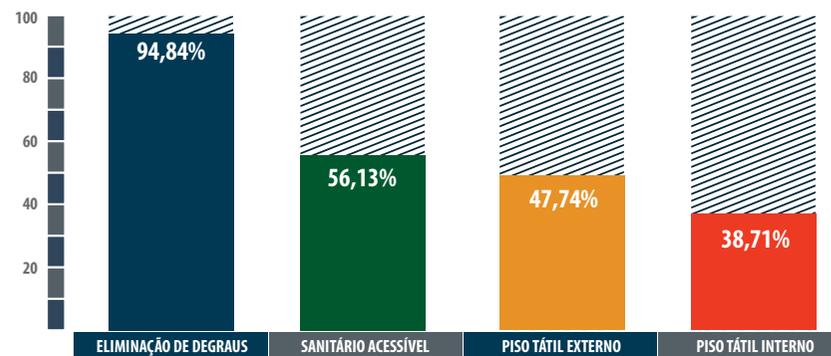
Com o objetivo de tornar o *site* acessível, conforme estabelece o [Decreto nº 5.296/2004](#), a Justiça Eleitoral codificou suas páginas para acessibilidade web (WCAG). Além das ferramentas de acessibilidade disponibilizadas no código das páginas, como texto alternativo para as imagens utilizadas, descrição dos conteúdos de formulário, teclas de atalho e teclas de salto de conteúdo, o usuário que tiver alguma dificuldade para navegar no *site* poderá utilizar a ferramenta de *zoom*.

O TRE-RS busca ajustar práticas, materiais, ambientes e normas gerais às diferenças entre as pessoas, para assegurar igualdade de oportunidades. O conceito adotado é de projetos de “acessibilidade predial razoável”, conforme preconiza a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: “Ajustamento razoável significa a modificação necessária e ajustes que não acarretem um ônus desproporcional ou indevido à organização, mas assegurem que as pessoas com deficiência possam desfrutar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”.

A acessibilidade está regulamentada, no âmbito do TRE-RS, pela [Resolução 233/2013](#). Dentre as ações, merecem destaque:

- Eliminação de degraus, ou barreiras arquitetônicas: dos imóveis em uso pela Justiça Eleitoral, 94,84% estão adequados neste quesito, conforme Sistema IMÓVEIS;
- Sanitário Acessível: em caso de locação nova de imóvel para futura ocupação é observada a existência de sanitário acessível e, se for o caso, solicita-se a adequação a ser realizada pelo proprietário/locador. Foi realizada a remodelação da Central de Atendimento ao Eleitor em Porto Alegre, na qual os Sanitários de acesso público foram totalmente adaptados às normas e legislação vigente sobre acessibilidade;
- Piso Tátil: realizada a aquisição de pisos táteis, interno e externo, emborrachados e vinílicos, para adequação dos imóveis em uso pela Justiça Eleitoral, para o incremento significativo dos índices de adequação;

Gráfico 1 - Indicadores de Acessibilidade

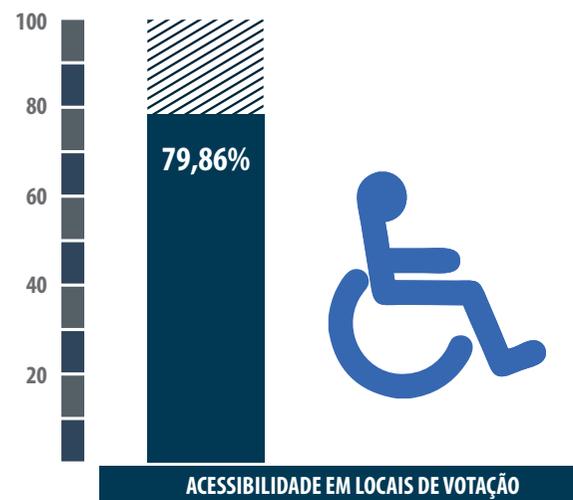


- Prédio-Sede: foram realizados ajustes na entrada e no balcão de atendimento, proporcionando acesso sem obstáculos às pessoas com deficiência.

No caso de mudança para novos imóveis locados, o TRE-RS exige que estes itens estejam adequados para que a contratação seja efetivada, ficando a despesa a cargo do proprietário. Quanto aos imóveis locados que não possuem previsão de mudança, caso necessitem de adequação, essas ações são planejadas pelo TRE-RS dentro das possibilidades técnicas, orçamentárias e de pessoal.

Quanto à **acessibilidade dos eleitores portadores de deficiência aos locais de votação**, em ano de eleição, os cartórios realizam vistorias a todos os prédios que recebem seções eleitorais e cadastram as informações em sistema informatizado com a finalidade de direcionar esses eleitores às seções acessíveis. Além disso, quando os cidadãos realizam alistamento, transferência ou revisão eleitoral, é efetuada a anotação de eventuais necessidades especiais no cadastro, a fim de que votem em locais que oferecem condições de acessibilidade. Em 2018, de acordo com os registros no sistema, o percentual de locais de votação adequados às pessoas com deficiência atingiram 79,86%.

Gráfico 2 - Acessibilidade em Locais de Votação



É desafio para o exercício de 2019 dar continuidade às melhorias visando a acessibilidade predial nos cartórios eleitorais do estado, eliminando as barreiras arquitetônicas (degraus/escadas), providenciando sanitários acessíveis bem como a instalação de pisos táteis. Existe previsão de obras em dez imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Gestão de Riscos e Controles Internos

4.1. Visão geral do modelo de gestão de riscos e controles internos

O sistema de gestão de riscos e controles do TRE-RS funciona, de forma geral, seguindo o modelo das três linhas de defesa:

A primeira linha refere-se aos gestores de riscos, ou seja, aos servidores **responsáveis pelas áreas mais ligadas ao negócio da instituição**. Na prática, são estes os incumbidos pela **implementação de controles e ações corretivas** mais pontuais, normalmente relacionadas aos processos de trabalho.

As funções da segunda linha são exercidas de forma compartilhada por várias unidades no Tribunal, as quais, em uma visão ampla, **estão ligadas à área-meio de atuação**, como finanças, pessoas, corregedoria, infraestrutura e tecnologia da informação. Estas áreas específicas dão suporte às atividades finalísticas, ao mesmo tempo em que supervisionam e monitoram **a conformidade das ações**. Resoluções, Instruções

Normativas, Políticas, Códigos e Portarias do TRE-RS são exemplos de controles internos estabelecidos. Ainda nesta linha de defesa atuam as unidades responsáveis por inspeções e correções de serviços e procedimentos, assim como os escritórios setoriais de projetos e os Comitês de Gestão de Riscos e Modelagem de Processos, responsáveis por darem suporte à implementação de novas ações e fornecerem orientações sobre técnicas e boas práticas de gestão.

Figura 7 - Modelo de Três Linhas de Defesa



Fonte: TRE-RS

A terceira linha compete à Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE-RS, a quem incumbe realizar avaliações objetivas e independentes que incluam a análise de conformidade e, de modo geral, da eficiência e eficácia dos controles praticados nas duas primeiras linhas de defesa. Tais avaliações são reportadas à Alta Administração por meio de relatórios e servem de subsídios para a tomada de decisões estratégicas.

4.2. Principais riscos identificados em relação aos objetivos estratégicos e respectivos controles e respostas para mitigação.

Os principais riscos da instituição, demonstrados a seguir, impactam especialmente as áreas estratégica e operacional, sendo de maior relevância os relacionados aos três macroprocessos finalísticos do TRE-RS: Eleições, Prestação Jurisdicional e Cadastramento Eleitoral. Da mesma forma, merecem destaque os riscos relacionados à imagem da instituição e à segurança da informação, ambos também diretamente vinculados aos objetivos estratégicos.

Risco	Formas de Mitigação
Impossibilidade / dificuldade de o eleitor votar.	<ul style="list-style-type: none"> Planejar atos contingenciais, para o dia da eleição, visando a corrigir imediatamente eventuais defeitos nas urnas eletrônicas; Designar unidade específica para gerenciar e coordenar a gestão e manutenção preventiva das urnas eletrônicas no estado, evitando problemas e antecipando soluções; Promover valorização (campanhas nas mídias) e treinamento específico para os mesários, como forma de atrair novos voluntários e melhorar o serviço prestado no dia da eleição.
Fraude na votação, contabilização e/ou totalização do resultado das eleições.	<ul style="list-style-type: none"> Urnas eletrônicas lacradas em audiências públicas e sem comunicação com internet, evitando interferências; Utilizar softwares próprios e comunicação de dados em ambiente seguro e exclusivo (link dedicado); Identificar o eleitor para votar por meio de suas digitais (cadastramento biométrico 60% concluído no estado); Dispor de possibilidade de envio dos resultados a partir dos locais de votação, agilizando a contabilização dos votos (solução JE Conect); Distribuir boletim contendo o resultado da seção logo após o término da votação, o qual pode ser conferido com o resultado apurado no site da Justiça Eleitoral. Tais boletins de urna são publicizados aos representantes dos partidos políticos presentes na seção, fomentando maior fiscalização do processo.
Descumprimento de prazos processuais, prejudicando as diversas etapas da eleição.	<ul style="list-style-type: none"> Planejar estrutura e pessoal para períodos críticos (registro de candidatura, prestação de contas, . . .); Implantar o PJE (Processo Judicial Eletrônico), o qual permite virtualização e agilização dos trâmites processuais; Controlar e monitorar a atividade judiciária e seus prazos por meio de sistema informatizado (PortCRE); Utilizar sistema eletrônico para publicações oficiais, agilizando intimações, despachos e demais atos processuais (DEJERS).

Risco	Formas de Mitigação
Falhas no cadastro de eleitores e filiados que prejudiquem o voto ou a candidatura ou, ainda, possibilitem o voto fraudado.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover inspeções e correções frequentes, com o objetivo de detectar possíveis falhas no cadastro de eleitores; • Realizar batimentos automatizados no sistema de cadastro como forma de identificar erros ou fraudes na inscrição de eleitores e filiados; • Transferir responsabilidades aos partidos políticos pela fidelidade do cadastro de filiados; • Implantar reconhecimento biométrico de eleitores, evitando fraudes tanto na inscrição eleitoral como na habilitação do eleitor para votar.
Deterioração da imagem institucional.	<ul style="list-style-type: none"> • Manter canais de comunicação com a sociedade (como o serviço de Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão) para registro de ocorrências, reclamações, pedidos de informações, sugestões e denúncias, visando à melhoria dos serviços prestados; • Convocar reuniões com partidos políticos, advogados e imprensa no intuito de disseminar orientações, dirimir dúvidas e solicitar apoio no combate a informações falsas; • Realizar campanhas de esclarecimentos sobre as atribuições da Justiça Eleitoral e os principais assuntos relacionados ao eleitor e às eleições, promovendo a disseminação de informações relevantes; • Promover a cidadania e participação social, fazendo-se presente nas principais mídias, com o objetivo de ampliar o alcance de notícias de interesse da sociedade.
Utilização indevida de dados e/ou ataques cibernéticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de sistema de Governança de TI, responsável por definir diretrizes e estratégias de investimentos, contratações, desenvolvimento de sistemas e segurança da informação; • Criação da Comissão de Tecnologia da Informação, com representação multidisciplinar, responsável por estudar e propor soluções tecnológicas, sugerir investimentos e priorizar ações de TI; • Possuir um Plano Estratégico e um Plano Diretor de TIC, com monitoramento e revisão frequentes; • Realizar investimentos constantes em infraestrutura de TI e segurança da informação (mais de cinco milhões de reais em 2018, incluindo aquisição de firewall, desenvolvimento de novo sistema de controle de acesso à rede e investimentos em infraestrutura de dados e comunicação).

Fonte: TRE-RS

Importa destacar que a organização visualiza o processo eleitoral como sua finalidade principal, envidando todos os esforços para que esta justiça especializada possa organizar, preparar, operacionalizar e totalizar de forma segura os votos da população em um único dia. Em razão disso, trabalha para que todo evento que possa interferir nesse grande objetivo esteja identificado, avaliado, monitorado e com planos de respostas previamente estabelecidos. Informações mais detalhadas sobre como o Tribunal organiza as eleições e monitora estes e outros riscos podem ser encontradas no [Programa Eleições](#).

Por fim, embora ainda não exista prática contínua e ampla de avaliação de riscos que leve em conta fatores internos e externos de forma estruturada, há controles, recursos e procedimentos que atendem às necessidades básicas da organização, colaborando para melhoria do desempenho e alcance efetivo e eficaz dos resultados. O TRE-RS está empenhado na formalização de método institucional de gestão de riscos, o qual está em fase final de estudo e deve ser aprovado no primeiro semestre de 2019.

Resultados da Gestão

5.1. Objetivos estratégicos, resultados e justificativas

O Plano Estratégico do TRE-RS, pelo perfil de atuação institucional, apresenta metas e indicadores para ciclos diferentes, de acordo com a sazonalidade da atividade. Entretanto, como será demonstrado, em 2018 houve

a mensuração de todos os indicadores e foram efetivadas ações no sentido de alcançar a missão. Os objetivos estratégicos e seus resultados, em relação às metas, são:



Prestar Serviços de Excelência

Busca promover qualidade, agilidade e maior disponibilidade em relação aos serviços oferecidos.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Grau de Satisfação dos Cidadãos/Usuários	90,00%	95,59%	90,00%	94,42%	90,00%	95,69%
Atendimentos Descentralizados	14% em 2019	17,64%	12,00%	17,03%	-	13,27%
Serviços Virtuais disponibilizados para o cidadão	76% em 2019	74,00%	70,00%	71,00%	-	47,36%
Resultado do Objetivo Estratégico:		100,00%		100,00%		100,00%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: historicamente, o TRE-RS oferece bons e ágeis serviços à população, fato comprovado pelas frequentes pesquisas realizadas em todos os seus locais de atendimento presencial ao público, cuja percepção da sociedade invariavelmente expressa satisfação superior a 90% com a qualidade dos serviços oferecidos. A instituição também objetiva estar mais próxima da população, realizando atendimentos fora de

suas sedes (em localidades distantes e de difícil acesso) ou disponibilizando virtualmente seus serviços. Em resumo, os respectivos indicadores estratégicos apresentaram desempenho acima das metas estabelecidas e demonstram efetividade dos esforços empregados para facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços da instituição.



Fortalecer a Imagem Institucional

Busca melhorar a percepção da população sobre a credibilidade da instituição e consolidar uma imagem positiva perante à sociedade.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Imagem da Justiça Eleitoral	80,00%	78,07%	80,00%	78,64%	80,00%	86,67%
Citações Negativas na Mídia	1,9%	1,64%	-	-	2,00%	0,77%
Confiança do Cidadão no Processo Eleitoral	82%	84,80%	-	-	80,00%	Não mensurado
Resultado do Objetivo Estratégico:		66,67%		0,00%		100,00%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: em que pese a avaliação dos serviços prestados pelo TRE-RS possuir excelente avaliação, a imagem da Justiça Eleitoral (que é mensurada na mesma pesquisa que avalia os serviços) tem apre-

sentado tendência de queda ao longo dos últimos três anos, ficando abaixo do esperado pela organização. Credita-se tais resultados ao desconhecimento das competências da Justiça Eleitoral e, também, à percepção de corrupção generalizada, a qual atinge os mais diversos órgãos públicos.

Por outro lado, as citações negativas na mídia mantêm-se dentro do percentual aceitável, assim como o resultado positivo em relação à confiança do cidadão no trabalho realizado para as eleições (mensurada por meio de pesquisa aplicada no dia do pleito), o qual demonstra que, quando esclarecido o escopo de atuação desta Justiça, o eleitor tende a acreditar no processo

eleitoral. De toda forma, tais informações angariam insumos que norteiam decisões estratégicas e indicam a postura a ser adotada pela instituição, vislumbrando-se a necessidade de mais campanhas de esclarecimentos sobre seus limites de atuação e sobre os procedimentos que fazem parte da eleição.



Aprimorar a Comunicação com a Sociedade

Busca aproximar a Justiça Eleitoral dos meios de comunicação social, das entidades representativas e da sociedade. Este objetivo está diretamente ligado ao “Fortalecer a Imagem Institucional”.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Notícias produzidas pelo TRE-RS	20	17,53	-	-	18	5,67
Resultado do Objetivo Estratégico:		0,00%		-		0,00%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: embora a meta não tenha sido atingida, o resultado é considerado bastante positivo se comparado com o ano eleitoral anterior. Note-se que, em 2018, triplicou o número de notícias produzidas pelo TRE-RS e que foram replicadas nas principais

mídias, o que demonstra considerável esforço para aumentar a qualidade das matérias publicadas e, conseqüentemente, a credibilidade da instituição. A organização entende que o não alcance do resultado esperado é fruto, neste caso, de superdimensionamento da meta.



Aprimorar o Processo Eleitoral

Busca a constante melhoria dos processos de trabalho mais diretamente vinculados à Eleição, à Prestação Jurisdicional e ao Cadastramento Eleitoral, ou seja, almeja aprimorar as ações voltadas aos três principais macroprocessos finalísticos da organização.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Eleitores com cadastro biométrico	60% em maio	59,74%	-	51,44%	40% em maio	38,41%
Taxa de Julgamento - 1º grau	100,01%	85,71%	100,01%	123,45%	100,01%	67,50%
Taxa de Julgamento - 2º grau	100,01%	99,92%	100,01%	101,02%	100,01%	96,99%
Julgamento de Processos Antigos - 1º grau	90,00%	98,10%	90,00%	94,94%	90,00%	89,78%
Julgamento de Processos Antigos - 2º grau	90,00%	95,76%	90,00%	97,04%	90,00%	99,01%
Julgamento de Ações que Possam Importar em Não Diplomação ou Perda do Mandato Eletivo - 1º grau	-	75,00%	95,00%	43,05%	-	46,92%
Julgamento de Ações que Possam Importar em Não Diplomação ou Perda do Mandato Eletivo - 2º grau	95,00%	95,83%	95,00%	96,63%	95,00%	100,00%
Horário de término da totalização da eleição	21h30min	23:36 (1º turno)	-	-	21 horas	20:49 (1º turno)
		20:33 (2º turno)		-		19:05 (2º turno)
Seções eleitorais - mesários voluntários	65,00%	70,17%	-	-	60,00%	62,32%
Resultado do Objetivo Estratégico:		55,56%		83,33%		55,56%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: em que pese ser mediano o resultado global do objetivo, os números de cada indicador demonstram os esforços do Tribunal para que o processo eleitoral alcance níveis elevados de aprimoramento. A maior parte dos indicadores estratégicos deste objetivo apresentou resultado satisfatório, destacando-se os percentuais de julgamento dos processos mais antigos e daqueles que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, explicitando planejamento adequado, agilidade e priorização do que é mais relevante nos julgamentos.

Em contrapartida, quatro indicadores não alcançaram os resultados esperados, embora os números apresentados estejam próximos ou muito próximos das metas estabelecidas:

- Os dois indicadores de taxa de julgamento (1º e 2º graus) foram incorporados do plano estratégico do Poder Judiciário nacional (CNJ), cujos resultados não atingidos já são esperados para os anos eleitorais. Ocorre que um grande número de processos são autuados somente a partir de novembro do ano eleitoral (prestações de contas partidárias referentes às eleições), o que, praticamente, inviabiliza que o Tribunal julgue mais processos do que o número de protocolizados em anos eleitorais por inexistência de tempo hábil. Ressalta-se que a meta é facilmente cumprida em anos sem eleição;
- O número de eleitores com cadastro biométrico ficou aquém do esperado por apenas 0,26%. Cabe referir que a mensuração contante no Plano Estratégico define o mês de maio (fechamento do cadastro eleitoral) como limite para alcançar a meta. No entanto, se levássemos em conta o final do ano de 2018, cujo percentual alcançou 60,12%, o objetivo estaria superado, demonstrando aderência entre o planejado e o executado;
- Já o horário de totalização da eleição ficou mais distante do alvo estabelecido, com mais de duas horas de diferença. Tal resultado foi causado por problemas pontuais de logística no interior do estado, os quais impossibilitaram a obtenção de 100% dos resultados antes do horário previsto. Todavia, cabe ressaltar que 99,8% dos boletins de urna de todo o estado já haviam sido recebidos no TRE até as 21h15min do 1º turno. No 2º turno, a meta foi alcançada com certa facilidade.



Buscar a Excelência na Gestão

Indica os esforços do Tribunal no sentido de aperfeiçoar a gestão interna na busca por melhores resultados, sempre com vistas à economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e demais princípios da administração pública.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Pontuação no Gespública	360	Não mensurado	360	402	360	388
Metas Alcançadas do Plano Estratégico	84,00%	58,06%	82,00%	73,91%	80,00%	69,23%
Cumprimento das Deliberações do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa	89,00%	Não mensurado	88,00%	57,14%	87,00%	75,00%
Resultado do Objetivo Estratégico:		0,00%		33,33%		33,33%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: neste ano, o objetivo resume-se ao indicador de metas alcançadas no Plano Estratégico, o qual teve seu resultado bastante abaixo do esperado, atingindo seu pior resultado nos últimos três anos. A instituição credita o resultado negativo à turbulenta eleição geral, a qual gerou grande descrédito das instituições, recaindo especialmente sobre a Justiça Eleitoral, motivando atenção quase exclusiva da instituição para o planejamento e operacionalização das eleições, em detrimento das demais questões voltadas ao monitoramento da estratégia.

Quanto aos demais indicadores, cabe referir que o de Pontuação no Gespública não foi mensurado em razão da descontinuidade do programa ([Decreto Federal n. 9.094/2017](#), que revoga o Decreto n. 5.378/2005), prejudicando a autoavaliação com base no modelo, e o de cumprimento das deliberações do Conselho de Gestão Estratégica em razão da não publicação das atas de suas reuniões, inviabilizando o controle de prazos das deliberações.



Promover a acessibilidade na Justiça Eleitoral

Busca oferecer condições adequadas de acessibilidade a servidores, mesários e usuários dos serviços da Justiça Eleitoral.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Instalações Físicas Adequadas a Pessoas com Deficiência	92,20%	94,84%	91,50%	94,87%	90,80%	90,97%
Locais de Votação Adequados a Pessoas com Deficiência	69,00%	79,86%	-	-	67,00%	82,19%
Resultado do Objetivo Estratégico:		100,00%		100,00%		100,00%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: o resultado obtido expressa níveis satisfatórios de acessibilidade aos diversos públicos da Justiça Eleitoral gaúcha. Nas sedes permanentes, o TRE-RS trabalha para, constantemente, aperfeiçoar as condições de acessibilidade às pessoas

com deficiência, alcançando níveis de adequação próximos a 95%. Com relação aos locais de votação, embora o resultado seja satisfatório, vale ressaltar que o trabalho do Tribunal é limitado à sensibilização dos órgãos e administradores responsáveis, pois tais imóveis não pertencem a esta Justiça, sendo somente requisitados para o dia do pleito.



Aprimorar a Comunicação Interna

Busca promover melhorias no fluxo e na qualidade das informações, visando ao envolvimento dos servidores e, consequentemente, ao fomento de uma gestão mais participativa.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Satisfação dos Servidores com a Comunicação Interna	68,00%	66,84%	68,00%	Não mensurado	68,00%	Não mensurado
Resultado do Objetivo Estratégico:		0,00%		-		-

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: o resultado revela que existe uma insatisfação dos servidores com a comunicação interna no Tribunal maior do que a definida na meta. O indicador vem apresentando uma tendência negativa desde a primeira pesquisa, em 2009. Embora algumas ações tenham sido tomadas, como a criação de um Comitê de Comunicação, por exemplo, elas ainda não surtiram efeitos diretos sobre o objetivo.

Com vistas a melhoria da análise dos pontos de insatisfação dos servidores, foi implementado em 2018 um novo modelo de pesquisa de clima e um aprofundamento do tratamento estatístico dos resultados, que possibilitarão melhor análise e identificação de soluções.



Promover a Responsabilidade Socioambiental

Busca incentivar a adoção de práticas sustentáveis nos processos, produtos e serviços da Justiça Eleitoral.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Cumprimento do Plano de Logística Sustentável - PLS	80% em 2021	86,00%	60,00%	80,00%	60,00%	78,57%
Resultado do Objetivo Estratégico:		100,00%		100,00%		100,00%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: o resultado positivo, com superação já em 2018 da meta proposta para 2021, expressa o bom nível de amadurecimento da instituição em relação às questões socioambientais e a sua inclusão aos processos de trabalho, a exemplo de exigências de re-

quisitos socioambientais nas contratações. O histórico de resultados positivos é fruto do trabalho do Comitê Valor Público, o qual desde 2008 busca incorporar a cultura no cotidiano da organização.



Fortalecer o Engajamento do Quadro Funcional

Busca maior envolvimento e satisfação dos servidores por meio de ações que interfiram positivamente no clima organizacional.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Satisfação dos Servidores	73,24%	66,84%	73,24%	Não mensurado	73,24%	Não mensurado
Adequação das Ações Voltadas à Melhoria do Clima Organizacional.	88,80%	91,77%	87,80%	88,58%	-	86,80%
Resultado do Objetivo Estratégico:		50,00%		100,00%		-

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: o engajamento do quadro funcional é uma das prioridades de qualquer instituição que busca por melhores resultados. Neste sentido, o TRE-RS tem promovido ações que visem à melhoria do clima organizacional, obtendo bons resultados.

No entanto, a satisfação geral de seus servidores está abaixo do almejado, indicando necessidade de mudanças

pontuais em temas considerados essenciais para a satisfação, quais sejam: estrutura e processo de trabalho; desafios e encorajamento; reconhecimento; relacionamento entre servidores e magistrados, comunicação efetiva e desenvolvimento de lideranças. O Comitê de Gestão de Pessoas já trabalha para promover tais melhorias.



Desenvolver Pessoas por Competências

Busca capacitar e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao bom desempenho das atividades da instituição.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Adequação às Competências Comportamentais	82,00%	97,80%	81,00%	96,77%	80,00%	96,46%
Adequação às Competências Técnicas	82,00%	97,15%	81,00%	96,08%	80,00%	87,89%
Adequação às Competências Gerenciais	82,00%	98,33%	81,00%	97,22%	80,00%	87,70%
Resultado do Objetivo Estratégico:		100%		100,00%		100,00%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: o excelente resultado reflete o cuidado da instituição com o mapeamento e desenvolvimento das competências necessárias ao alcance de seus objetivos, alçando o TRE-RS a um patamar superior em relação à qualificação de seu quadro funcional.

Por outro lado, embora o resultado seja bastante positivo, apresenta-se precário, pois está baseado em um mode-

lo não ideal de avaliação de desempenho. Portanto, a partir de 2019, as metas e o instrumento de avaliação serão readequados para refletirem uma análise mais apropriada deste importante objetivo estratégico. Cabe ressaltar, ainda, que o processo de avaliação de desempenho do Tribunal passou por profundo aperfeiçoamento na sua modelagem, propiciando um avanço na gestão de pessoas no Tribunal.



Aperfeiçoar a Infraestrutura e a Governança de TI

Busca maior eficiência estratégica e operacional na área de Tecnologia da Informação para suprir as demandas institucionais e da sociedade.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Cumprimento do iGovTI	0,59	0,46	0,61	0,60	0,60	Não mensurado
Resultado do Objetivo Estratégico:		0,00%		0,00%		-

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: o resultado é reflexo do baixo avanço do TRE-RS nas áreas de segurança da informação e gestão de processos de TIC. No primeiro caso, não houve adequada priorização de esforços, o que se pretende corrigir com a inclusão da segurança da informação como um objetivo estratégico na atualização recente do Plano Estratégico institucional.

Quanto aos processos de gestão de TIC, já se tem parte do trabalho realizado e, em 2019, vislumbra-se condições de implementar as necessárias mudanças culturais e procedimentais para elevação da maturidade desses processos. Por fim, cabe ainda ressaltar que a queda no resultado de 2018, em relação ao de 2017, deve-se também à troca dos critérios de mensuração do instrumento iGov.



Aperfeiçoar a Infraestrutura Física

Busca prover o Tribunal de instalações físicas adequadas ao quadro funcional e usuários dos serviços da Justiça Eleitoral.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Adequação das Instalações Físicas	92,00%	91,68%	91,00%	90,21%	90,00%	90,49%
Resultado do Objetivo Estratégico:		0,00%		0,00%		100,00%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: o resultado, embora ligeiramente abaixo do esperado, demonstra um alto grau de preocupação do TRE com as condições físicas de suas instalações, tanto para os servidores como para os usuários de seus serviços. O não alcance da meta estabelecida se deu em razão da impossibilidade de concluir as adequações previstas em dois cartórios eleitorais localizados no interior do estado.

Por outro lado, em 2018 foi concretizada a compra de um imóvel que abrigará a nova sede deste Tribunal, possibilitando reunir todas as unidades da capital em um mesmo local. Para 2019, projeta-se o início das obras de adequação deste novo prédio, assim como a mudança de endereço de dois cartórios eleitorais no interior do estado, impactando positivamente no grau de adequação da infraestrutura física do TRE-RS.



Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária

Busca gerir o orçamento de forma integrada, visando a assegurar recursos que viabilizem as ações necessárias à execução da estratégia.

Indicador	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017	Meta 2016	Resultado final 2016
Aderência da Execução – Orçamento Ordinário	75,40%	84,54%	70,00%	82,80%	70,00%	93,00%
Aderência da Execução – Orçamento de Pleitos Eleitorais	75,40%	82,75%	-	-	70,00%	77,00%
Perdas Orçamentárias – Orçamento Ordinário	5,00%	6,85%	5,00%	4,90%	1,50%	0,10%
Perdas Orçamentárias – Orçamento de Pleitos Eleitorais	9,00%	13,61%	-	-	5,00%	6,60%
Resultado do Objetivo Estratégico:		50,00%		100,00%		75,00%

Fonte: TRE-RS

Análise do resultado do objetivo: o resultado global do objetivo foi mediano, embora possa ser analisado com um viés positivo. A aderência da execução orçamentária, que representa o percentual de gasto de acordo com o planejado, teve um desempenho acima do esperado, tanto para a rubrica voltada aos gastos ordinários como para a exclusiva de pleitos eleitorais. Tal resultado deve-se, principalmente, a não ocorrência de cortes orçamentários ou contingenciamento significativo ao longo do ano, o que possibilitou a execução do orçamento próxima ao planejado.

Já em relação aos índices de perdas orçamentárias, credita-se o percentual acima do limite estabelecido, em sua maior parte, à eficiência dos gastos realizados. Verificou-se, na prática, preços de mercado abaixo das previsões realizadas quando do envio do orçamento, em especial nos valores destinados à eleição, do qual destacam-se a contratação de auxiliares de eleição e de empresa para transporte de urnas eletrônicas, cuja economia superou R\$1.000.000,00.

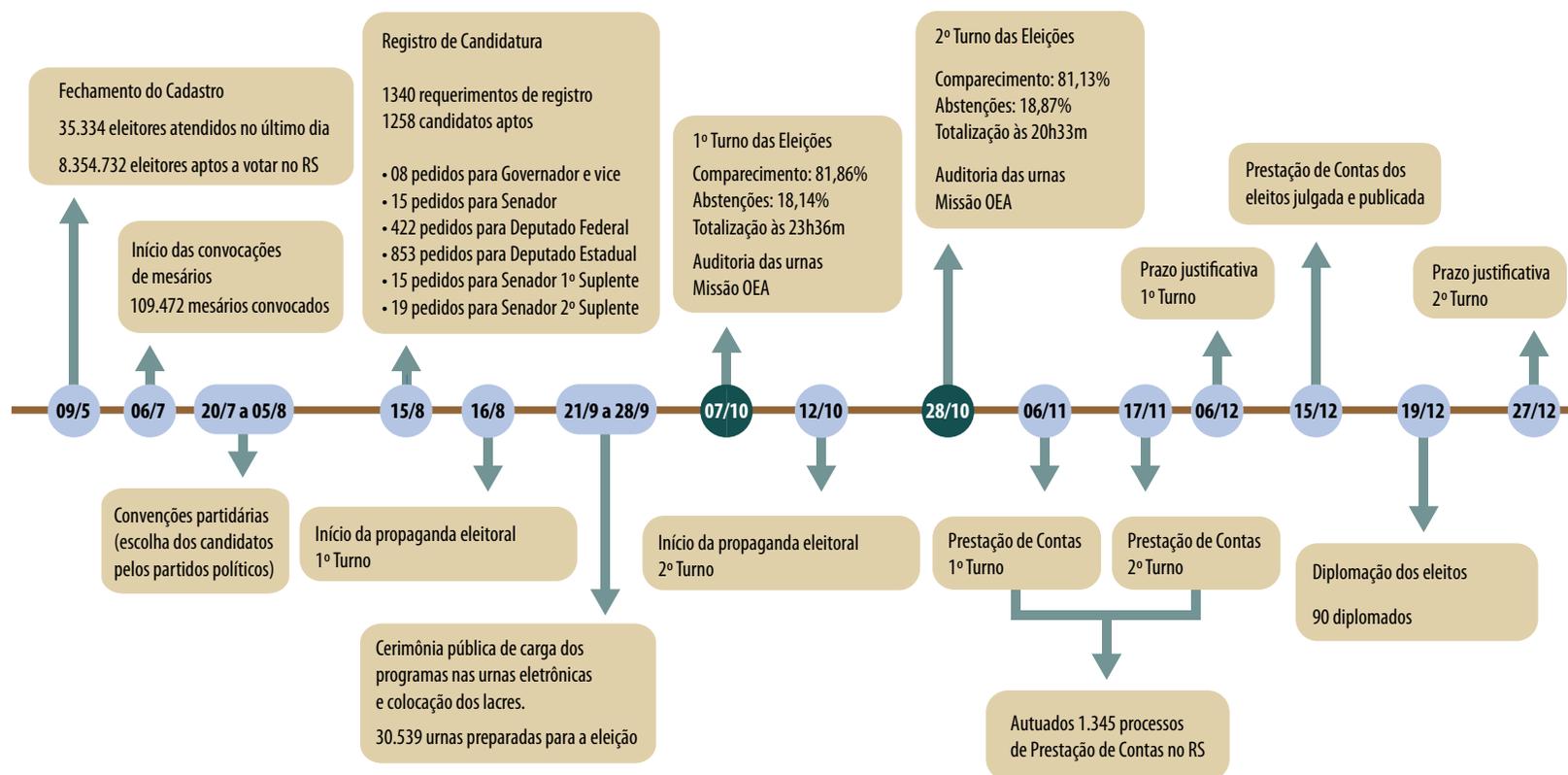
5.2. Principais programas e projetos, incluindo respectivos riscos, vinculados à Cadeia de Valor

5.2.1. ELEIÇÕES:

As eleições oficiais ordinárias são realizadas a cada 2 anos e dividem-se em municipais e gerais. Nas primeiras, são disputados os cargos de vereador e prefeito; na segunda, de deputado estadual, deputado federal, senador, governador e presidente da república.

As regras gerais das eleições estão previstas na [Lei n. 9.504/97](#), sendo, ainda, regulamentadas por [Resoluções expedidas pelo TSE](#), as quais são válidas especificamente para cada pleito. A seguir, estão representados os principais acontecimentos da eleição geral de 2018:

Figura 8 - Linha do tempo das eleições de 2018



Das 27.760 seções eleitorais do RS, distribuídas nos seus 497 municípios, apenas uma recebeu votação por cédulas em razão de problemas técnicos na urna eletrônica. O fato aconteceu na seção n. 0001 do município de Três Coroas que, apesar do contratempo, pode contabilizar todos os votos de seus eleitores.

Uma novidade neste ano foi a Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Durante os dois turnos da eleição, a Missão analisou aspectos chave do processo eleitoral, tais como a organização, tecnologia, financiamento de campanhas, liberdade de expressão, participação política de mulheres, de povos indígenas e de afrodescendentes.

O [relatório da OEA](#), em resumo, reconheceu o contexto extremamente polarizado destas eleições e ressaltou que os brasileiros conseguiram eleger de forma pacífica o seu presidente.

Excepcionalmente, também houve em 2018 duas renovações de eleição para o cargo de prefeito: uma em 3 de junho no município de Bom Jesus e outra em 28 de outubro no município de Alpestre. A primeira ocorreu em razão de

conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei n. 9.504/97, gerando a cassação de mandato da chapa vencedora, enquanto a segunda deu-se pela renúncia do então prefeito e afastamento de seu vice pela Câmara de Vereadores.

Importante destacar que a eleição em Alpestre foi concomitante com o segundo turno da eleição geral, aproveitando toda a estrutura e o esforço logístico do pleito maior, sem gerar despesas extraordinárias. Apenas no caso da renovação ocorrida em Bom Jesus, município com cerca de 8 mil eleitores, houve necessidade de mobilização específica da Justiça Eleitoral, com a conseqüente convocação de cerca de 120 colaboradores, entre mesários, administradores de prédio e membros da junta eleitoral. O fornecimento de auxílio-alimentação a esses colaboradores, do transporte de urnas eletrônicas e do pagamento de horário extraordinário para os servidores geraram um custo total de aproximadamente R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Cabe ainda mencionar que o grau de previsibilidade desses eventos é limitado, pois não há como estimar quando e quantos processos judiciais em análise evoluirão para uma decisão que resulte em renovação do pleito, dificultando a prévia orçamentação anual dessas novas eleições.

Programa Eleições

O Programa Eleições 2018 coordena os projetos e os processos de trabalho relativos à eleição, abrangendo e gerenciando todas as ações e esforços para a plena realização dos objetivos propostos para o pleito.



Os sete projetos foram os seguintes:

1. Voto Especial: promoveu as ações para viabilizar o voto do preso provisório e do adolescente internado, o voto em trânsito e o voto de militar em serviço;
2. Comunicação *Mobile*: tratou do uso de mensagens de texto por meio de plataforma *web* e aplicativo para troca de mensagens entre servidores da Justiça Eleitoral, colaboradores e, eventualmente, eleitores;
3. Voto Impresso: definiu a logística para implantação dessa novidade para as eleições gerais;
4. Apoio às Eleições: aprimorou o processo de contratação e gerenciamento dos auxiliares de eleição, força terceirizada contratada para o auxílio técnico ao pleito;

5. Disque-Eleições (SOS Eleitor): tratou do serviço telefônico de informações ao cidadão durante o período eleitoral;
6. Auditoria de Urnas: aprimorou o processo de votação paralela e coordenou a auditoria *in loco* nas seções eleitorais sorteadas para tal fim;
7. Registro de Candidaturas e Representações: revisou o processo de trabalho do registro de candidaturas em virtude da utilização do processo judicial eletrônico (PJE).

Destes projetos, destaca-se o de auditoria das urnas ([votação paralela](#)), que objetiva ampliar a transparência do processo eleitoral e comprovar a confiabilidade da votação por meio eletrônico. A Resolução TSE n. 23.550/2017, alterada pela de n. 23.574/2018, previa dois tipos de auditorias em cada turno de votação: uma, em ambiente controlado, para a análise do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso; e outra diretamente nas seções eleitorais durante a eleição, para verificação de autenticidade e integridade dos sistemas instalados nas urnas.

A auditoria de funcionamento em ambiente controlado ocorreu no Prédio 50 da PUC-RS, maior local de votação na capital, e comprovou que a urna eletrônica registra e contabiliza cada voto exatamente como foi digitado pelo eleitor. Do mesmo modo, foram confirmadas a autenticidade e a integridade dos sistemas instalados nas urnas eletrônicas sorteadas. Todo o trabalho pôde ser acompanhado pelos representantes dos partidos políticos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público e/ou qualquer cidadão interessado.

A exemplo deste projeto, os demais também foram executados a contento, com exceção do projeto Voto Impresso, que foi cancelado por força de [decisão do Supremo Tribunal Federal](#), em junho de 2018, suspendendo a implantação dessa modalidade de votação nessas eleições gerais.

A previsão inicial de despesas do programa, considerando os dois turnos, era de cerca de 36 milhões de reais. Com a suspensão do voto impresso e os ajustes na execução dos demais projetos e processos de trabalho, o custo total realizado, somados gastos de custeio e de pessoal, ficou em torno de 32 milhões de reais.

Principais riscos

Os principais riscos que impactam o programa eleições são os mesmos que afetam os mais importantes objetivos estratégicos da instituição: possibilidade de fraude na votação, na contabilização e/ou na totalização do resultado das eleições; descumprimento de prazos processuais, prejudicando as demais etapas da eleição; impossibilidade/dificuldade de o eleitor votar; e falhas no cadastro de eleitores/filiados que prejudiquem o voto ou a candidatura. Todos estes riscos foram tratados com detalhes no capítulo 4.

Além destes, há outros que também ameaçam o sucesso do programa: falta de urnas eletrônicas em condições de uso e demora demasiada de eleitores no momento da votação.

O risco referente à falta de urnas eletrônicas em condições adequadas foi mitigado com contratação de empresa especializada em manutenção desses equipamentos e solicitação de novas urnas ao TSE.

A demora do eleitor já era esperada e, de fato, foi um dos grandes problemas no 1º turno da eleição. As causas dominantes foram o grande número de notícias falsas, o que gerou tumulto nas seções, e a demora no reconhecimento de eleitores por biometria. Para ambos os motivos, foram feitas campanhas de

divulgação nas principais mídias e prestada orientação aos eleitores nas seções de votação (por mesários e administradores de prédio), surtindo razoável efeito prático.

5.2.2. PROJETO BIOMETRIA



Panorama Geral

O Projeto Biometria, iniciado em outubro de 2015, prevê que todo o eleitor do Rio Grande do Sul que procure o Tribunal para fazer seu alistamento, revisar seus dados ou mudar seu domicílio eleitoral, tenha seus dados biométricos coletados.

Além desse atendimento regular, também está sendo realizada a revisão obrigatória do eleitorado, a fim de concluir o processo de coleta dos dados biométricos. Neste caso, o TRE-RS define um período específico para que o eleitor de cada município compareça para atualizar o seu cadastro, sob pena de ter o título cancelado.

Em 2018, encerrou-se a revisão obrigatória em 15 municípios, totalizando 426 cidades gaúchas com a atualização de cadastro totalmente concluída. Em número de eleitores, o TRE atendeu 749.342 cidadãos, sendo 718.128 novas coletas biométricas. Somando as novas biometrias com as já realizadas em anos anteriores, são

mais de 5 milhões de eleitores com as digitais registradas, o que representa 60% do eleitorado apto do estado.

Pessoal e Infraestrutura

A infraestrutura utilizada para o projeto biometria já havia sido implementada em 2017. Os 363 estagiários contratados foram mantidos até o fechamento do cadastro, em maio, tanto nos municípios que haviam passado por revisão (já que há sempre uma grande procura por regularização dos eleitores que não compareceram no período previsto), como nos municípios com atendimento exclusivamente ordinário. A instituição contou também com o apoio de 63 militares, em razão de convênio firmado entre TRE-RS e Comando do Exército do Rio Grande do Sul.

Importação de dados do Instituto-Geral de Perícias (IGP-RS):

Foram incorporados ao cadastro os dados biométricos de 1.428.212 eleitores que ainda não haviam passado pelo recadastramento na Justiça Eleitoral. Desses, 931.690 foram reconhecidos nas urnas eletrônicas. O TSE está trabalhando na importação definitiva desses

dados. Quando concluída, o percentual de eleitores do estado com biometria será superior a 70%, representando uma economia potencial de R\$ 3.726.760,00, considerado o parâmetro utilizado pelo TSE de R\$ 4,00 por coleta biométrica.

Principais riscos:

O principal risco do projeto Biometria diz respeito à baixa qualidade na coleta das digitais, causando grande impacto na identificação de eleitores no dia do pleito. Também são ameaças a falta de pessoal, de equipamentos, o recebimento de arquivos incorretos do IGP e a desconfiança do eleitor em razão do uso desses dados importados.

O risco de coletas de baixa qualidade é combatido com treinamento específico para atendentes e implantação de ferramentas de monitoramento.

A questão da falta de pessoal foi suprida com um termo de cooperação com o Exército Brasileiro, bem como com a contratação temporária de estagiários, preenchendo assim as lacunas de pessoal existentes no interior do estado.

O fato de o cadastramento biométrico ter sido programado para ocorrer em etapas, mitigou a questão da insuficiência de equipamentos, uma vez que os kits de biometria são transferidos de um cartório para outro de acordo com os prazos estabelecidos para cada município.

Em relação à importação de arquivos com dados incorretos e/ou incompletos, o impacto se dá nas eleições, pois afeta diretamente a identificação do eleitor no momento da votação. Este tipo de risco foi tratado com conferências e revisões criteriosas dos lotes de arquivos enviados pelo governo do estado (incluindo foto, filiação, *log*, valores *hashes*, etc.).

Já a desconfiança da população, gerada por possível desconhecimento sobre o uso de digitais não coletadas pela Justiça Eleitoral, foi enfrentada com campanhas de esclarecimento (em diversas mídias) e ênfase no treinamento do mesário, o qual tem contato mais direto com o eleitor no dia pleito.

5.3. Outros Resultados

5.3.1. METAS CNJ

As [Metas Nacionais do Poder Judiciário](#) objetivam aperfeiçoar a prestação jurisdicional e representam o compromisso dos tribunais brasileiros com a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

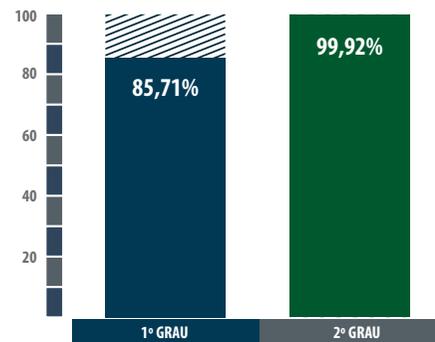
Anualmente, o CNJ – órgão de controle do Poder Judiciário - define as metas a serem cumpridas por todos os Tribunais, as

quais são divididas em nacionais e específicas. À Justiça Eleitoral, em 2018, coube cumprir duas metas nacionais e duas específicas, cujos resultados foram:

META NACIONAL 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

Destaca-se como principal fator a contribuir para o insucesso no alcance da meta, no 1º grau, a nova exigência dada pela Resolução TSE n. 23.553/17, que passou a demandar dos diretórios municipais dos partidos políticos a prestação de contas de campanha (art.48, II, d). Como esses processos representam cerca de 40% das autuações do ano, as quais ocorreram apenas nos últimos dois meses de 2018, não houve tempo hábil para o cumprimento da meta. No segundo grau, o julgamento dos pedidos de registro de candidatura e das prestações de contas dos eleitos forçaram o represamento de outros processos que já se encontravam aptos a entrar em pauta, pois aqueles possuem prazos exíguos para julgamento.

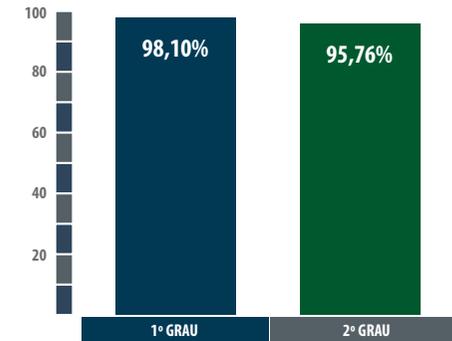
Gráfico 3 - Taxa de Julgamento



META NACIONAL 2: “Julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016”.

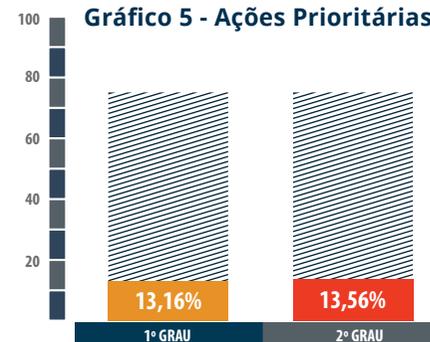
Gráfico 4 - Julgamento de Processos Antigos

A principal ação que possibilitou o atingimento da meta foi a adoção do Portal da Transparência – PortCre, ferramenta gerencial que permitiu o acompanhamento diário da produtividade jusridicional em todo o TRE-RS.



META ESPECÍFICA 1: “Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo, fixando-se o prazo máximo de julgamento por instância.” A meta estabelecida consistia em julgar 75% desses processos dentro do respectivo prazo*.

Gráfico 5 - Ações Prioritárias



* Prazo para processos com competência originária no 1º grau: 6 meses para o primeiro julgamento; 3 meses para o julgamento de eventual recurso no TRE-RS.

Prazo para processos originários no 2º grau: 6 meses para o primeiro julgamento.

Estes processos são considerados os mais importantes no âmbito da Justiça Eleitoral, pois impactam em perda de mandato e/ou não diplomação de eleito em razão de irregularidades. Dessa forma, as partes lançam mão dos mais diversos artifícios jurídicos, como recursos, oitiva de muitas testemunhas, pedidos extraordinários de carga de processo, solicitação de adiamento de julgamento, entre outros, resultando em não cumprimento dos prazos propostos.

META ESPECÍFICA 2: “Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente”.

Os critérios para atingimento da meta consistiam em elaborar e cumprir um plano anual de educação; promover convênios para difundir ações educativas; além de realizar avaliação de reação de seus cursos e palestras.

Resultado final da meta: 100%.



O Tribunal tem investido em ações de educação com vistas a aproximar a Justiça Eleitoral do cidadão, promovendo conhecimento e divulgando informações sobre direitos e deveres do eleitor. O resultado obtido nesta meta demonstra o comprometimento do TRE-RS em esclarecer a sociedade e, assim, fortalecer a cidadania e a democracia.

5.3.2. SELO JUSTIÇA EM NÚMEROS

O [Selo Justiça em Números](#)



visa a reconhecer os tribunais

que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais. Os critérios utilizados para avaliação envolvem encaminhamento adequado das informações estatísticas de seu acervo processual, nível de informatização, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ. Os níveis de excelência são classificados em ouro, prata e bronze, de acordo com a pontuação obtida em relação aos requisitos exigidos.

Em 2018, o TRE-RS foi premiado com o Selo Prata.

5.4. Perspectivas e desafios

Novo Plano Estratégico

Em termos de estratégia geral da instituição, o primeiro desafio que se apresenta é a efetiva implantação do [Plano Estratégico 2019-2021](#), o qual expressa os novos rumos ao TRE-RS, com objetivos e metas mais voltados aos anseios da sociedade, sem deixar de estar alinhado às diretrizes do TSE e CNJ.

Implantação do Processo Judicial Eletrônico no 1º grau

Quanto à prestação jurisdicional, o principal desafio para 2019 é a utilização do PJe pelos cartórios eleitorais do estado. A ação possui extrema importância para o pleito municipal de 2020, visto que se almeja utilizar a ferramenta para virtualizar toda a demanda jurisdicional da próxima eleição.

Tal implantação vai exigir grande esforço da organização, já que será necessário capacitar número expressivo de servidores, dispor de melhores estruturas tecnológicas para possibilitar o pleno funcionamento do sistema, assim como estar preparada para prestar suporte às diversas partes interessadas, como advogados e partidos políticos de todo o estado.

Combate às *fake news*

As eleições de 2018 foram marcadas pelo fenômeno da disseminação de notícias falsas. Os ataques, criação de boatos e mentiras atingiram não somente as campanhas dos candidatos, mas também, em volume e intensidade inéditos, o voto eletrônico e a Justiça Eleitoral.

Para monitorar e rebater a desinformação, o TSE e os TREs trabalharam em conjunto com as principais instituições policiais e de inteligência do país, em uma iniciativa também nunca antes realizada.

Embora este trabalho integrado tenha conseguido contrapor alguns dos boatos mais difundidos, percebe-se que a desconfiança geral com relação à urna eletrônica e todo o trabalho realizado pelos Tribunais Eleitorais é muito grande e isso atinge, sobretudo, a imagem e a credibilidade da instituição.

Neste sentido, qualificar a comunicação institucional apresenta-se como grande desafio no caminho para que o novo objetivo estratégico “fomentar a aproximação da JE com a sociedade” tenha resultados expressivos. O intuito é que as comunicações da Justiça Eleitoral, realizadas por meio de informações relevantes e de fácil entendimento, alcance todas as camadas da sociedade, assim como passem a servir como fonte de consulta capaz de inabilitar os efeitos das *fake news*.

Projeto Biometria

A Justiça Eleitoral planejou recadastrar todos os eleitores do Brasil até 2022. No Rio Grande do Sul, ainda faltam 71 municípios, os quais abrigam 3,3 milhões de eleitores sem dados biométricos coletados.

Para cumprir com tal objetivo, o TRE-RS, com base no orçamento disponibilizado pelo TSE, definiu recadastrar mais 50 municípios até 2020, deixando os últimos 21 para os anos 2021/2022.

O grande desafio deste projeto é conseguir mobilizar pessoal suficiente e dispor de infraestrutura necessária para atender quase 40% do eleitorado gaúcho nos próximos 4 anos. Considera-se, também, que, dentre os municípios pendentes, estão os mais populosos do estado, o que demandará maior planejamento logístico e de comunicação.

Outro fator que interfere neste projeto é a importação dos dados biométricos do IGP. Por um lado, é um desafio cujo êxito depende do compartilhamento de dados e soluções tecnológicas de outros órgãos. Por outro, caso tenha sucesso, poderá amenizar substancialmente o trabalho de cadastramento, gerando, inclusive, economia para a Justiça Eleitoral.

Nova sede do TRE-RS

Em 2018, o TRE-RS adquiriu um prédio para, futuramente, abrigar sua nova sede. A aquisição vincula-se ao objetivo estratégico “Aperfeiçoar a infraestrutura física” e representa um desafio para os próximos exercícios, visto as necessidades de reformas e adaptações. Para a realização das obras, serão necessários créditos orçamentários adicionais, diversas contratações e consequentes gerenciamento e fiscalização das mesmas, todas atividades administrativas complexas.

Atualmente, os servidores da Justiça Eleitoral, em Porto Alegre, estão distribuídos em seis endereços distintos, dificultando a integração entre os setores e acarretando custos administrativos de transporte, aluguéis, vigilância, etc. Com a aquisição do imóvel, será possível alocar todos os servidores no mesmo local, reduzindo custos e aumentando a eficiência. Além disso, o maior benefício da nova sede está na unificação dos serviços administrativos e judiciais aos cidadãos na região central da capital gaúcha.



Edifício Assis Brasil

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão



JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral do TRE-RS

6.1. Declaração do Diretor-Geral

O **Regulamento Interno da Secretaria** vincula à Diretoria-Geral as áreas de gestão que tratam do planejamento, orçamento, administração, pessoas e tecnologia da informação. É, portanto, atribuição do Diretor-Geral planejar, orientar, dirigir e supervisionar as atividades e os resultados das unidades internas, de acordo com suas respectivas competências.

Os principais objetivos, estratégias, metas e resultados organizacionais foram descritos anteriormente, ao longo dos capítulos 3 e 5. Agora, neste capítulo 6, serão apresentados os desafios, ações específicas e despesas

significativas com contratos de serviços e com investimentos de capital de sete áreas de gestão: orçamento e finanças; pessoas; licitações e contratos; patrimônio e infraestrutura; tecnologia da informação; custos; e sustentabilidade ambiental.

Inicialmente, no contexto da Gestão Orçamentária e Financeira, será descrito o perfil de gastos e sua evolução nos recentes exercícios, levando em consideração os três grandes orçamentos da instituição: Recadastramento Biométrico, Pleitos Eleitorais e Ordinário. Em seguida, a atenção passará à Gestão de Pessoas, abordando temas como características do quadro de pessoal, avaliação de desempenho, remuneração,

capacitação e qualidade de vida no trabalho. No contexto da Gestão de Licitações e Contratos, serão apresentados os principais itens adquiridos e/ou contratados, as formas adotadas (pregão, suprimento de fundos, inexigibilidade e dispensa de licitação) e seus respectivos custos. A Gestão Patrimonial e de Infraestrutura, por sua vez, tratará dos principais investimentos de capital, desfazimentos e locações de imóveis para uso do TRE-RS. A Gestão da Tecnologia da Informação apresentará

o modelo de governança de TI e as iniciativas ligadas à cadeia de valor. A Gestão de Custos descreverá a sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em termos nacionais, e os dados apurados em relação ao TRE-RS. Por fim, a Sustentabilidade Ambiental abordará os critérios e iniciativas adotados pela instituição em relação ao desenvolvimento sustentável.

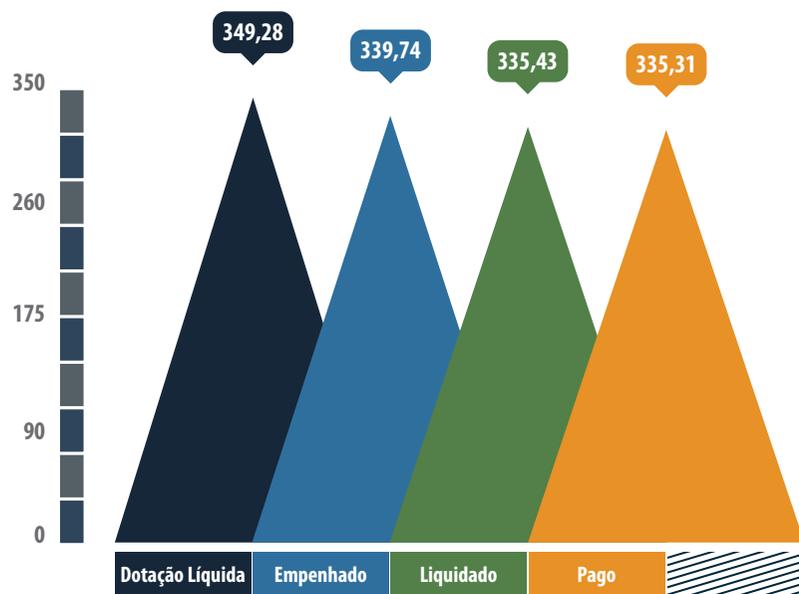
Importante registrar que os dados apresentados são confiáveis e resultam de ações que estão em conformidade com a legislação vigente.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral do TRE-RS

6.2. Gestão orçamentária e financeira

Adotação total recebida em 2018 foi de R\$ 349.282.841,03. Desse montante, a despesa empenhada totalizou R\$ 339.738.962,69 e a despesa liquidada R\$ 335.429.628,58.

Gráfico 6 - Orçamento 2018 (em R\$ milhões)



A proporção dos valores empenhados por grupo de despesa é apresentada no gráfico 7. Destes, foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 11.855.922,43, sendo R\$ 7.525.600,00 relativos a Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 2.351.382,90 a Despesas Correntes e R\$ 1.978.939,53 a Investimentos.

Gráfico 7 - Orçamento por grupo de despesa (em R\$ milhões)

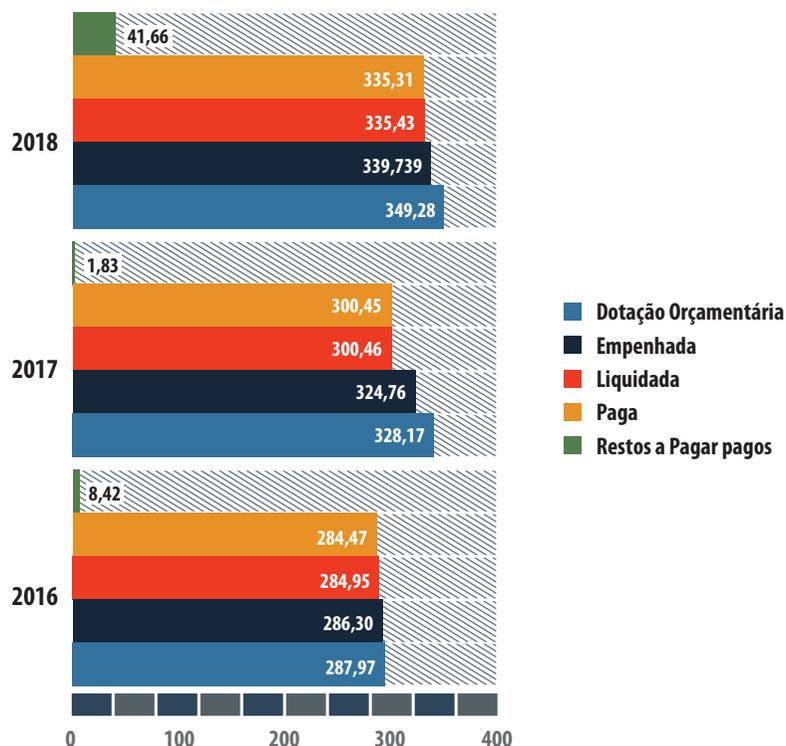


Pessoal e Encargos Sociais	Despesas de Capital	Despesas Correntes
270,05	4,026	65,667
79%	1%	19%

Comparando-se os exercícios anteriores, o orçamento líquido evoluiu 21,29% de 2016 até 2018. No mesmo período, a despesa empenhada evoluiu 18,66%, a despesa liquidada 17,72% e a despesa paga 17,87%. Os aumentos devem-se, basicamente, ao reajuste dos servidores no período à realização das eleições gerais em 2018 e à aquisição do novo prédio do Tribunal, no valor de R\$ 40 milhões. Tal quantia havia sido empenhada em exercícios anteriores (R\$ 25 milhões em 2011 e R\$ 15 milhões

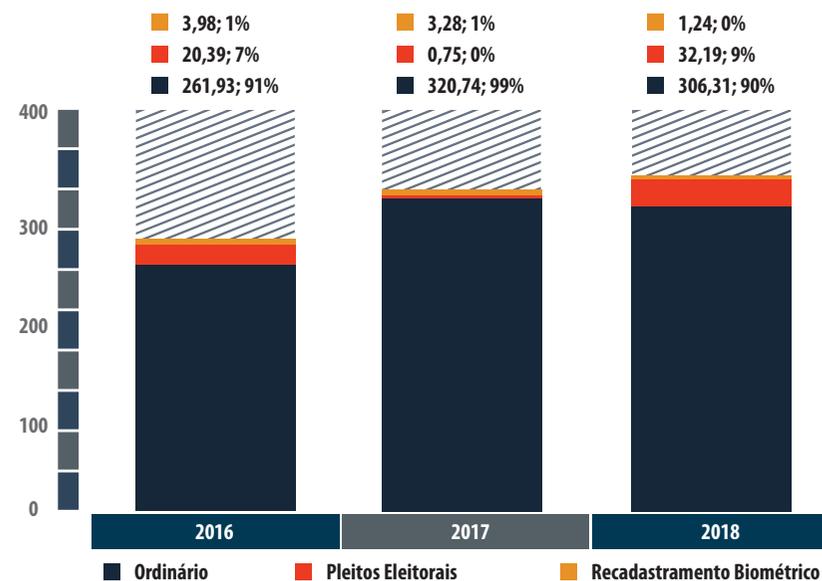
em 2017), sendo efetivamente pago em 2018, como demonstra o gráfico 8.

Gráfico 8 - Evolução do orçamento e da execução orçamentária (em R\$ milhões)



O TRE-RS trabalha com três grandes orçamentos: Recadastramento Biométrico, Pleitos Eleitorais e Ordinário. No gráfico 9, são demonstradas as proporções de cada um em relação ao total e a evolução desses valores nos últimos três anos.

Gráfico 9 - Proporção dos valores empenhados (em R\$ milhões)



A seguir, cada orçamento é detalhado quanto às despesas por grupo e por elemento.

Recadastramento Biométrico: a dotação disponível (R\$ 1.240.515,00) foi 100,00% executada como Despesa Corrente e teve como principal elemento (que consumiu aproximadamente 80% dos recursos) Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, relativo à contratação de empresas de agenciamento de estagiários para os cartórios eleitorais.

Orçamento Recadastramento Biométrico (em R\$ milhões)			
	2016	2017	2018
Empenhado	3,980	3,275	1,241
Liquidado	3,980	3,275	1,241
Pago	3,980	3,275	1,241

Fonte: TRE-RS

Pleitos Eleitorais: apresentou dotação total de R\$ 33.119.814,03 em 2018 para a realização das eleições gerais, para a renovação das eleições nos municípios de Alpestre e Bom Jesus e, também, para a manutenção das urnas eletrônicas. Do total recebido, foram empenhados R\$ 32.187.715,25 e inscritos em Restos a Pagar R\$ 546.892,75.

Orçamento Eleições (em R\$ milhões)			
	2016	2017	2018
Empenhado	20,390	0,750	32,188
Liquidado	20,362	0,687	31,641
Pago	20,286	0,687	31,640

Fonte: TRE-RS

As eleições oficiais são realizadas em anos pares, por isso a grande sazonalidade dos gastos anuais. O valor relativo a 2017 refere-se à renovação das eleições nos municípios de Arvorezinha, Butiá, Gravataí, Ivoti, Paraí, Salto do Jacuí, São

Vendelino e São Vicente do Sul, que ocorreram devido a decisões judiciais que confirmaram o afastamento dos prefeitos e vices de seus cargos.

As despesas empenhadas relativas às eleições 2018 concentraram-se em dois grupos, conforme gráfico 10:

Gráfico 10 - Grupo de Despesas - Pleitos Eleitorais 2018 (em R\$ milhões)



- Pessoal e Encargos: dos R\$ 10,37 milhões empenhados, 96% refere-se ao elemento Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, que trata do pagamento de horas extras aos servidores e de gratificações aos juízes e procuradores.
- Custeio (despesas correntes): os três elementos mais relevantes, juntos, representam aproximadamente 85% do total de R\$ 21,81 milhões empenhados.

- Outros auxílios financeiros a Pessoas Físicas = R\$ 8,07 milhões relativos ao pagamento de auxílio-alimentação para mesários;
- Locação de mão de obra = R\$ 5,33 milhões para a contratação de auxiliares de eleição e demais terceirizados de apoio;
- Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica = total de R\$ 5,31 milhões executados principalmente para transporte de urnas eletrônicas no primeiro e segundo turno (R\$ 3,59 milhões), contratação de estagiários (R\$ 1,28 milhões) e convocações de mesários (R\$ 0,31 milhões).

Orçamento Ordinário: engloba as despesas com servidores ativos civis da União, aposentadorias e pensões, contribuição para o custeio do regime de previdência dos servidores, assis-

tência médica e odontológica, julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral e benefícios obrigatórios aos servidores e seus dependentes.

Orçamento Ordinário (em R\$ milhões)			
	2016	2017	2018
Empenhado	261,933	320,737	306,310
Liquidado	260,603	296,501	302,548
Pago	260,207	296,488	302,426

Fonte: TRE-RS

Gráfico 11 - Grupo de Despesas - Orçamento Ordinário 2018 (em R\$ milhões)

O total empenhado em 2018 (R\$ 306,31 milhões) por grupo de despesa foi:



Pessoal e Encargos Sociais	Investimentos	Despesas Correntes
259,67	4,03	42,61
85%	1%	14%

A seguir, os principais elementos de cada grupo (valores em R\$ milhões):

Pessoal e Encargos Sociais	259,672
Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	43,423
Pensões do RPPS e do Militar	11,014
Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentarias	28,838
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	174,888
Outros Elementos	1,509

Investimentos	4,026
Equipamentos e Material Permanente	2,110
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	1,459
Obras e Instalações	0,457

Despesas Correntes	42,613
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15,027
Auxílio-Alimentação	8,678
Locação de Mão de Obra	6,666
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	4,692
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2,594
Outros Elementos	4,956

Fonte: TRE-RS

Há, ainda, R\$ 41,66 milhões pagos relativos a Restos a Pagar de outros exercícios, distribuídos nos seguintes grupos e elementos:

Grupo	Elemento	R\$ (em milhões)
Inversões Financeiras	Aquisição de Imóveis	40,000
Investimentos	Equipamentos e Material Permanente	0,914
Despesas Correntes	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,565
	Outros Elementos	0,179

Fonte: TRE-RS

No que se refere à aderência (execução orçamentária em relação ao planejamento por plano interno), a meta foi fixada em, no mínimo, 75,4% para os orçamentos Ordinário e de Pleitos Eleitorais. Os resultados foram, respectivamente, 84,54% e 82,75%, ambos superando as metas.

Em relação às perdas no exercício, conforme demonstrado no objetivo estratégico Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária (capítulo 5), o resultado alcançado do orçamento ordinário foi 6,85% para uma meta de 5%, enquanto o resultado em Pleitos Eleitorais foi 13,61% para uma meta de 9%.

Os principais desafios e ações futuras serão a manutenção da estrutura imobiliária atual e as readequações e reformas no novo imóvel, cujo valor total estimado é de R\$ 19.462.555,00 até 2022.

Outras informações e maiores detalhamentos sobre a gestão orçamentária e financeira podem ser obtidos em: <http://www.tre-rs.jus.br/transparencia/relatorios-cnj>

6.3. Gestão de Pessoas

Para assegurar a conformidade com a Lei n. 8.112/1990, o TRE-RS dispõe de normas infralegais que versam sobre abonos, adicionais, assistências, capacitações, diárias, jornada de trabalho, licenças, remoções, dentre outros temas relacionados à gestão de pessoas. Ao todo, são 57 normativos internos (entre portarias, resoluções e instruções) e 148 entendimentos administrativos do TRE-RS, além de 21 normas externas.

6.3.1. Avaliação da força de trabalho

Os dados a seguir representam aspectos relevantes da força de trabalho da Justiça Eleitoral do RS.

Estrutura de Cargos

Estrutura de Cargos	Cargos	Ocupados	Vagos
Analista Judiciário – Área Judiciária	162	157	5
Analista Judiciário – Área Administrativa	143	142	1
Analista Judiciário – Especializados	28	27	1
Técnico Judiciário – Área Administrativa	428	416	12
Técnico Judiciário – Especializados	34	34	0
Total	795	776	19
Cargos de direção, chefia e assessoramento	Cargos	Ocupados	Vagos
Cargos em Comissão (CJ)	43	43	0
Funções Comissionadas (FC)	493	484	9

Fonte: TRE-RS

Carreira e faixa salarial

CARREIRA, FAIXA SALARIAL e OCUPAÇÃO						
DADOS DO CARGO				VENCIMENTO BÁSICO	GAJ 130%	CARGOS OCUPADOS
CARREIRA/ CLASSE /ESCOLARIDADE / PADRÃO						
ANALISTA	C	SUPERIOR	13	R\$ 7.583,58	R\$ 9.858,65	227
			12	R\$ 7.362,70	R\$ 9.571,51	31
			11	R\$ 7.148,25	R\$ 9.292,73	3
			10	R\$ 6.940,05	R\$ 9.022,07	2
			9	R\$ 6.737,91	R\$ 8.759,28	0
			8	R\$ 6.374,56	R\$ 8.286,93	12
	B		7	R\$ 6.188,89	R\$ 8.045,56	4
			6	R\$ 6.008,64	R\$ 7.811,23	12
			5	R\$ 5.833,63	R\$ 7.583,71	9
			4	R\$ 5.663,72	R\$ 7.362,83	2
			3	R\$ 5.358,29	R\$ 6.965,77	14
			2	R\$ 5.202,22	R\$ 6.762,89	10
			1	R\$ 5.050,70	R\$ 6.565,91	0
TÉCNICO	C	MÉDIO	13	R\$ 4.622,11	R\$ 6.008,75	314
			12	R\$ 4.487,49	R\$ 5.833,73	54
			11	R\$ 4.356,78	R\$ 5.663,82	3
			10	R\$ 4.229,89	R\$ 5.498,85	3
			9	R\$ 4.106,68	R\$ 5.338,69	0
			8	R\$ 3.885,23	R\$ 5.050,80	10
	B		7	R\$ 3.772,06	R\$ 4.903,68	7
			6	R\$ 3.662,20	R\$ 4.760,86	9
			5	R\$ 3.555,54	R\$ 4.622,20	6
			4	R\$ 3.451,98	R\$ 4.487,57	6
			3	R\$ 3.265,83	R\$ 4.245,57	13
			2	R\$ 3.170,70	R\$ 4.121,91	20
			1	R\$ 3.078,35	R\$ 4.001,85	5
A						

Fonte: TRE-RS

Força de Trabalho em Dezembro/2018

Força de Trabalho	Quantidade em 31/12	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
Ativos do Quadro Efetivo de Servidores	750	4	21
Ativos do Quadro Efetivo removidos para outros Tribunais	23	0	0
Ativo Cedido	3	0	0
Removidos para este Tribunal	34	5	1
Requisitados	319	51	52
Comissionado sem Vínculo com a Administração Pública	1	0	0
Lotados provisoriamente	5	0	0
Magistrados de 1º e 2º graus	172		
Promotores de 1º e 2º graus	166		
Estagiários	280		
Terceirizados	173		
Total	1926		

Fonte: TRE-RS

Unidade de exercício

Área de trabalho e unidade de exercício	Ativos do Quadro Efetivo de Servidores	Removidos/Requisitados / Comissionados e Provisórios	Estagiários
Presidência	7	0	0
Diretoria-Geral	6	0	0
Secretaria de Administração	94	1	5
Secretaria de Controle Interno	24	1	0
Secretaria da Corregedoria	25	2	3
Secretaria de Gestão de Pessoas	58	5	3
Secretaria Judiciária	65	4	8
Secretaria de Orçamento e Finanças	23	0	0
Secretaria de Tecnologia da informação	61	2	2
Cartórios Eleitorais e Centrais de Atendimento	369	340	253
Assessoria de Comunicação	6	2	5
Assessoria Jurídica	5	0	0
Assessoria de Planejamento	3	1	0
Escola Judiciária Eleitoral	4	1	1
Outros Tribunais (Removidos e cedidos)	26	0	0

Fonte: TRE-RS

Gênero e Etnia

GÊNERO e ETNIA								
	Gênero		Etnia					
	Feminino	Masculino	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informado
Ativos do Quadro Efetivo de Servidores	320	430	3	687	1	42	14	3
Ativos do Quadro Efetivo removidos para outros Tribunais	15	8	0	20	0	2	1	0
Ativo Cedido	2	1	0	3	0	0	0	0
Removidos para este Tribunal	16	18	0	31	0	2	1	0
Requisitados	226	93	0	287	0	15	9	8
Comissionado sem Vínculo com a Administração Pública	0	1	0	1	0	0	0	0
Lotados provisoriamente	2	3	0	3	0	2	0	0
TOTAL	581	554	3	1032	1	63	25	11

Fonte: TRE-RS

Faixa etária

Faixa Etária	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Ativos do Quadro Efetivo de Servidores	27	191	310	181	41
Ativos do Quadro Efetivo removidos para outros Tribunais	1	11	9	1	1
Ativo Cedido	0	1	2	0	0
Removidos para este Tribunal	1	12	16	5	0
Requisitados	19	80	91	101	28
Comissionado sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	1	0
Lotados provisoriamente	0	2	3	0	0
TOTAL	48	297	431	289	70

Fonte: TRE-RS

Escolaridade

Escolaridade	Fundamental	Médio	Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado
Ativos do Quadro Efetivo de Servidores	0	78	248	383	37	4
Ativos do Quadro Efetivo removidos para outros Tribunais	0	4	4	15	0	0
Ativo Cedido	0	0	1	1	0	1
Removidos para este Tribunal	0	7	12	15	0	0
Requisitados	9	168	126	16	0	0
Comissionado sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	1	0	0
Lotados provisoriamente	0	1	4	0	0	0
TOTAL	9	258	395	431	37	5

Fonte: TRE-RS

Servidores com deficiência

Deficientes	Quantidade
Visuais	11
Auditivos	4
Físicos	13
TOTAL	28

Fonte: TRE-RS

Na página [Transparência](#) do TRE-RS é possível encontrar outras informações sobre os dados aqui abordados.

6.3.2. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Do ponto de vista de recrutamento externo, os servidores do quadro ingressam por meio de concurso público, conforme legislação vigente. Os cargos em comissão são ocupados majoritariamente por servidores do quadro – a exceção aos 43 cargos existentes é o Assessor de Comunicação Social. Os requisitados são recrutados obedecendo os termos da legislação vigente (Lei nº 6.999/1982, Resolução TSE n. 23.523/2017, Instrução Normativa P TRE-RS n. 52/2018 e Lei nº 13.328/2016 - art. 105). Quanto aos estagiários, existe agente integrador contratado por meio de processo licitatório que conduz o recrutamento, sendo a seleção realizada pelos gestores das unidades de trabalho.

O TRE-RS possui concurso público vigente para provimentos de cargos até 2020. No ano de 2018, entretanto, por restrições orçamentárias, houve limitação no número de provimentos, conforme Portaria TSE n. 574/2018. Diante de tais critérios, foram providos apenas 2 (dois) cargos, restando 19 (dezenove) vagas. A insuficiência de nomeações gerou impacto nos processos de trabalho, especialmente nos Cartórios Eleitorais, unidades finalísticas que já possuem quadro de pessoal reduzido.

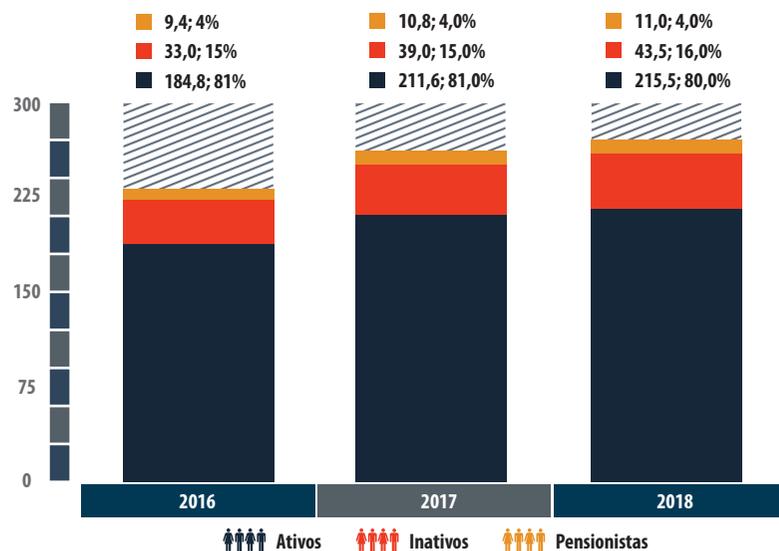
Procurando atenuar tal impacto e evitar o esvaziamento do quadro dos cartórios eleitorais, foram realizados 2 (dois) concursos internos de remoção para oferta das vagas de lotação surgidas no interior do estado. Essa prática provavelmente será mantida enquanto não forem autorizadas novas nomeações do concurso público (usualmente, há dificuldade de manter a força de trabalho concursada nos locais mais distantes da capital).

Além dos concursos de remoção, no âmbito do recrutamento interno, foram realizados 7 (sete) processos seletivos por competências para melhor ajustar o perfil dos servidores nas respectivas vagas de lotação da capital. As vagas de cargos e funções comissionadas, por sua vez, foram providas discricionariamente pela Administração.

Outra estratégia adotada foi o incremento do número de estagiários. Como a Justiça Eleitoral tem até 2022 para finalizar o cadastramento biométrico, a alocação de estagiários foi adotada como alternativa de reforço do quadro de pessoas.

6.3.3. Detalhamento da despesa empenhada de pessoal

Gráfico 12 - Despesas de Pessoal (em R\$ milhões)



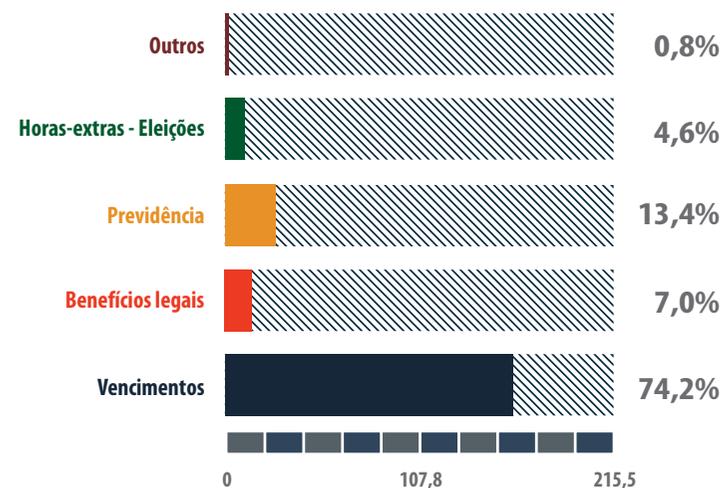
Os aumentos das despesas com pessoal são decorrentes da aplicação das parcelas do novo plano de cargos e salários do Poder Judiciário, aprovado pela [Lei 13.317/2016](#).

A evolução dos gastos com pessoal ativo e os principais elementos de despesa são apresentados a seguir.

Gastos com pessoal ativo (em milhões de reais)	2016	2017	2018
Vencimentos	137,1	152,6	159,9
Benefícios legais	14,9	14,7	15,0
Previdência	24,4	27,3	28,8
Horas-extras – Eleições	7,3	7,8	10
Outros	1,0	9,2	1,8
Total	184,7	211,6	215,5

Fonte: TRE-RS

Gráfico 13 - Principais gastos com pessoal ativo em 2018 (em R\$ milhões)



6.3.4. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Desde 2008, está implementada a Avaliação de Desempenho por Competências no TRE-RS. Ela é utilizada durante o estágio probatório, ao longo da progressão/promoção funcional e, também, na avaliação anual dos demais servidores que já se encontram no nível final da carreira. Houve homologação de um novo modelo em 2017, que permite uma maior customização dos critérios de acordo com as necessidades de cada unidade.

O primeiro ciclo de avaliação foi concluído em 2018 e a ferramenta tem sido valiosa no sentido de revelar, tanto do ponto de vista geral (TRE-RS), como do específico (Unidades), lacunas relativas às competências comportamentais, técnicas e gerenciais, possibilitando um melhor direcionamento dos planos de capacitação e também das intervenções da equipe de psicologia organizacional. Ainda, tal modelo permitiu alcançar o desdobramento em outras práticas de gestão de desempenho como, por exemplo, promover a seleção interna de lotação aberta a todos servidores, com critérios baseados especialmente no perfil de competências do candidato.

A legislação (Lei n. 11.416/2006, alterada pela Lei n. 13.317/2016) não possui previsão de ganhos atrelados ao desempenho e, por isso, não se vislumbra, neste contexto, possibilidade de se criar esta vinculação.

Entretanto, entende-se que o desempenho pode vir a ser utilizado em outras iniciativas que promovam a meritocracia, como a designação a cargos de chefia e assessoramento. Historicamente, o TRE-RS designa servidores efetivos de seu quadro para cargos gerenciais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Cargos gerenciais	Quantidade	Percentual ocupado por servidores efetivos
CJ4	1	100%
CJ3	7	100%
CJ2	24	95,84%
CJ1	11	100%
FC6	224	96,43%

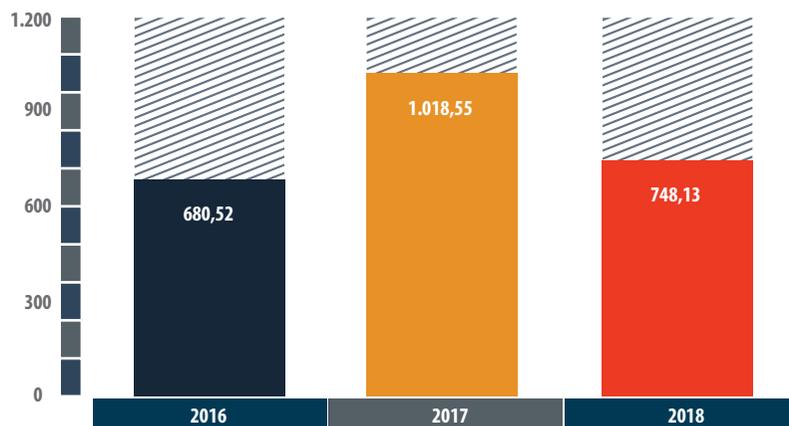
Fonte: TRE-RS

Considerando o total de Funções Comissionadas (FC1 até FC6), 464 são ocupadas por servidores de carreira (94,11%) e apenas 29 são ocupadas por servidores de outros órgãos e esferas.

6.3.5. Capacitação

A despesa em capacitação, incluindo contratação, diárias e passagens, foi de R\$ 748.132,78. Foram oferecidas 171 ações de capacitação, totalizando 4.139 vagas, as quais foram ocupadas por mais de 1.300 diferentes pessoas, entre servidores, magistrados, requisitados, estagiários e público externo.

Gráfico 14 - Gastos com Capacitação (em R\$ milhares)



As estratégias adotadas para contornar a restrição dos valores concentraram-se em:

- Empregar a educação a distância, com estímulo à instrutoria interna. A instrutoria interna aproveita o quadro de pessoal altamente qualificado para disseminar seu conhecimento, além de contribuir para o reconhecimento dos profissionais. Foram realizados 3 cursos neste formato, englobando 14 instrutores internos e 596 participantes.
- Priorizar a capacitação de servidores da área finalística de 1º grau (cartórios eleitorais), com foco nos temas relativos às eleições: foram capacitados presencialmente 230 servidores.
- Adotar como diretriz para a educação e desenvolvimento os itinerários formativos (trilhas de aprendizagem), que são desenhados pelas próprias unidades com a orientação (consultoria interna) de servidores da área de educação e desenvolvimento do TRE, tendo como subsídio primário as competências e os processos de trabalho. Já existe um itinerário homologado (Aquisições e Contratações), outro em estágio de conclusão (Formação Inicial – Cartórios Eleitorais) e a previsão de um novo para 2019: “Gestores de Nível Operacional”.

6.3.6. Qualidade de vida no trabalho e engajamento

O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PQVT realizou diversas ações visando principalmente à promoção da integração e da saúde dos servidores. Foram 14 eventos que contaram com a participação de 688 servidores, a um custo total de R\$38.244,24.



O programa de ginástica laboral, por sua vez, foi realizado na capital e nos cartórios eleitorais dos maiores municípios do estado: Canoas, Pelotas, Santa Maria, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e São Leopoldo. Com aulas ministradas por profissionais graduados em Educação Física ou Fisioterapia, duas vezes por semana, com duração de quinze minutos cada sessão, seu objetivo foi manter os pontos fortes expostos em pesquisas realizadas junto aos participantes do programa, quais sejam: redução da tensão e do estresse; estímulo à realização de atividades físicas; promoção de qualidade de vida, saúde e bem-estar; prevenção de lesões e alívio de dores; pausa no trabalho repetitivo e de longo tempo na mesma posição; consciência corporal; integração entre colegas de trabalho; condicionamento e disposição para melhor desempenho no trabalho; satisfação no ambiente de trabalho; demonstração de preocupação da Administração.

Por fim, cabe destaque à atuação da equipe especializada em psicologia organizacional, que realizou 24 intervenções em locais de trabalho para tratar questões de relacionamento e desempenho profissional, além de 54 atendimentos individuais a servidores e atuação junto à Comissão de Combate ao Assédio Moral.

6.3.7. Desafios e ações futuras

Os principais desafios da gestão de pessoas dizem respeito a quatro temas: reposição de cargos, engajamento do quadro funcional, reestruturação de unidades (readequação da força de trabalho) e restrição orçamentária.

Reposição de Cargos: o quantitativo de 16 aposentadorias concedidas, além de 5 desligamentos de servidores em 2018 representou prejuízos à força de trabalho. Devido à Portaria TSE n. 671/2017, que suspendeu os provimentos de cargos vagos no âmbito da Justiça Eleitoral, houve nomeação de apenas dois novos servidores. A força de trabalho disponível nos cartórios eleitorais do interior do estado somente tem aten-

dido às demandas por contar com o auxílio de servidores requisitados e de estagiários. A recomposição da força de trabalho nesses cartórios deverá ser priorizada quando da nomeação de novos servidores.

Engajamento do quadro funcional: tomando como base os resultados da Pesquisa de Clima Organizacional, observa-se uma tendência de queda no índice de satisfação dos servidores. Um novo modelo de pesquisa de clima foi implementado em 2018 de forma a possibilitar o aprofundamento dos resultados. Além disso, será implantada uma escala de nível de engajamento dos servidores, que alimentará novo indicador estratégico do tribunal, a partir de 2019.

Reestruturação de unidades: há demandas, internas e externas, que exigem a criação de novas áreas de trabalho e/ou a criação de cargos específicos. O TRE-RS iniciou estudos para o redimensionamento da força de trabalho, tomando por base a cadeia de valor e seus respectivos processos finalísticos, de apoio e gerenciais.

Restrição orçamentária: seu impacto nos subsistemas de gestão de pessoas é visto, principalmente, na impossibilidade de nomeação de novos servidores e na redução das verbas de capacitação. Quanto a isso, entende-se que uma das respostas seria investir mais na modalidade de ensino a distância, de modo que se promovam melhorias no ambiente de EAD, bem como se tenha uma estrutura (recursos

humanos e tecnológicos) que possam dar conta do incremento de oferta de ações nesta modalidade.

6.4. Gestão de licitações e contratos

As principais legislações pertinentes à gestão de licitações e contratos são: Lei n. 8.666/1993, Lei n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, Decreto n. 5.450/2005, Decreto n. 7.174/2010, Decreto n. 7.892/2013, Instrução Normativa DG nº 9/08 do TRE-RS e Manual de Gestão de Contratos do TRE/RS.

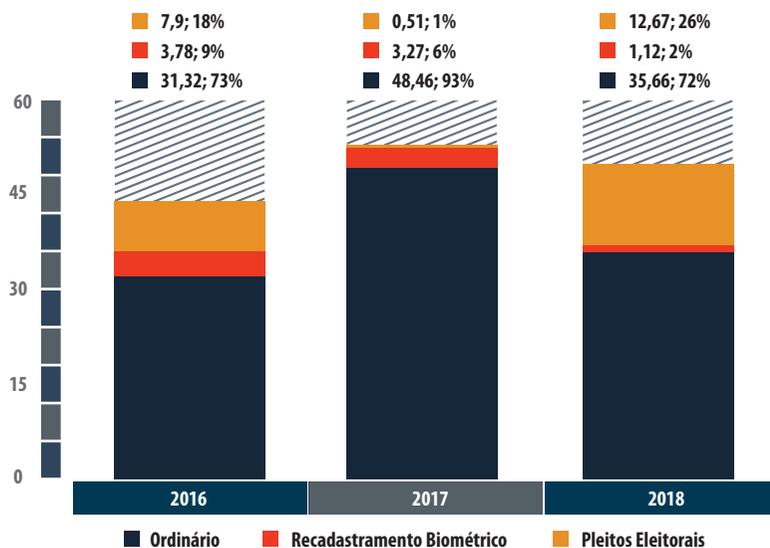
A evolução dos gastos em contratações é demonstrada a seguir.

Gasto em Contratações (em R\$ milhões)			
	2016	2017	2018
Empenhado	42,991	52,247	49,447
Liquidado	41,633	35,473	45,138
Pago	41,161	35,460	45,015

Fonte: TRE-RS

O gráfico 15 mostra a distribuição das contratações por tipo de orçamento, considerando os valores empenhados a cada ano.

Gráfico 15 - Contratações por tipo de Orçamento (em R\$ milhões)



O aumento do valor empenhado em 2017 refere-se aos R\$ 15 milhões reservados a complementar a aquisição do novo prédio, que foi inscrito em Restos a Pagar e quitado em 2018.

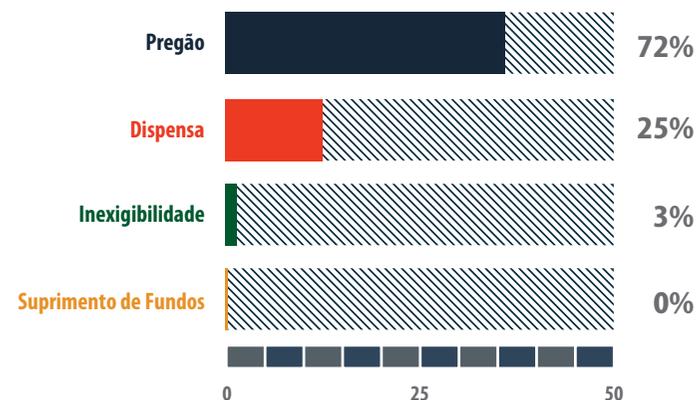
Considerando as formas de contratação previstas na legislação e utilizadas pelo TRE-RS, a execução orçamentária ocorreu da seguinte forma:

Modalidade de Contratação 2018 (em R\$ milhões)			
	Empenhado	Liquidado	Pago
Dispensa	12,335	11,594	11,590
Inexigibilidade	1,534	1,528	1,528
Suprimento de Fundos	0,074	0,074	0,074
Pregão	35,504	31,942	31,823

Fonte: TRE-RS

O gráfico 16 mostra a proporção de cada forma de contratação em relação ao orçamento empenhado em 2018.

Gráfico 16 - Formas de Contratações - 2018



O **Suprimento de Fundos** é regulamentado internamente pela [Instrução Normativa TRE/RS DG 15/2012](#) e destinado ao pagamento de despesas de caráter excepcional que não possam ser subordinadas ao processo normal de contratação, como despesas de pequeno vulto, despesas urgentes e inadiáveis e despesas eventuais que exijam pronto pagamento em espécie. Os principais gastos concentraram-se em duas categorias: compra de material de consumo (R\$ 39.683,88) e manutenção predial (R\$ 33.896,03).

A **Inexigibilidade** de licitação por inviabilidade de competição segue critérios estabelecidos no artigo 25 da Lei 8.666/93 e as justificativas para cada contratação constam no respectivo processo administrativo eletrônico (PAE), juntamente com termos de referência, contratos e demais documentos legais. Do total de R\$ 1,53 milhão gasto nessa forma de contratação, os principais dispêndios se concentraram em despesas correntes das seguintes naturezas:

- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ: R\$ 584 mil em telefonia (PAE n. 4 e 5 de 2018 - Contrato 41/2013; 34/2015; 36/2016);
- Outros Serviços de Terceiros - PJ: R\$ 164 mil em manutenção predial (PAE n. 1422/2016 - Contrato 2/2017) e R\$ 118 mil em água e esgoto (PAE n. 1, 2 e 3/2018).

A **Dispensa de Licitação**, cujas hipóteses constam no artigo 24 da Lei 8.666/93, foi utilizada na compra do imóvel para a nova sede, no valor de R\$ 40 milhões. Quanto aos demais gastos dessa categoria (R\$ 12,34 milhões), 85% dizem respeito às seguintes despesas:

Locação de Imóveis	6,949
Energia Elétrica e Iluminação Pública	1,640
Limpeza e Conservação	0,989
Apoio Administrativo Técnico e Operacional	0,966

Fonte: TRE-RS

Individualmente, as contratações de maior valor foram:

- Serviços Postais (Correios) = R\$ 687.421,73 - além da prestação rotineira, durante as eleições os Correios atuam na entrega das convocações de mesários (PAE 647/2017 - Contrato 6/2017).
- Motoristas = R\$ 475.243,69 - transporte de pessoas e materiais entre os prédios da Justiça Eleitoral na capital e no interior do estado (PAE 1357/2016 - Contrato 31/2016).

- Serviços Gerais nos prédios da capital = R\$ 658.334,21 - limpeza, higienização, copeiragem, atendimento telefônico, jardinagem e demais serviços (PAE 1338/2015 - Contrato 21/2015).

A modalidade **Pregão**, seguindo os critérios da Lei 10.520/2002, teve um total de R\$ 35,5 milhões empenhados. Destes, 11,08% foram Despesas de Capital (R\$ 3,93 milhões) e os 88,92% restantes Despesas Correntes (R\$ 31,57 milhões). As naturezas de despesa constam a seguir:

Contratações - Despesas de Capital 2018 (em R\$ milhões)	
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1,447
Equipamentos e Material Permanente	2,030
Obras e Instalações	0,457

Contratações - Despesas Correntes 2018 (em R\$ milhões)	
Outros Serviços de Terceiros - PJ	14,319
Locação de Mão de Obra	10,006
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	4,093
Material de Consumo	1,514
Passagens e Despesas com Locomoção	1,098
Outras naturezas	0,540

Fonte: TRE-RS

Individualmente, as contratações de maior valor foram:

- Plano privado de assistência à saúde para os servidores, aposentados e pensionistas - Unimed = R\$ 4.777.577,86 (PAE 1110/17 - Contrato 12/2017);

- Contratação de agente de intermediação de estágio = R\$ 3.025.257,00 - visa manter a disponibilidade de estagiários em razão do incremento nos trabalhos relativos ao cadastramento biométrico e às eleições (PAE 29 e 30/2018 - Contrato 28/2017);
- Serviço de limpeza nos cartórios eleitorais do interior do estado = R\$ 3.297.140,81 (PAE 881/2017 - Contrato 13/2017);
- Conexões de dados capital-interior = 2.994.041,97 (PAE 123/2014 - Contrato 15/2014);
- Vigilância ostensiva = R\$ 1.709.141,13 - proteção patrimonial das instalações do TRE-RS (PAE 1922/15 - Contrato 39/2015).

São apresentadas, a seguir, outras contratações relevantes, consideradas assim aquelas que atendem diretamente à estratégia organizacional.

Contratação	Modalidade / PAE / Contrato	Valor	Objetivos Estratégicos	Justificativa
Auxiliares de eleição	Pregão PAE 514/2018 Contrato: 19/2018	R\$ 5.000.000,00	Prestar Serviços de Excelência e Aprimorar o Processo Eleitoral	Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados, mediante alocação de profissionais (auxiliar de eleição e supervisor) nos 165 cartórios eleitorais do RS.
Transporte de urnas e cabinas de votação	Pregão PAE 164/2018 Contrato: 14/2018	R\$ 3.590.575,00	Aprimorar o Processo Eleitoral	Transporte dos kits com urnas eletrônicas e cabinas de votação aos locais de votação nos 497 municípios do RS.
Locação de veículos (capital e interior)	Pregão PAE 589/2018 - Contrato: 22/2018 PAE 658/2018 - Contrato: 23 e 27/2018	R\$ 380.562,94 (capital) R\$ 243.574,18 (interior)	Aprimorar o Processo Eleitoral	Locação de veículos para prestação de serviços de transporte de pessoas e pequenos volumes, com fornecimento de todos os insumos, para atender as necessidades dos cartórios eleitorais (10 da Capital e 35 do interior) nas eleições 2018.
Análise de Riscos de TIC	Inexigibilidade PAE 1224/2016 Contrato: 34/2016	R\$ 243.541,67	Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TI	Auxiliar a Secretaria de Tecnologia da informação no direcionamento tecnológico, planejamento de investimento de TI e planejamento das contratações de TI.
Locação de espaço para ações de capacitação com fornecimento coffee break	Pregão PAE 126/2018 Contrato: 12/2018	R\$ 67.161,05	Desenvolver Pessoas por Competências	Necessidade de ter um espaço para realização de ações de capacitação contratadas na modalidade in company, tendo em vista a carência de espaço físico adequado nas instalações do Tribunal.
Serviços de adequação de sanitários de uso público	Dispensa PAE 1470/2018	R\$ 31.517,41	Promover a Responsabilidade Socioambiental	Serviços de adequação de sanitários de uso público às normas de acessibilidade na Central de Atendimento ao Eleitor de Porto Alegre
Serviços de aplicação de pesquisa de satisfação e tabulação de dados.	Pregão PAE 409/2018	R\$ 28.889,99	Prestar Serviços de Excelência e Fortalecer a Imagem Institucional	Necessidade de mensuração da satisfação dos usuários externos, visando a melhorias e ações corretivas nas dimensões que causam impacto na sociedade.

Fonte: TRE-RS

6.5. Gestão patrimonial e infraestrutura

Além das normas internas, as principais leis que regem a gestão patrimonial e infraestrutura são:

- Lei n. 4.320/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União.
- Decreto n. 9.373/2018 que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.5.1. Principais investimentos de capital

O maior investimento em 2018 foi a aquisição do prédio onde funcionará a sede da Justiça Eleitoral Gaúcha, no valor de R\$ 40 milhões. O imóvel, localizado no centro da capital, permite acesso facilitado à população via transporte público e possui 9.336,33 m² de área privativa. Tais características possibilitam agrupar o quadro de servidores da capital, que hoje está disperso em 4 endereços distintos, e ampliar o espaço para atendimento aos cidadãos.

Quanto aos demais investimentos, conforme já descrito no item 6.2 - Gestão orçamentária e financeira, em 2018 o TRE-RS empenhou R\$ 4,03 milhões (1,31% de seu orçamento total) nos seguintes elementos de despesa: Equipamentos e Material Permanente (R\$ 2,11 milhões), Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ (R\$ 1,46 milhões) e Obras e Instalações (R\$ 0,46 milhões).

As demais despesas de capital de maior vulto são descritas a seguir.

Contratação	Despesa de Capital	PAE / Contrato	Objetivo Estratégico
Solução de armazenamento de dados definida por software com capacidade mínima de 40TB	R\$ 878.200,00	PAE 144/2018 Contrato 48/2018	Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TI
Solução para Virtualização de Desktops (VDI)	R\$ 697.610,00	PAE 1504/2018	Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TI
Fornecimento de equipamentos para compor sistema de gravações e/ou transmissões audiovisuais para sessões e eventos.	R\$ 366.602,00	PAE 1788/2017 Contratos 42 a 47/2018	Prestar serviços de excelência e Aprimorar a comunicação com a sociedade
Sistema de condicionamento de ar no Prédio-Sede.	R\$ 286.861,00	PAE 500/2018 Contrato 16/2018	Aperfeiçoar a infraestrutura física
Aquisição de mobiliário destinado a complementar a infraestrutura dos cartórios eleitorais e demais unidades e formação da reserva técnica.	R\$ 258.191,00	PAE 129/2018	Aperfeiçoar a infraestrutura física
Aquisição de solução de <i>firewall</i> buscando manter o serviço atualizado e com capacidade de suportar o tráfego com alta disponibilidade e controle de ameaças.	R\$ 189.077,00	PAE 72/2018 Contrato 51/2018	Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TI

Fonte: TRE-RS

6.5.2. Desfazimento de ativos

Ocorreu o desfazimento de 639 itens durante o exercício de 2018, totalizando o montante de R\$33.621,08. A baixa patrimonial ocorreu sob forma de doação para 561 itens (R\$32.408,22) e por abandono para 78 bens (R\$1.212,86).

A doação com maior número de itens (110, totalizando R\$6.582,48) teve como beneficiária a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de

Porto Alegre. Já o item com maior valor individual foi um veículo GM Astra, no valor de R\$10.773,40, destinado ao Hospital Espírita de Porto Alegre.

6.5.3. Locações de imóveis e equipamentos

Finalidade da locação	Quantidade	Valor anual da despesa
Cartórios Eleitorais - interior do estado - PF / PJ	109	R\$ 5.218.621,98
Cartórios Eleitorais - interior do estado - Tribunal de Justiça do RS	31	R\$ 929.314,07
Depósito de urnas - interior do estado	4	R\$ 51.106,40
Depósito de urnas - capital	1	R\$ 212.222,19
Escola Judiciária Eleitoral do RS	1	R\$ 25.406,99
Depósito de materiais	1	R\$ 227.727,70
Secretarias do TRE (SGP e COINP) *	1	R\$ 277.185,10
Vagas de estacionamento *	2	R\$ 7.710,34
Equipamentos reprográficos	4	R\$ 69.904,05
Total	154	R\$ 7.019.198,82

* Serão devolvidos no primeiro semestre de 2019 em razão da possibilidade de ocupação de parte do imóvel destinado à futura sede do TRE-RS.

Fonte: TRE-RS

6.5.4. Principais desafios e ações futuras

A partir da posse da nova sede, em fevereiro de 2019, haverá o custeio de todas as despesas decorrentes de manutenção e investimentos para o imóvel mencionado, estimados em R\$ 3.360.000,00 no exercício de 2019. Além da manutenção do edifício, imperiosas são as reformas, que foram agrupadas em quatro projetos: aquisição e instalação de grupo

motor gerador; fornecimento e instalação de sistema de ar condicionado; aquisição e instalação de sistema de captação de energia fotovoltaica; e reformas em geral. O custo total previsto é R\$ 19.462.555,00, distribuído em quatro exercícios financeiros.

6.6. Gestão da Tecnologia da Informação

A área de TI é normatizada pelo CNJ e pelo TSE, principalmente quanto a estratégias e diretrizes nacionais, e também por 24 normas internas quanto a planos, estruturas e padrões. Cabe destacar: Resolução CNJ 211/2015 – Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD); Resolução CNJ 91/2009 - Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário; Portaria TSE n. 1.041/2016 – Dispõe sobre a instituição do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI); Resolução TSE n. 23.501/2016 – Institui a Política de Segurança da Informação (PSI); e Resolução TSE n. 23.509/2017 - Dispõe sobre a Governança de Tecnologia da Informação.

6.6.1. Modelo de governança de TI

A governança de TI do TRE-RS é definida pela Resolução n. 272/2015, e está subdividida em duas instâncias:

a) Comitê de TI (CTI): composto por representantes da STI, DG, SCRE, SA, SGP, SOF e SJ, o CTI é responsável, entre outras atribuições, pela definição de diretrizes, acompanhamento da gestão de TI e, especialmente, priorização de investimentos em contratações e desenvolvimento de sistemas;

b) Comissão Executiva de TI (CETI): composta pelo Secretário de TI e seus coordenadores, apoia o Comitê de TI e a Secretaria de TI em decisões relativas à infraestrutura, proposta orçamentária e planos de contratação.

Internamente, o Tribunal conta com um Plano Estratégico (Portaria P n. 368/2016) e um Plano Diretor de TIC. É com base neste plano, o qual é atualizado anualmente, que são definidas as contratações de tecnologia da informação da instituição.

À Secretaria de Tecnologia da Informação cabe apoiar o Comitê na elaboração dos documentos de planejamento, mediante a análise técnica das demandas e elaboração de minutas de documentos. Com a aprovação do PDTIC, a Secretaria passa a fazer a gestão das ações aprovadas, definindo responsáveis e acompanhando as ações, por meio de estatísticas e sistema de gestão desenvolvido localmente.

Os resultados das ações são disponibilizados para o público interno, em especial ao Comitê de TI, para acompanhamento com atualização diária. Para o público externo, a atualização é mensal.

6.6.2. Montante de recursos aplicados em TI

O total de recursos de TI aplicados em 2018 foi de R\$7.048.271,00. Nesse montante estão incluídos todos os gastos com *softwares*, equipamentos, materiais de consumo, comunicação de dados, serviços de suporte ao usuário, consultoria e treinamentos.

6.6.3. Contratações mais relevantes de recursos de TI

- Comunicação de dados entre a sede do TRE e os cartórios eleitorais no interior do estado. Foi aperfeiçoada a rede de comunicação a um custo total de R\$ 3.264.321,23.
- *Virtual Desktop Infrastructure (VDI)*: foram contratadas a infraestrutura para a virtualização de desktops e a licença para 100 dispositivos por um período de 60 meses, a um investimento total de R\$ 697.600,00. É a primeira etapa de um projeto que visa minimizar o custo com a obsolescência das estações de trabalho tradicionais, além de agregar

facilidades para servidores que exercem atividades em ambientes físicos diferentes.

- Solução de Armazenamento de Dados (*storage*): com capacidade líquida de 40TB, com replicação em 3 cópias. Foram adquiridos equipamentos, licenças de *software* (36 meses) e treinamento, a um custo total de R\$1.175.200,00.
- Solução para gravação e transmissão de eventos: equipamentos, *softwares* e serviço de instalação para montagem de infraestrutura para gravação e transmissão de sessões, audiências, treinamentos e demais eventos, com investimento total de R\$391.602,13.
- Solução de *firewall*, com instalação e garantia de 60 meses. Custo total do projeto: R\$357.500,00.

6.6.4. Principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia de valor

Foram desenvolvidas diversas iniciativas em cumprimento a seu Plano Diretor de TIC, atendendo à implementação da governança de TIC, infraestrutura de TIC e demandas específicas relacionadas aos principais processos de trabalho do TRE-RS.

As iniciativas mais relevantes por macroprocesso da cadeia de valor são:

Grupo	Macroprocesso	Iniciativas	Resultados
Processo Gerencial	Governança	Criar plano de continuidade de serviços essenciais	Plano iniciado em 2018, cuja conclusão ficou para 2019. Possibilitará reunir informações que servirão de base para futuros investimentos em infraestrutura e soluções tecnológicas.
		Implantar gestão de portfólio	Foi implantado processo de gestão de portfólio, com análise de demandas de TI e seu encaminhamento para tratamento, como requisição de serviço ou inclusão no Plano Diretor de TIC.
Processos Finalísticos	Prestação Jurisdicional	Portal de estatísticas de produtividade das ZE	Foi implantada ferramenta de aferição de produtividade no julgamento de processos.
		Implementar gravação e transmissão das sessões, audiências e eventos	Foram adquiridos equipamentos que viabilizarão gravação de sessões, audiências e eventos. Para as eleições 2018, foi instalado sistema provisório, que já permitiu a gravação, dispensando a transcrição de votos em sessão, o que possibilitou a assinatura dos acórdãos em sessão conforme a norma.
		Implantação de registro eletrônico de candidaturas	O sistema de Processo Judicial Eletrônico foi integrado ao sistema de Candidaturas, permitindo que todo o julgamento de candidaturas da eleição 2018 fosse eletrônico.
	Eleições	Aperfeiçoar emissão de convocação de mesários	O sistema de convocação de mesários foi melhorado a fim de reduzir custos e esforços com a convocação de mais de 120.000 mesários para as eleições.
Processos de Apoio	Finanças	Desenvolver um sistema de demandas e de plano de contratações	O novo sistema de gestão do Plano de Contratações do TRE facilita a etapa de planejamento e permite maior monitoramento e controle da execução orçamentária.
	Informação e Conhecimento	Implementar webconferência corporativa	Foi adquirida e instalada ferramenta de webconferência que reduzirá custos com deslocamento de servidores entre prédios da Capital e entre municípios, atendendo ao objetivo estratégico de aperfeiçoar a comunicação interna.
	Tecnologia da Informação	Substituir servidor de banco de dados	Foi concluída a substituição do servidor de banco de dados, reduzindo custos com atualização de hardware.

6.6.5. Segurança da informação

Ao longo do ano, o TRE-RS implementou algumas iniciativas (abaixo) que impactaram na segurança da informação. No entanto, é necessário avanço mais consistente nesta área.

- desenvolvimento de plano de ação específico para controle de perímetro especial para as eleições, com diversas medidas que protegeram o TRE-RS de ataques cibernéticos;
- aquisição de novo *firewall*, que ampliará a capacidade de proteção da rede da JE;
- desenvolvimento de novo sistema de gestão de acesso, que permitirá aos gestores de sistemas maior controle sobre os acessos.

6.6.6. Principais desafios e ações futuras na área de TI

O TRE-RS tem relevantes desafios para os próximos exercícios, com forte impacto na área de tecnologia da informação.

Na dimensão da governança, é necessário consolidar os processos institucionais de TIC, com maior participação da Alta Administração do TRE, ao passo em que a implantação dos processos de gestão de serviços de TIC deve ser concluída, aumentando a maturidade da atuação da área técnica.

Vários processos de trabalho do TRE passarão por transformações intrinsecamente ligadas à tecnologia, destacando-se:

- implantação do PJE no primeiro grau de jurisdição;
- implantação de solução adequada que otimizará a realização das sessões de julgamento com o uso do PJE;
- integração ao sistema e-Social;
- implantação de sistema eletrônico de apoio a auditorias;
- substituição do sistema de processo administrativo eletrônico, em busca de padronização com o Tribunal Superior Eleitoral.

Na esfera nacional, destaca-se a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e auditoria da urna eletrônica, alvo de críticas e ataques mediante *fake news*, que vêm acarretando redução gradativa da confiança da população no atual sistema eletrônico de votação.

6.7. Gestão de custos

A apuração de custos na Justiça Eleitoral é responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral e está regulamentada pela Resolução TSE nº 23.504/2016.

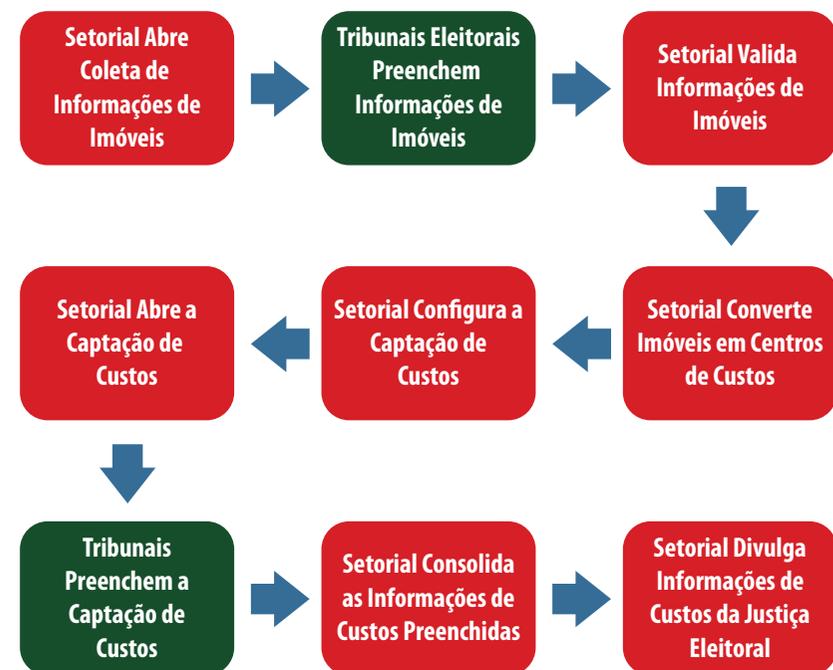
Além deste normativo, a gestão de custos também é direcionada pela Lei anual de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei n. 13.473/2017) e pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar n. 101/2000).

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu um sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

O objetivo desta sistemática é adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada, a qual possui aproximadamente 2.900 imóveis distribuídos em mais de 2.300 municípios. Assim, optou-se por um método que permite a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

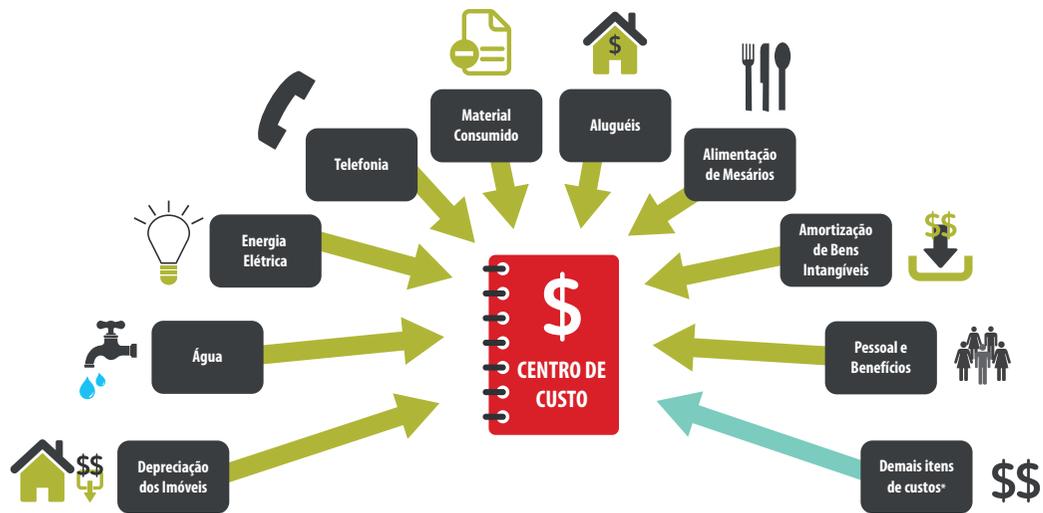
O processo ocorre da seguinte maneira:



Fonte: TSE

No método construído pela Justiça Eleitoral existem dois eixos de informações. São eles: "Itens de Custos" e "Atividades/Serviços".

O eixo "Itens de Custos", apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



Fonte: TSE

*Atualmente são 40 itens de custos

O eixo "Atividades/Serviços" demonstra a finalidade de cada custo:



Fonte: TSE

*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Quanto ao TRE-RS, os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir:

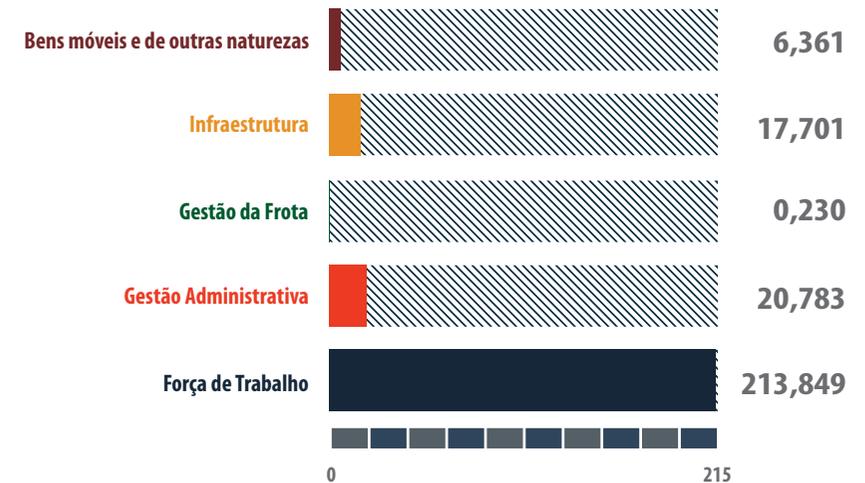
Gráfico 17 - Atendimento ao Público x Funcionamento das Secretarias (em R\$ mil)



Fonte: TSE

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 18 - Custos por Subgrupos (em R\$ mil)



Fonte: TSE

Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes.

6.8. Sustentabilidade ambiental

O TRE-RS, consciente de seu papel na questão da atual degradação ambiental do planeta, há muito vem implementando ações socioambientais e ecoeficientes que visem ao abrandamento de gasto energético e de recursos renováveis ou não.

Contando, desde 2007, com o apoio do Comitê Valor Público, desenvolveu a Política de Responsabilidade Socioambiental ([Resolução n. 244/2014](#)), que contempla, no seu art. 2º, as seguintes diretrizes:

- I - a observância ao princípio da economicidade e melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- II - a redução dos impactos socioambientais negativos gerados pelas atividades do tribunal;
- III - o estímulo à mudança comportamental para a adoção de novos padrões de consumo em todos os públicos que interagem com a instituição;
- IV - a conscientização e a sensibilização para a preservação do meio ambiente;
- V - a promoção da cidadania.

Adicionalmente, o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário ([Resolução CNJ n. 201/2015](#)) é outra importante ferramen-

ta aplicada para planejar, realizar, monitorar e avaliar práticas sustentáveis de racionalização dos recursos utilizados pela organização, bem como de minimização do impacto ao ambiente causado pelas atividades da instituição.

6.8.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

- Para compra de equipamentos elétricos/eletrônicos, é requerida a classificação “A” de eficiência energética, no intuito de gerar um menor consumo de recursos naturais. Os aparelhos de ar condicionado devem também utilizar exclusivamente gás ecológico, que não agride a camada de ozônio.
- O mobiliário de madeira adquirido precisa ser confeccionado com insumos provenientes de manejo florestal responsável ou reflorestamento, mediante comprovação por meio de certificado.
- No caso do papel, é necessária a apresentação da certificação da origem da madeira, comprovando a proveniência de florestas renováveis. Os envelopes timbrados, por sua vez, exigem papel sulfite

reciclado ou kraft reciclado, o que promove o reaproveitamento dos materiais. Nas listas de candidatos, a opção foi pelo papel jornal, que também é um material que não passa pelos processos de branqueamento, recebendo menos produtos químicos e reduzindo o impacto ambiental.

- A logística reversa é sempre uma condição para as contratações de cartuchos de toners, pilhas e baterias, de acordo com a [Lei nº 12.305/2010](#), que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O descarte correto desses insumos é assegurado pela Administração, sem ônus para o Tribunal, por meio de parcerias com instituições de reciclagem.

6.8.2. Ações para redução do consumo de recursos naturais

No exercício de 2018, foram realizadas campanhas com orientações para que as unidades do TRE-RS reduzissem o consumo de materiais, especialmente papel A4 e copos plásticos.

O monitoramento do [Plano de Logística Sustentável – PLS](#), é realizado pelo Comitê Valor Público e demonstra os resultados alcançados na instituição no que se refere à busca pela redução do consumo no Tribunal.

Demonstrações Contábeis



FRANCISCO ALEXANDRE BERTOLO KAUSCH
Secretário de Orçamento e Finanças
CRC/RS 42.449

7.1. Declaração do Gestor Financeiro

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº. 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, relativas ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

7.2. Demonstrações Contábeis (quadros DCASP)

As Demonstrações Contábeis, levantadas em 31 de dezembro de 2018, estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem a Lei n. 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70021 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		6.881.886,32	1.866.717,62	PASSIVO CIRCULANTE		2.768.931,79	36.004,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	1.159.096,00	602.294,62	Obrigações Trabalh., Previd. e Asses. a Pagar a Curto Prazo	08	2.612.451,63	-
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	3.656.387,62	1.116.268,73	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	09	3.970,00	4.310,16
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques	03	1.838.406,77	1.723.714,21	Obrigações de Reparação e Outros Entes		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	-
VPDe Pagos Antecipadamente	04	97.000,19	384.440,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	10	140.400,07	31.693,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE		96.270.957,33	51.210.722,16	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Imobilizado		83.846.897,71	8.969.772,83	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		2.768.931,79	36.004,17
Bens Móveis		32.316.678,28	38.929.852,72	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis	05	82.789.851,99	8.228.630,33	ESPECIFICAÇÃO			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-50.473.173,71	-41.716.777,61	Patrimônio Social e Capital Social			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			
Bens Imóveis		51.630.189,43	11.050.919,81	Reservas de Capital			
Bens Imóveis	06	54.439.591,97	14.150.091,45	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-2.809.402,54	-1.099.171,64	Reservas de Lucros			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	Demais Reservas			
Intangível	07	2.424.089,62	1.649.949,62	Resultados Acumulados			
Softwares		2.424.089,62	1.649.949,62	Resultado do Exercício			
Softwares		2.424.089,62	1.649.949,62	Resultados de Exercícios Anteriores			
		-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria			
		-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO ATIVO		93.222.843,65	51.777.439,77			93.222.843,65	51.777.439,77

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	1.159.096,00	602.294,62	PASSIVO FINANCEIRO	11.896.331,60	49.326.126,83
ATIVO PERMANENTE	92.063.763,65	81.176.145,16	PASSIVO PERMANENTE	2.612.451,63	-
			SALDO PATRIMONIAL	78.614.061,52	6.442.319,24

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	541.667,53		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	38.775.090,00	37.504.512,08
Execução dos Atos Potenciais Ativos	541.667,53		Execuções dos Atos Potenciais Passivos	38.775.090,00	37.504.512,08
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	541.667,53		Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conv. e Outros Instrumentos Congêneros a Rec.	-	-	Obrigações Conv. e Outros Instrum. Congêneros a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	38.775.090,00	37.504.512,08
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	541.667,53		TOTAL	38.775.090,00	37.504.512,08

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVITÍFICAT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVITÍFICAT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-10.838.866,27
Recursos Vinculados	1.333,67
Previdência Social (PPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.300,57
TOTAL	-10.837.231,70



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70021 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.D.O SUL
ORÇÃO SUPERIOR 14000 JUSTIÇA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 11/02/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	339.738.962,69	-	-	339.738.962,69
TOTAL	-	-	339.738.962,69	-	-	339.738.962,69
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO NOTA 11
DESPESAS CORRENTES	292.497.123,00	309.924.896,00	335.712.970,38	333.384.275,78	333.259.699,98	-25.767.984,36
Pessoal e Encargos Sociais (NOTA 12)	217.120.519,00	265.788.817,00	270.046.077,38	270.046.077,38	270.046.077,38	-4.257.260,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	45.376.604,00	44.135.869,00	65.666.592,98	63.338.198,40	63.213.622,48	-21.530.723,98
DESPESAS DE CAPITAL	4.577.826,00	4.997.826,00	4.028.292,33	2.047.352,80	2.047.218,82	971.533,67
Investimentos	4.577.826,00	4.997.826,00	4.028.292,33	2.047.352,80	2.047.218,82	971.533,67
Inversões Financeiras (NOTA 13)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	297.074.949,00	314.922.512,00	339.738.962,69	335.421.628,58	335.306.918,68	-24.816.450,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	297.074.949,00	314.922.512,00	339.738.962,69	335.421.628,58	335.306.918,68	-24.816.450,69
TOTAL	297.074.949,00	314.922.512,00	339.738.962,69	335.421.628,58	335.306.918,68	-24.816.450,69

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.070,00	8.408.406,54	752.328,00	742.915,40	112.960,22	7.556.000,92
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.525.800,00	-	-	-	7.525.800,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.070,00	882.606,54	752.328,00	742.915,40	112.960,22	30.400,92
DESPESAS DE CAPITAL	25.000.000,00	15.890.709,82	40.890.709,56	40.890.709,56	0,26	0,00
Investimentos	-	890.709,82	890.709,56	890.709,56	0,26	0,00
Inversões Financeiras	25.000.000,00	15.000.000,00	40.000.000,00	40.000.000,00	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28.003.070,00	24.299.116,36	41.643.037,56	41.633.624,96	112.960,48	7.556.000,92

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.633,21	7.110,68	1.458,32	-	8.285,57
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.633,21	7.110,68	1.458,32	-	8.285,57
DESPESAS DE CAPITAL	-	23.190,28	23.190,28	-	-
Investimentos	-	23.190,28	23.190,28	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.633,21	30.300,96	24.648,30	-	8.285,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70021 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO S. DO SUL
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/02/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		339.738.962,69	324.763.137,60
Ordinárias		-	-	Ordinárias		286.602.830,76	280.850.436,56
Vinculadas		-	-	Vinculadas		53.136.131,93	43.912.701,04
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)			40.560.000,00
Recursos de Receitas Financeiras		-	-	Previdência Social (RPPS)		49.530.000,00	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Recursos de Receitas Financeiras			-
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		3.606.131,93	3.352.701,04
Transferências Financeiras Recebidas		377.529.686,89	300.078.512,35	Transferências Financeiras Concedidas		3.464.025,07	2.497.279,52
Resultantes da Execução Orçamentária	14	336.321.996,42	298.849.457,10	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasse Recebido		336.321.996,42	298.849.457,10	Independentes da Execução Orçamentária		3.464.025,07	2.497.279,52
Independentes da Execução Orçamentária		41.207.690,47	1.229.055,25	Movimento de Saldos Patrimoniais		3.464.025,07	2.497.279,52
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	15	41.200.000,00	1.200.000,00				
Demais Transferências Recebidas		978,91	77,02				
Movimentação de Saldos Patrimoniais		6.711,56	28.978,23				
Recebimentos Extraorçamentários		8.319.359,78	26.810.966,40	Despesas Extraorçamentárias		42.089.254,73	1.859.929,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		122.709,90	12.995,13	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		24.648,60	479.347,11
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	16	4.309.334,11	24.299.116,36	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18	41.633.624,96	1.349.951,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		430.981,17	30.630,64	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		430.981,17	30.630,64
Outros Recebimentos Extraorçamentários	17	3.456.334,60	2.468.224,27				
Arrecadação de Outra Unidade		3.456.334,60	2.468.224,27				
Saldo do Exercício Anterior		602.294,62	2.833.162,12	Saldo para o Exercício Seguinte		1.159.098,80	602.294,62
Caixa e Equivalentes de Caixa		602.294,62	2.833.162,12	Caixa e Equivalentes de Caixa		1.159.098,80	602.294,62
TOTAL		386.451.341,29	329.722.640,87	TOTAL		386.451.341,29	329.722.640,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS CRÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 70021 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO R O G. DO SUL
 ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 06/02/2019
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		388.557.632,42	302.685.553,12
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		24.307,20	3.997,10
Juros e Encargos de Mora		24.307,20	3.997,10
Transferências e Delegações Recebidas		378.749.769,86	300.092.522,85
Transferências Intragovernamentais	19	377.529.686,89	300.078.512,35
Outras Transferências e Delegações Recebidas	20	1.220.082,97	14.010,50
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		6.349.427,95	44.806,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	21	6.349.427,95	43.420,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	1.386,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.434.127,41	2.464.227,17
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	22	3.434.127,41	2.464.227,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		353.832.147,07	310.236.509,70
Pessoal e Encargos	23	236.592.400,03	213.597.150,81
Remuneração a Pessoal		189.083.780,82	176.092.034,86
Encargos Patronais		29.234.594,50	27.441.701,36
Benefícios a Pessoal		10.203.314,76	9.906.864,59
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		8.070.709,95	66.550,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24	54.625.381,02	49.833.753,72
Aposentadorias e Reformas		43.526.907,96	39.068.362,57
Pensões		11.020.038,40	10.748.879,15
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		78.434,66	76.512,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		54.773.005,99	43.538.163,01
Uso de Material de Consumo		2.056.684,32	1.053.401,14
Serviços	25	43.421.054,94	33.093.955,87
Depreciação, Amortização e Exaustão		9.295.266,73	9.390.806,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.100,01	-
Descontos Financeiros Concedidos		2.100,01	-
Transferências e Delegações Concedidas		4.896.268,01	2.896.304,60
Transferências Intragovernamentais		3.464.025,07	2.497.279,52
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.434.242,94	399.025,08
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.331.311,99	47.060,33
Perdas Involuntárias		21.722,82	47.060,33
Desincorporação de Ativos	26	2.309.589,17	-
Tributárias		56.691,86	48.403,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		19.872,64	17.124,73
Contribuições		36.819,22	31.278,67
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		552.988,16	365.673,83
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	27	552.988,16	365.673,83
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		34.725.485,35	-7.630.956,58



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70021 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G. DO SUL
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 06/02/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		43.517.922,84	901.384,97
INGRESSOS		381.417.002,66	302.577.367,26
Outros Ingressos das Operações		381.417.002,66	302.577.367,26
Ingressos Extraorçamentários		430.981,17	30.630,64
Transferências Financeiras Recebidas	28	377.529.686,89	300.078.512,35
Arrecadação de Outra Unidade	29	3.456.334,60	2.468.224,27
DESEMBOLSOS		-337.899.079,82	-301.675.982,29
Pessoal e Demais Despesas	30	-305.059.187,99	-271.775.499,98
Judiciário		-250.587.939,65	-222.015.833,41
Previdência Social		-54.471.248,34	-49.759.666,57
Transferências Concedidas		-28.944.885,59	-27.372.572,15
Intragovernamentais		-28.944.885,59	-27.372.572,15
Outros Desembolsos das Operações		-3.895.006,24	-2.527.910,16
Dispêndos Extraorçamentários		-430.981,17	-30.630,64
Transferências Financeiras Concedidas		-3.464.025,07	-2.497.279,52
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-42.961.118,66	-3.132.252,47
DESEMBOLSOS		-42.961.118,66	-3.132.252,47
Aquisição de Ativo Não Circulante	31	-42.186.978,66	-2.904.000,05
Outros Desembolsos de Investimentos		-774.140,00	-228.252,42
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		556.804,18	-2.230.867,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		602.294,62	2.833.162,12
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.159.098,80	602.294,62

7.3 Notas Explicativas

Embora a IN n. 63/2010 do TCU seja exaustiva quanto aos elementos que devem compor o Relatório de Gestão, apresentamos informações adicionais dos assuntos mais relevantes no que pertine à execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, relativas ao exercício de 2018.

7.3.1. Contexto Operacional - Políticas e

Critérios Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON do órgão foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 7ª edição) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante mo-

delo PCASP). Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

Moeda funcional - A moeda funcional do TRE-RS é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de férias e 13º salários da folha de pagamento.

Estoques - Compreendem os materiais em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Imobilizado - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; provisões; e demais obrigações.

Apuração do resultado - Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais: confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit Patrimonial.
- No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário por meio da redução da Despesa Empenhada das Receitas Realizadas. Se o valor for positivo, há Superávit Orçamentário; se negativo, Déficit Orçamentário.
- No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior. Se for positivo, há Superávit Financeiro; se negativo, Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre Ativos e Passivos Financeiros. Este, se superávit, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

7.3.2. Plano de Implantação dos Procedimentos

Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limítrofes de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

A seguir, estão demonstrados o prazo e a situação de cada procedimento no âmbito deste Tribunal:

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo União	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2017	Não se aplica
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários , bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2018	Não se aplica
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Implantado
PCP 4 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Sem ocorrência no exercício
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2018	Não se aplica
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2018	Não se aplica
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis ; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato	Implantado
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	2019	Não se aplica
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	2021	Não iniciado
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias .	Imediato	Não se aplica
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).	Imediato	Implantado
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Não se aplica
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência .	Imediato	Implantado parcialmente
PCP 14 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência .	A definir	Não se aplica
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2019	Implantado parcialmente
PCP 16 - Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A definir	Não se aplica

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo União	Situação
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes , e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. União	Imediato	Não se aplica
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques .	2019	Implantado parcialmente
PCP 19 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP (a partir de 01/01/2021).	A definir	Implantado

Fonte: TRE-RS

Balço Patrimonial

Nota 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Houve acréscimo de 92,45% em comparação com 2017, conforme abaixo:

Conta	Saldo em 31/12/2018 (R\$)	Saldo em 31/12/2017 (R\$)	%
F 0100000000 310 – Pagamento Pessoal	28.416,30	0,00	
F 0100000000 400 – Custeio/Investimento	628.064,78	544.829,12	
F 0100000000 499 – Pagamento de Despesa Obrigatória	136.256,03	0,00	
F 0100000000 510 – Pagamento Pessoal/Auxílios	112.727,52	0,00	
F 0127000000 400 – Custeio/Investimento	196.168,67	0,00	
F 0150000000 400 – Custeio/Investimento	57.325,49	57.325,49	
F 0150141210 400 – Custeio/Investimento	140,01	140,01	
Total	R\$ 1.159.098,80	R\$ 602.294,62	92,45

Fonte: TRE-RS

Do valor apresentado na conta de Caixa e Equivalentes de Caixa, o saldo financeiro para pagamento de despesas de custeios representa 97,55%. O valor total da conta equivale ao saldo da conta de limite de saque para pagamento.

Esse crescimento de 92,45% é fruto do fluxo financeiro do período conforme a programação financeira do exercício. No TRE-RS, os recursos financeiros estão na conta única do Tesouro Nacional.

Nota 02 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Conta	Saldo (R\$)	AV(%)
Adiantamento de férias	2.612.453,63	71,45
Salários e Ordenados – pagto antecipado	1.043.933,39	28,55
Total	3.656.387,02	100,00

Fonte: TRE-RS

Valores correspondentes a adiantamento de férias e antecipação de salários por ocasião do pagamento, em Dezembro/2018, das férias de competência Janeiro e Fevereiro/2019.

Nota 03 - ESTOQUES

A conta de Estoques tem a seguinte composição (valores em R\$):

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	AH(%)
Material de Expediente	492.019,41	350.773,46	40,26
Material de Tecnologia da Informação e Comunicação	701.787,11	664.418,00	5,62
Material de Limpeza e Produtos de Higieneização	140.444,91	249.046,64	-43,60
Material Elétrico e Eletrônico	190.480,79	159.663,26	19,30
Demais	408.668,55	299.812,85	36,30
Total	1.939.400,77	1.723.714,21	12,51

Fonte: TRE-RS

Estoques compreendem o montante dos materiais em almoxarifado, adquiridos para utilização ordinária das atividades deste Tribunal.

Material de Expediente e Material de Tecnologia da Informação correspondem a 61,56% do saldo total da conta de Estoques.

Nota 04 - VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Conta	Saldo (R\$)	AV(%)
VPD Financeiras a apropriar - Seguros	160,10	0,17
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	96.848,63	99,83
Total		100,00

Fonte: TRE-RS

Na composição da conta de Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente, 99,83% referem-se a assinaturas e anuidades de periódicos.

Nota 05 - BENS MÓVEIS

A conta de Bens Móveis tem a seguinte composição (valores em R\$):

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	AH(%)
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação	69.960.085,77	68.589.017,44	2,00
Mobiliário em Geral	5.119.698,70	4.423.001,27	15,75
Demais Bens Móveis	7.710.067,52	7.214.611,62	6,87
(-) Depreciação Acumulada	(50.473.173,71)	(41.716.777,61)	20,99
Total	32.316.678,28	38.509.852,72	-16,08

Fonte: TRE-RS

Equipamentos de Tecnologia da Informação representam 84,50% do saldo da conta de Bens Móveis. E, desse montante, 60,78% referem-se às urnas eletrônicas utilizadas nos pleitos eleitorais. Ou seja, mais da metade dos bens móveis, 51,78%, é composto pelas urnas eletrônicas, cuja depreciação total ocorre em 10 anos, diferentemente dos demais bens de informática que tem prazo de 5 anos.

Nota 06 - BENS IMÓVEIS

A conta de Bens Imóveis tem a seguinte composição (valores em R\$):

Conta	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	AH(%)
Edifícios	51.040.674,75	11.040.674,75	362,30
Instalações	3.398.917,22	3.109.416,70	9,31
(-) Depreciação Acumulada	(2.809.402,54)	(2.099.171,64)	33,83
Total	51.630.189,43	12.050.919,81	328,43

Fonte: TRE-RS

A aquisição, em 2018, do novo prédio da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 40.000.000,00, gerou uma variação de 362,30% em relação ao exercício de 2017. O valor total refere-se a 5 imóveis que estão registrados e depreciados pelo valor histórico e pendentes de reavaliação.

Nota 07 - INTANGÍVEL

Registra o valor referente aos *softwares* adquiridos pelo TRE-RS.

Nota 08 - OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVID. E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO

Valor correspondente à provisão de férias.

FÉRIAS A PAGAR

R\$ 2.612.453,63

Nota 09 - FORNECEDORES

O saldo de R\$ 3.070,00 refere-se a valor de Restos a Pagar de 2013.

Nota 10 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Registra valores referentes a multas e glosas previstas em contratos de aquisição de bens e serviços.

Balanço Orçamentário

Nota 11 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS – SALDO DA DOTAÇÃO

O total da Despesa Empenhada, R\$ 339.738.962,69, é superior à Dotação Atualizada de R\$ 314.922.512,00, porque não constam no quadro de Despesas Orçamentárias as provisões recebidas do TSE para a realização das Eleições Gerais de 2018 no valor de

R\$ 33.119.814,03 e para a Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor no valor de R\$ 1.240.515,00. Tais valores estão dispostos no quadro da Execução Orçamentária Anual-2018 onde, na coluna Provisão Recebida, podemos verificar os tais valores.

Execução Orçamentária Anual 2018 (valores em R\$)

Unidade Orçamentária	Ação Governo	Plano Orçamentário	GD	Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada e Remanejada	Dotação Atualizada	Provisão Recebida	Dotação Líquida	Crédito Disponível	Crédito Indisponível	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
14101*	4269	Pletos Eleitorais - Despesas Diversas	3					21.699.135,25	21.699.135,25	255.471,88		21.443.663,37	20.896.770,62	20.896.212,95
14101	4269	Pletos Eleitorais - Despesas Diversas	1					10.903.425,78	10.903.425,78	529.024,26		10.374.401,52	10.374.401,52	10.374.401,52
14101	4269	Atualizacao E Manutencao Do Sistema De Votacao E Apuracao	3					513.438,00	513.438,00	147.602,64		365.835,36	365.835,36	365.835,36
14101	4269	Eleicoes Suplementares	3					3.815,00	3.815,00	0,00		3.815,00	3.815,00	3.815,00
14101	7832	Implantacao Do Sistema De Automacao De Identificacao Do Eleitor	3					1.240.515,00	1.240.515,00	0,00		1.240.515,00	1.240.515,00	1.240.515,00
14121**	20GP	Julgamento De Causas E Gestao Administrativa	4	4.577.826,00	720.000,00	(300.000,00)	4.997.826,00		4.997.826,00	971.533,67	0,00	4.026.292,33	2.047.352,80	2.047.218,82
14121	20GP	Julgamento De Causas E Gestao Administrativa	3	29.670.529,00		(1.459.955,00)	28.210.574,00		28.210.574,00	1.352.174,72	0,00	26.858.399,28	25.074.897,45	24.952.879,20
14121	20GP	Capitacao De Recursos Humanos	3	750.067,00		0,00	750.067,00		750.067,00	1.934,22		748.132,78	748.132,78	748.132,78
14121	20TP	Ativos Cívis Da Uniao	1	166.248.639,00	14.337.379,00	(2.500.000,00)	178.086.018,00		178.086.018,00	1.659.880,62	0,00	176.426.137,38	176.426.137,38	176.426.137,38
14121	2004	Assistencia Medica E Odontologica De Cívis - Complementacao Da Uniao	3	4.723.980,00	72.284,00	0,00	4.796.264,00		4.796.264,00	16,36	0,00	4.796.247,64	4.796.247,64	4.796.247,64
14121	212B	Assistencia Pre-Escolar Aos Dependentes De Servidores Cívis E De Empregados	3	1.300.140,00		(6.291,00)	1.293.849,00		1.293.849,00	4.955,18	0,00	1.288.893,82	1.288.893,82	1.288.893,82
14121	212B	Auxilio-Transporte De Cívis	3	231.384,00		(35.000,00)	196.384,00		196.384,00	33.203,47	0,00	163.180,53	163.180,53	163.180,53
14121	212B	Auxilio-Alimentacao De Cívis	3	8.454.576,00	258.227,00	0,00	8.712.803,00		8.712.803,00	35.090,89		8.677.712,11	8.677.712,11	8.677.712,11
14121	212B	Auxilio-Funeral E Natalidade De Cívis	3	245.928,00		(70.000,00)	175.928,00		175.928,00	95.729,91	0,00	80.198,09	80.198,09	80.198,09
14121	09HB	Contribuicao Da Uniao, De Suas Autarquias E Fundacoes Para O Custeio Do Regime De Previd	1	31.341.880,00	1.741.243,00	0,00	33.083.123,00		33.083.123,00	266.952,86	4.041.880,00	28.774.290,14	28.774.290,14	28.774.290,14
14121	0181	Aposentadorias E Pensoes Cívis Da Uniao	1	49.530.000,00	6.089.676,00	(1.000.000,00)	54.619.676,00		54.619.676,00	148.427,66	0,00	54.471.248,34	54.471.248,34	54.471.248,34
Total				297.074.949,00	23.218.809,00	(5.371.246,00)	314.922.512,00	34.360.329,03	349.282.841,03	5.501.998,34	4.041.880,00	339.738.962,69	335.429.628,58	335.306.918,68
										9.543.878,34				

*14101 - TSE

**14121 - TRE-RS

Fonte: TRE-RS

A execução orçamentária relativa às provisões recebidas para custeio das Eleições Gerais de 2018 e da Biometria (implantação do sistema de identificação do eleitor) está no quadro abaixo – Execução Orçamentária por Plano Interno – 2018.

Execução Orçamentária por Plano Interno – 2018 (valores em R\$).

Plano Orçamentário		Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	365.835,36	365.835,36
ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.815,00	3.815,00
PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.374.401,52	10.374.401,52
PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.443.663,37	20.896.212,95
Total		32.187.715,25	31.640.264,83
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.240.515,00	1.240.515,00
Total		33.428.230,25	32.880.779,83

Fonte: TRE-RS

Nota 12 - Anexo 1 – Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Não Processados

O saldo de R\$ 7.525.600,00 em Pessoal e Encargos Sociais refere-se a banco de horas dos servidores do TRE-RS cujo pagamento em pecúnia está sendo discutido junto ao TSE.

Nota 13 - Anexo 1 - Despesas de Capital - Inversões Financeiras

O valor de R\$ 40.000.000,00, liquidado e pago, refere-se à aquisição do novo prédio da Justiça Eleitoral do RS.

Balanço Financeiro

Nota 14 - Transferências Financeiras Recebidas – Resultantes da Execução Orçamentária

Recursos financeiros recebidos para pagamentos de despesas de custeio e pessoal para o exercício de 2018. A variação de 25,81% em relação a 2017 deveu-se ao aumento de gastos relativos às Eleições Gerais de 2018.

Nota 15 - Transferências Financeiras Recebidas – Transferências Recebidas para Pagamento de RP

A variação de 3.333% de 2018 em relação a 2017, deveu-se ao recurso financeiro recebido para a aquisição do novo prédio da Justiça Eleitoral do RS.

Nota 16 - Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados

A variação de 463% a menor ocorreu porque em 2017 foram registrados os seguintes empenhos, que foram inscritos como Restos a Pagar em 2018: 2017NE001993 de R\$ 15.000.000,00 referente à complementação de valor destinado à aquisição do novo prédio da Justiça Eleitoral do RS, 2017NE002042 de R\$ 7.471.900,00 e 2017NE002045 de R\$ 53.700,00 referentes ao pagamento em pecúnia de banco de horas dos servidores do TRE-RS.

Nota 17 - Outros Recebimentos Extraorçamentários

Registra a arrecadação das multas eleitorais destinadas ao Fundo Partidário administrado pelo TSE.

Nota 18 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados

A variação de quase 3.000% a maior, em relação a 2017 deve-se ao pagamento de R\$ 40.000.000,00 pela aquisição do novo prédio da Justiça Eleitoral do RS.

RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

R\$ 1.159.098,00 – R\$ 602.294,62 = R\$ 556.803,38

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Nota 19 - Transferências Intragovernamentais

Registra os sub-repasses recebidos referentes ao orçamento do exercício, bem como aqueles para pagamento de Restos a Pagar. Dentre os valores contabilizados, consta o valor referente à aquisição do novo prédio da Justiça Eleitoral do RS.

Nota 20 - Outras Transferências e Delegações Recebidas

Registra valores de bens recebidos em transferências entre Unidades Gestoras e bens recebidos através de doações.

Nota 21 - Ganhos com Incorporações de Ativos

Principais operações registradas nesta conta:

- Reclassificação do método de entrada de lote de 2.400 urnas eletrônicas modelo 2015 no valor de R\$ 3.089.904,00, com contra-partida (do valor líquido) na conta Desincorporação de Ativos.
- Ajuste de adiantamento de férias no valor de R\$ 2.744.518,16 em função de alteração na metodologia de cálculo.
- Recebimento de 84.134 lacres de urna para eleições 2018 adquiridos pelo TSE e fornecidos pela Casa da Moeda do Brasil no valor de R\$ 489.563,92.

Nota 22 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Registra valores de multas eleitorais arrecadadas e restituições de valores pagos indevidamente.

Nota 23 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

Crescimento vegetativo da folha de pagamento de 10,80% em razão do plano de cargos e salários – PCS.

Número de servidores Ativos – 793 em 2017 e 776 em 2018.

Nota 24 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Crescimento vegetativo da folha de pagamento de 10,20% em razão do plano de cargos e salários – PCS.

Número de Inativos e Pensionistas – 213 em 2017 e 226 em 2018.

Nota 25 – Variações patrimoniais Diminutivas Serviços (valores em R\$)

SERVIÇO	31/12/2017	31/12/2018	AV(%)
DIÁRIAS	694.294,60	1.213.560,87	2,79%
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS -	108.804,46	107.982,10	0,25%
SERV. DE APOIO ADM., TÉCNICO E OPE	2.590,00	4.434,00	0,01%
SERV.DE TRANSP., LOCOMOÇÃO E HOSPE	379,50	0,00	0,00%
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PF	104.094,93	106.078,13	0,24%
LOCAÇÕES E ARRENDAMENTOS - PF	2.444.450,57	2.513.929,34	5,79%
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	5.846.168,02	6.016.545,66	13,86%
SERVIÇOS DE APOIO ADM, TÉCNICO	9.333.208,39	17.963.997,02	41,37%
SERVIÇOS COMUNICAÇÃO, GRÁFICO E AU	4.425.610,49	1.912.957,64	4,41%
SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOÇÃO E	582.192,27	1.375.483,13	3,17%
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ	389.392,08	136.373,39	0,31%
SERV. ÁGUA E ESGOTO,ENER. ELÉTR.,GÁS	1.308.417,68	4.318.838,41	9,95%
LOCAÇÃO	4.043.832,77	4.145.512,34	9,55%
SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	3.749.845,93	3.559.478,25	8,20%
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	51.922,50	36.521,10	0,08%
SEGUROS EM GERAL	8.751,68	9.363,56	0,02%
TOTAL	33.093.955,87	43.421.054,94	

Fonte: TRE-RS

Nota 26 - Desincorporação de Ativos

Registra a reclassificação do método de entrada de lote de 2.400 urnas eletrônicas modelo 2015, com contra partida (do valor corrigido) na conta Ganhos com Incorporação de Ativos.

Nota 27 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Registra pagamento de despesas com mandados judiciais, auxílio-alimentação aos militares (Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Defesa) e ressarcimento de transporte rodoviário para servidores.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa**Nota 28 - Transferências Financeiras recebidas**

Registra os sub-repasses recebidos referentes ao orçamento do exercício, bem como aqueles para pagamento de Restos a Pagar. Dentre os valores contabilizados, consta o valor utilizado para aquisição do novo prédio da Justiça Eleitoral do RS.

Nota 29 - Arrecadação de Outra Unidade

Registra valores de multas eleitorais. Possui como contra partida a conta Transferências Financeiras Concedidas.

Nota 30 - Pessoal e Demais despesas

Registra despesas com a folha de pagamento dos servidores.

Nota 31 - Aquisição de Ativo Não Circulante

Registra despesas com aquisição de bens permanentes. Dentre os valores contabilizados, consta o valor utilizado para aquisição do novo prédio da Justiça Eleitoral do RS.

7.3.3. Outras Informações Relevantes

O saldo da conta execução dos atos potenciais passivos do Balanço Patrimonial está discriminado a seguir (valores em R\$):

UG EXECUTORA	CONTA CONTÁBIL		ENTIDADE CCOR	SALDO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G. DO SUL	812310201	CONTRATOS DE SERVIÇOS EM EXECUÇÃO	CONTRATO DE SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO DE ESTÁGIO	3.391.975,26
			CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE – UNIMED PORTO ALEGRE	2.848.986,97
			CONTRATO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE AUXÍLIA DE ELEIÇÃO	2.820.191,10
			CONTRATOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.721.417,85
			CONTRATO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	2.141.056,80
			CONTRATOS DE OUTROS SERVIÇOS	8.991.526,97
			TOTAL	22.915.154,95
	812310301	CONTRATOS DE ALUGUÉIS EM EXECUÇÃO	CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	14.881.477,04
			TOTAL	14.881.477,04
	812310401	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUÇÃO	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	978.458,01
			TOTAL	978.458,01
TOTAL			38.775.090,00	

Fonte: TRE-RS

7.4. Declaração Sob a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

A UPC, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, é composta pela Unidade Gestora Executora, UG n. 070021 e pela Unidade Gestora de Auditoria, UG n. 070053.

Previamente à conformidade contábil, faz-se necessário relatar a estrutura organizacional do TRE-RS e a segregação de funções quanto às operações relacionadas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF possui três áreas com atividades segmentadas, sendo uma responsável pela emissão de empenhos, outra responsável pela liquidação e pagamento e uma terceira responsável pela conformidade dos registros de gestão.

O Gabinete da SOF, responsável pela conformidade dos registros de gestão, não realiza registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Os procedimentos inerentes à conformidade dos registros de gestão, certificam a existência de documentos hábeis que suportam os registros dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Já o registro da conformidade contábil, atividade inerente à setorial contábil, é realizado por Contador lotado na Secretaria de

Controle Interno e Auditoria - SCI, após pesquisa sobre a existência de restrições nas conformidades dos registros de gestão realizadas pela UG Executora.

Adicionalmente, no encerramento contábil de cada mês, a setorial contábil realiza consulta aos auditores de rotina contábil do SIAFI e o exame do balancete contábil. Ainda, no decorrer do exercício, são realizadas auditorias que têm como objeto a execução contábil, orçamentária e financeira da Instituição.

QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS CONTÁBEIS EM 2018													
Mês/ Tipo	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Alerta	6	6	6	5	5	8	7	6	6	7	7	0	69
Ressalva										1			1
Totais	6	6	6	5	5	8	7	6	6	8	7	0	70

Fonte: SIAFI

As ocorrências foram mensalmente analisadas sob parâmetros de materialidade, risco e relevância, não constituindo falhas importantes para aposição de restrição contábil, pois referem-se basicamente a ajustes contábeis já regularizados e/ou tributos retidos de fornecedores e servidores, cujo recolhimento é realizado no mês seguinte ao de constituição do fato gerador, dentro dos prazos previstos na legislação tributária aplicável.

Neste contexto, durante o exercício de 2018, a conformidade contábil da UPC foi aposta sem restrições em todos os meses do ano.

Ao final, cabe referir que este Tribunal segue orientações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais padronizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, bem como utiliza sistema de processo administrativo eletrônico desde 2010, tendo a unidade de auditoria acesso irrestrito a tais processos, o que vem a facilitar a solução de eventuais dúvidas que possam afetar o registro da conformidade contábil.

ANTONIO CARLOS MESTURINI
Chefe da Seção de Auditoria e Análise Contábil
CRC: RS090025/0

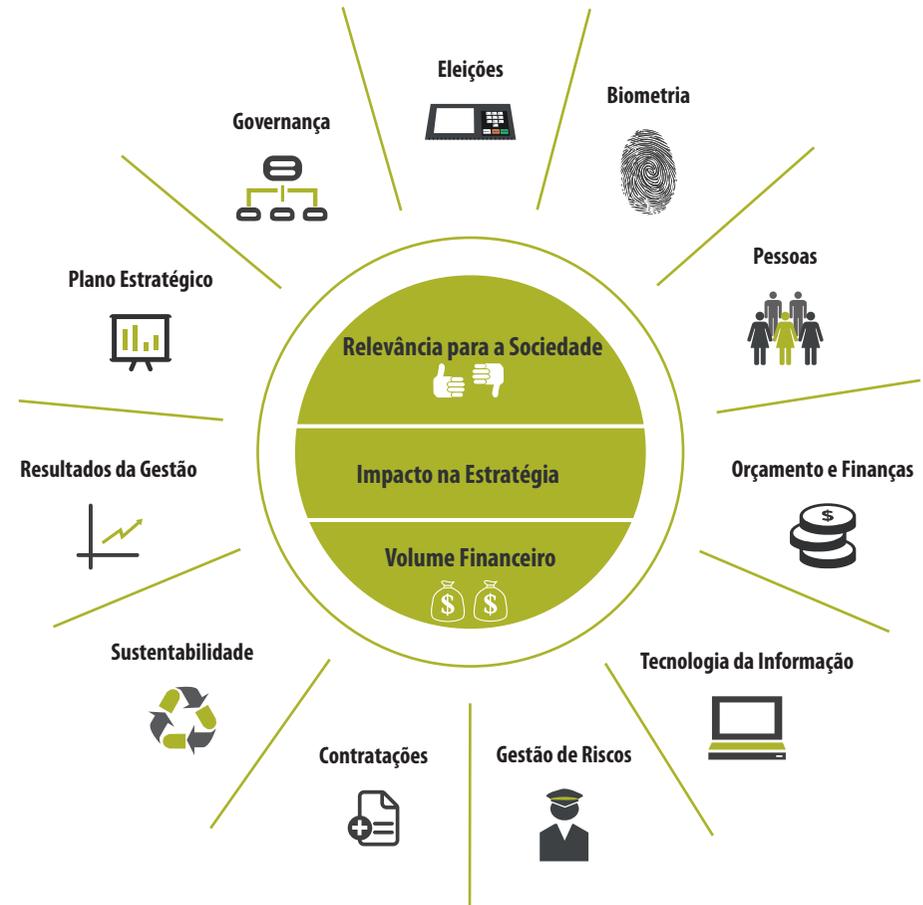
Outras Informações Relevantes

8.1. Matriz de Materialidade

A Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul tem em sua Cadeia de Valor a principal diretriz para definição dos aspectos a serem abordados no Relatório de Gestão Integrado 2018. Os temas priorizados são aqueles considerados significativos para o cidadão e para a organização e que agregam valor aos serviços prestados pelo TRE-RS.

Na matriz de materialidade, ao lado, são apontados os grandes temas tratados no relatório, escolhidos em razão da relevância para a sociedade, impacto na estratégia e volume financeiro.

Figura 9 - Matriz de Materialidade



Adaptado da Matriz de Materialidade constante no relatório de gestão da Petrobras - 2017

8.2. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Durante o exercício de 2018, foram adotadas providências para o atendimento de cinco comunicações provenientes do Tribunal de Contas da União. As recomendações são acompanhadas pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria, bem como por serviço de distribuição de informes acerca de legislação, jurisprudência e doutrina executado pela Secretaria Judiciária. As Comunicações provenientes do TCU são encaminhadas ao setor competente e monitoradas por parte da SCI, com auxílio de controles internos relacionados aos processos administrativos. Já as determinações e recomendações foram cumpridas pelo TRE-RS.

Para melhor ilustrar, a seguir estão descritos com maiores detalhes as demandas recebidas e o tratamento dado a cada uma delas.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
--	--	--	Ofício 2091/2018-TCU/Sefip, de 8/5/2018	23/05/2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Controle Interno e Auditoria e Secretaria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Disponibilizar mensalmente, no prazo de 15 dias a contar do último dia de cada mês, a partir de março de 2018, as informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os servidores, incluindo comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Houve cumprimento das medidas solicitadas.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 033.638/2018-7	--	--	Ofício 4191/2018-TCU/Sefip, de 12/9/2018	25/09/2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Controle Interno e Auditoria e Secretaria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Encaminhar, no prazo de quinze dias, documentos e/ou esclarecimentos acerca de ato de admissão, onde foi identificada data de exercício superior a 90 dias da data de admissão, bem como data de validade do concurso público não preenchida.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Houve cumprimento das medidas solicitadas.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 033.609/2018-7	Acórdão 10161/2018 – TCU – Segunda Câmara	1.7	Ofício 4987/2018-TCU/Sefip, de 30/10/2018	08/11/2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Presidência do TRE-RS				
Descrição da determinação/recomendação				
Dar ciência ao TRE-RS que a nomeação de candidatos aprovados em concurso público não pode ser feita após o prazo de validade do certame, atentando-se que o respectivo ato de nomeação seja publicado no DOU ainda na sua vigência.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Houve cumprimento das medidas solicitadas.				

Fonte: TRE-RS

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
--	--	--	Ofício 5463/2018-TCU/Sefip, de 16/11/2018	29/11/2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Controle Interno e Auditoria e Secretaria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Verificações realizadas em onze atos de pessoal do TRE-RS identificaram inconsistências nos dados registrados que impedem a análise e apreciação dos mesmos. Conforme previsão em regulamento, os atos foram devolvidos pelo TCU ao Tribunal para novo envio, livres das inconsistências apontadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Houve cumprimento das medidas solicitadas.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 021.469/2013-0	Acórdão n. 1055/2014 – Plenário	9.2	Ofício 0729/2014/TCU/Secex-RS, de 24/04/2014	14/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Tecnologia da Informação				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul que inclua nos relatórios de gestão, dos exercícios vindouros, informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações afetas à governança de TI, conforme orientações contidas no item 7 e seus subitens do Anexo Único da Portaria TCU 175/2013.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Dos itens arrolados no item 7, há ainda um único item pendente:</p> <p>– Gestão de Acordos de Nível de Serviço (9.1.10): a definição e formalização dos acordos de nível de serviço ocorrem em conjunto com o planejamento de nova contratação de serviços de suporte de TI, atualmente em curso. A versão inicial dos documentos encontra-se concluída, devendo ser aprovada e formalizada ao longo do exercício de 2019.</p>				

Fonte: TRE-RS

8.3. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

A seguir, são demonstradas as auditorias e fiscalizações realizadas durante o exercício, consoante o Plano Anual de Auditoria 2018 (PAE-RS n. 1575/2017). Os achados foram apresentados aos gestores em reunião após a fase final da auditoria ou fiscalização e encaminhados para manifestação preliminar dos responsáveis. Os comentários dos gestores foram sintetizados nos documentos finais e encaminhados para a Alta Administração. As propostas de encaminhamento são monitoradas pela equipe de auditoria.

Doc. PAE-RS n.	Objeto	Escopo	Conclusão da Auditoria
30640/2018	Tecnologia da Informação – Auditoria Coordenada CNJ	Conteúdos dos planos de tecnologia da informação, dos controles de governança, de gestão, de riscos e de resultados de TI	Não foram constatadas irregularidades que tenham causado dano ao Erário na amostra selecionada. A aplicação do programa elaborado pelo CNJ para a presente ação coordenada de auditoria revelou algumas lacunas quanto às políticas e diretrizes para governança e gestão de TI, processos de gestão de TI e medição dos resultados de TI no TRERS.
44547/2018	Contratações – fase do planejamento	Planejamento das contratações em atenção à legislação pertinente, bem como o comparativo de boas práticas sugeridas pelo TCU	Foram efetivadas recomendações ao gestor com o intuito de sanear as impropriedades apontadas e acautelar a Administração de eventuais danos, sempre considerando a auditoria executada como uma ferramenta que lhe permita a intervenção de melhorias em futuros processos de trabalho, de forma preventiva, restando à unidade de controle interno realizar o acompanhamento do objeto em tela.
44861/2018	Benefícios	Análise das variações financeiras ocorridas nas rubricas 0080, 0082, 0085, 0090 e 6090 das folhas de pagamento dos servidores ativos no mês de dezembro de 2017 e janeiro do corrente ano, bem como na rubrica 0110 das folhas de novembro e dezembro de 2017, o que resultou em um universo de 77 nomes de servidores, informações coletadas por meio do sistema de gerador de relatórios, compiladas e apuradas por meio de planilhas do LibreOffice Calc.	Não foram constatadas irregularidades que tenham causado dano ao erário na amostra selecionada. Foi dada ciência aos gestores responsáveis acerca das impropriedades apontadas nos achados de auditoria, para que procedessem a verificação das situações encontradas e as correções cabíveis; bem como tecessem seus comentários em atenção às propostas de encaminhamento efetuadas pela equipe de auditoria.
78380/2018	Pessoal – Auditoria Integrada TSE	Verificação dos critérios definidos pelas secretarias de gestão de pessoas dos tribunais eleitorais para o dimensionamento (qualitativo e quantitativo) da força de trabalho e a avaliação da suficiência dos controles utilizados para assegurar uma resposta adequada aos riscos inerentes.	A aplicação dos exames recomendados pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TSE, unidade coordenadora desta auditoria integrada, revelou que o Tribunal não executa atualmente um processo de dimensionamento da força de trabalho de suas diversas unidades. A Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-RS destacou a importância do tema e avaliará a possibilidade de elaborar estudos sobre eventual implantação do processo.
80897/2018	Contratações – fase da execução	Verificação se os registros da execução das contratações aconteceram de forma a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, garantindo a entrega dos bens e serviços em conformidade com os interesses da Administração, assim evitando dano ao Erário.	Foram efetivadas recomendações ao gestor com o intuito de sanear as impropriedades apontadas e acautelar a Administração de eventuais danos, sempre considerando a auditoria executada como uma ferramenta que permite a intervenção de melhorias em futuros processos de trabalho, de forma preventiva, restando à unidade de controle interno realizar o acompanhamento do objeto em tela.
85114/2018	Processo de trabalho da gestão de concessões de diárias, com ou sem passagens	Auditoria foi restrita às diárias concedidas com respectiva emissão de passagens aéreas, excluído o ressarcimento de passagens.	Em face dos exames de auditoria ora realizados, constatou-se a ocorrência de deficiências relacionadas à definição de papéis e etapas no processo de gestão de diárias.
101284/2018	Locação de imóveis	Verificação da estrutura tecnológica e pessoal utilizada na gestão dos imóveis próprios e locados, controles internos empregados no tratamento dos riscos relacionados, planos para os próximos exercícios, valores das locações, pesquisa de preços e critérios para concessão de reajustes, referentes aos imóveis atualmente em uso. Não serão analisados aspectos das locações referentes à regularidade das dispensas de licitação.	Não foram constatadas irregularidades que tenham causado dano ao Erário na amostra selecionada. O presente trabalho acerca da gestão do patrimônio imobiliário examinou a estrutura de pessoal e tecnológica empregada na área, controles internos aplicados para tratamento dos riscos associados, locação de imóveis e planejamento para os próximos exercícios. Considerando a identificação de lacuna quanto à formalização de plano contendo as principais ações previstas para os próximos exercícios, sugere-se a elaboração do documento previsto na Resolução TSE n. 23.544/2017.

Fonte: TRE-RS

Declaração de Integridade do Relatório de Gestão

O presente documento foi elaborado a partir das recomendações do TCU e apresenta-se sob o formato de relatório integrado, cujo conceito aponta para uma abordagem mais coesa e eficiente de narrativa. Tal forma de apresentação visa ao aprimoramento da qualidade da informação disponibilizada à sociedade, buscando explicar como a organização gera valor ao longo do tempo e aloca seu capital de maneira mais eficiente e produtiva.

O processo de elaboração do Relatório Gestão 2018 exigiu um olhar sistêmico da Alta Administração, bem como o desenvolvimento do pensamento coletivo na preparação das informações e resultados sobre a instituição.

Assim sendo, a integridade do Relatório de Gestão 2018 é afiançada pelo Conselho de Administração do TRE-RS:

DES. JORGE LUÍS DALL'AGNOL
Presidente

DESA. MARILENE BONZANINI
Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

FRANCISCO ALEXANDRE BERTOLO KAUSCH
Secretário de Orçamento e Finanças

VITAL CAPPELLARI CORRENT
Secretário de Administração

DANIEL WOBETO
Secretário de Tecnologia da Informação

GUSTAVO LOTUFFO STADOLINI
Secretário de Gestão de Pessoas

ROGÉRIO DA SILVA DE VARGAS
Secretário Judiciário

ANA GABRIELA DE ALMEIDA VEIGA
Secretária da Corregedoria

GLOSSÁRIO

Aderência da execução orçamentária: indicador que mede o quanto do que foi planejado foi executado em termos orçamentários.

Administração Direta Federal: a Administração Direta corresponde à prestação dos serviços públicos diretamente pelo Estado e seus órgãos. Integram a Administração Direta Federal, por exemplo, a Presidência da República, os Ministérios, os órgãos subordinados aos ministérios, a Câmara dos Deputados e seus órgãos administrativos, o STF, tribunais do Judiciário.

Área-meio: área considerada como apoio à atividade fim da organização.

Balanced Scorecard: instrumento de planejamento estratégico no qual se definem as metas e estratégias da organização, com o objetivo de medir seu desempenho por meio de indicadores quantificáveis, verificáveis e balanceados em diferentes perspectivas.

Biometria: projeto criado com o objetivo de aumentar a segurança da votação. Busca identificar e verificar a impressão digital do eleitor, garantindo que cada cidadão seja único no cadastro eleitoral.

Cadeia de valor: representa as grandes atividades pelas quais a organização cumpre a sua missão.

Clima organizacional: indica o nível de satisfação dos colaboradores de uma organização em relação a diferentes aspectos da sua cultura, ambiente e processos de trabalho.

Comunicação interna: comunicação efetiva entre integrantes de uma organização. Pode ser desenvolvida com conjunto de ações que facilitem a transmissão de mensagens.

Conformidade contábil: certificação dos demonstrativos contábeis gerados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por meio de análises dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Competências organizacionais: conjunto de conhecimentos e capacidades necessários à execução da estratégia definida pela organização.

Erário: conjunto dos recursos financeiros públicos; É composto pelos dinheiros e bens do Estado.

Fake news: expressão em língua inglesa, traduzida como ‘notícias falsas’. Sua prática consiste na distribuição de desinformação ou boatos por meio da mídia tradicional e das redes sociais.

Governança: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Governança de TI: é parte da Governança Corporativa e é formada pela liderança, estruturas organizacionais e processos que garantem que a TI sustente e melhore a estratégia e objetivos da organização.

Gespública: o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA foi criado para apoiar o contínuo aperfeiçoamento dos sistemas de gestão das organizações públicas. Foi extinto pelo Decreto 9.094/17.

Macrodiretrizes: são as principais diretrizes, orientações, guias, rumos que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir.

Mapa estratégico: diagrama usado para registrar os objetivos estratégicos que estão sendo seguidos por uma organização.

Matriz de materialidade: é uma ferramenta que ajuda a identificar temas realmente relevantes para a organização.

Mídias: conjunto de meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, rádio, cinema, televisão e internet.

Processos de apoio: os processos de apoio, como o nome diz, dão apoio aos processos de negócio ou essenciais, são focalizados na organização e não no cliente, e têm como responsabilidade viabilizar a estrutura necessária para que os processos essenciais, de negócio ou primários funcionem.

Processo eleitoral: o processo eleitoral diz respeito às fases organizativas das eleições, compreendendo também um breve período posterior. É organizado pela Justiça Eleitoral (JE), em nível municipal, estadual e federal.

Processos finalísticos: são processos de trabalho associados à atividade fim da organização ou diretamente envolvidos no atendimento às necessidades dos seus cidadãos.

Processo gerencial: garante que processos de apoio sejam bem executados, não agregam valor direto ao cliente, mas estão presentes antes, durante e após o processo. Responsável por planejar, organizar, direcionar e controlar os demais processos.

Processo Judicial eletrônico: o Processo Judicial eletrônico (PJe) é um sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a automação do Judiciário.

Objetivos estratégicos: são os desafios que a instituição deverá suplantare para conseguir implementar a sua estratégia.

Organograma: organograma é um gráfico que representa a estrutura formal de uma organização. Ou seja, é a representação gráfica clássica de uma estrutura organizacional.

Termo Circunstanciado Administrativo: instrumento para apuração de fatos relativos a extravio ou dano a bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor.

Riscos: risco, em administração, designa a combinação entre a probabilidade de ocorrência de um determinado evento e os impactos resultantes, caso ele ocorra.

Sistema Imóveis – sistema de controle de imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral do RS.

Storages: solução de armazenamento em TIC (Tecnologia da Informação e da Comunicação).

Visão sistêmica: capacidade de perceber e compreender o todo por meio da análise das partes que o formam.

